

PERFIL DA POBREZA

EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA ABSOLUTA 2001/2002, 2007 E 2015



PERFIL DA POBREZA

EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA

ABSOLUTA 2001/2002, 2007 e 2015

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Perfil da Pobreza Absoluta em Cabo Verde.

Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015

Conselho de Administração

Presidente

Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Celso Herminio Soares Ribeiro

Diretora Administrativa e Financeira

Goreth Carvalho

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Rua da Caixa Económica, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv

Design e Composição

Divisão de Difusão, Instituto Nacional de Estatística

© Copyright 2017

Instituto Nacional de Estatística

Revisão

Camilo Barbosa Levy Medina

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56 *

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

Data de Publicação

Maio 2018

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Departamento das Estatísticas Demográficas e Sociais

Coordenação Técnica do Gabinete IDRF 2015

Noemi Ramos – Analista

E-mail: noemi.ramos@ine.gov.cv

ÍNDICE

ÍNDICE	4
ÍNDICE DE TABELAS	6
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS METODOLÓGICOS	14
a) Fontes de informação	14
b) Principais definições	15
<i>Agregado familiar</i>	15
<i>Membro do agregado</i>	15
<i>Representante do agregado</i>	16
<i>Despesa total</i>	16
c) Determinação do indicador de bem-estar – despesas de consumo	17
d) Estimação e evolução do limiar da pobreza absoluta	19
CAPÍTULO I - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO E DOS AGREGADOS FAMILIARES	21
1.1 Características da população	21
1.2 Nível de urbanização	22
1.3 Dimensão, composição e tipologia dos agregados familiares	23
1.4 Características sociodemográficas dos representantes dos agregados	25
CAPÍTULO II - NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CONSUMO	31
1.1 Evolução do nível das despesas de consumo	31
1.1.1 <i>Nível nacional</i>	32
1.1.2 <i>Meio de residência</i>	33
1.1.3 <i>Ilha / Concelho</i>	34
1.2 Despesas segundo características socioeconómicas do representante	37
1.3 Despesas segundo tipologia, dimensão e composição dos agregados familiares	42
1.4 Estrutura das despesas de consumo	45
1.5 Indicadores de desigualdade no consumo – evolução 2001/02, 2007 e 2015	51
CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA POBREZA MONETÁRIA ABSOLUTA EM CABO VERDE	56
1.1 Conceito de pobreza monetária	56
1.2 Pobreza absoluta global: nível e evolução 2001/02, 2007 e 2015	58
1.2.1 <i>Incidência da pobreza global e sua evolução entre 2001/02, 2007 e 2015</i>	58
1.2.2 <i>Profundidade da pobreza global em 2015</i>	62
1.2.3 <i>Intensidade ou gravidade / severidade da pobreza</i>	64
1.3 Pobreza absoluta extrema – nível e evolução 2001/02, 2007 e 2015	65
CAPÍTULO IV - PERFIL DA POBREZA EM 2015	71
1.1 Quantos são os pobres?	71

1.2	Onde estão os pobres?	72
1.3	Quem são os pobres?	75
1.3.1	<i>Distribuição da população pobre segundo o sexo</i>	75
1.3.2	<i>Distribuição da pobreza segundo grupos etários</i>	77
1.3.3	<i>Distribuição da pobreza segundo o estatuto na migração</i>	79
1.4	Características demográficas dos agregados familiares	79
1.5	Características dos representantes do agregado familiar	84
1.5.1	<i>Incidência da pobreza segundo o sexo</i>	84
1.5.2	<i>Características sóciodemográficas do representante</i>	87
1.5.3	<i>Características económicas dos agregados pobres</i>	90
1.6	Condições de vida dos agregados pobres	93
1.6.1	<i>Condições de habitabilidade</i>	93
1.6.2	<i>Acesso aos serviços básicos</i>	94
1.6.3	<i>Acesso às tecnologias de informação e comunicação</i>	95
1.6.4	<i>Acesso a bens de equipamento</i>	97
1.6.5	<i>Avaliação dos serviços básicos</i>	98
CAPITULO V - POBREZA E EDUCAÇÃO		100
1.1	Educação - Crianças dos 6-14 anos	100
1.2	Educação - Jovens dos 15-24 anos	101
CAPITULO VI - POBREZA SUBJETIVA		110
ANEXO I - PRINCIPAIS RESULTADOS		116
ANEXO II - METODOLOGIA DO IDRF 2015		129
Objetivos do IDRF 2015		129
Amostragem		129
Âmbito do inquérito		130
Períodos de observação e períodos de referência		131
Recolha		132
Instrumentos de trabalho		134
<i>Questionários</i>		134
<i>Manual do inquiridor</i>		135
<i>Tablet</i>		136
<i>Instrumentos de medição</i>		136
<i>Nomenclaturas</i>		136

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Limiares da pobreza monetária absoluta, por pessoa e por ano (em escudos CVE), por meio de residência. Cabo Verde 2015	20
Tabela 2 – Despesa total anual média, por agregado familiar e por pessoa (em escudos), por meio de residência. Cabo Verde 2015.....	33
Tabela 3 – Evolução da despesa total anual média, por agregado familiar e por pessoa (em escudos CVE) e a taxa de crescimento anual. Cabo Verde, IDRF 2001/02 e IDRF 2015	33
Tabela 4 – Despesa total anual, distribuição das despesas totais e a despesa média anual por pessoa (em escudos), por meio domínio estudo de 2001. Cabo Verde, 2015.....	35
Tabela 5 – Despesa média e mediana anual por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2015	40
Tabela 6 – Despesa média e mediana anual por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por características sócioeconómicas do representante. Cabo Verde, 2015	41
Tabela 7 – Despesa média e mediana anual por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por características do agregado: dimensão e tipologia. Cabo Verde, 2015	44
Tabela 8 – Estrutura das despesas médias anuais, por pessoa, nos agregados e o coeficiente orçamental. Cabo Verde, 2015	45
Tabela 9 – Evolução da estrutura das despesas totais anuais médias por pessoa, e o coeficiente orçamental. INE, IDRF 1988-89, 2001/02 e 2015	47
Tabela 10 – Despesa média anual, por pessoa, no agregado (em escudos) e o coeficiente orçamental, segundo as ilhas, por grupo COICOP. Cabo Verde, 2015.....	49
Tabela 11 – Despesa média anual por pessoa no agregado (em escudos), e o coeficiente orçamental segundo tipologia e existência de crianças menores de 15 anos por grupo COICOP. Cabo Verde, 2015.....	50
Tabela 12 – Despesa média anual, por pessoa, no agregado (em escudos), e o coeficiente orçamental, segundo os quintis de despesa, por grupo COICOP. Cabo Verde, 2015.....	51
Tabela 13 – Índice de GINI, por meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015	52
Tabela 14 – Despesa total de consumo, distribuição da despesa total de consumo e despesa média anual, por pessoa, no agregado, por meio de residência e quintil de despesa. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015.....	54
Tabela 15 – Média e mediana da despesa média anual, por pessoa, e o Índice de Gini e evolução 2001/02, 2007 e 2015, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015	55

Tabela 16 – Limiar da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema (em escudos CVE) segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015.....	57
Tabela 17 – Evolução da Incidência da pobreza absoluta global (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza absoluta extrema (%), segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015.....	68
Tabela 18 – Evolução da Incidência da pobreza absoluta global (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza absoluta extrema (%), segundo domínio de estudo de 2001. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015.....	69
Tabela 19 – Incidência (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza Absoluta Extrema (%), segundo ilhas e concelhos. Cabo Verde 2015.....	70
Tabela 20 – Efectivos da população, da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015.....	74
Tabela 21 – Efectivos da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo sexo, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015.....	76
Tabela 22 – Efectivos da população pobre e a distribuição percentual (%), segundo grupos etários, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015.....	78
Tabela 23 – Dimensão, composição e tipologia dos agregados familiares, segundo meio de residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015.....	83
Tabela 24 – Incidência da pobreza global e pobreza extrema, segundo o sexo do representante, por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2015.....	86
Tabela 25 – Distribuição dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza absoluta e o sexo do representante, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015.....	88
Tabela 26 – Taxa de alfabetização (%) e número médio de anos de estudo dos representantes dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza, por meio de residência, concelhos e sexo do representante. Cabo Verde, 2015.....	89
Tabela 27 – Distribuição dos representantes dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza e o estatuto perante a actividade económica, por meio de residência, concelhos e sexo do representante. Cabo Verde, 2015.....	92
Tabela 28 – Taxa de alfabetização juvenil 15-24 anos, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015.....	105
Tabela 29 – Percentagem de jovens 15-24 anos que estão a frequentar um estabelecimento de ensino, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015.....	106

Tabela 30 – Percentagem de jovens 15-24 anos que alguma vez frequentou um estabelecimento de ensino, mas atualmente está fora do sistema educativo, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015.....	107
Tabela 31 – Distribuição da população jovem de 15-24 anos não pobres e pobres, segundo o nível de instrução máximo frequentado, por meio de residência, concelhos e sexo. Cabo Verde, 2015	108
Tabela 32 – Distribuição de jovens 15-24 anos, segundo estatuto na pobreza e situação perante a actividade económica, por meio de residência, concelhos e sexo dos indivíduos. Cabo Verde, 2015	109
Tabela 33 – Distribuição dos agregados familiares segundo o número de vezes com que ficaram privados de alimentos, água potável, remédios, assistência médica ou material escolar por falta de dinheiro, por estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015	113
Tabela 34 – Distribuição dos agregados familiares, segundo o número de vezes que algum membro do agregado comeu num restaurante, foi a uma festa ou discoteca, comprou roupas ou sapatos ou viajou de férias, por estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015.....	114
Tabela 35 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo meio de residência, ilhas e domínio de estudo de 2001/02. Cabo Verde, 2015	117
Tabela 36 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo os concelhos.....	118
Tabela 37 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema, assim como a distribuição percentual, segundo características demográficas do representante do agregado (sexo, grupo etário e estado civil). Cabo Verde, 2015	119
Tabela 38 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema, bem como a distribuição percentual, segundo características sociais do representante do agregado (alfabetização, nível de instrução e estatuto na migração). Cabo Verde, 2015	120
Tabela 39 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo características económicas do representante do agregado (grupo socioeconómico) e quintil das despesas de consumo do agregado). Cabo Verde, 2015	121
Tabela 40 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo características do agregado familiar (dimensão e tipologia). Cabo Verde, 2015	122
Tabela 41 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo a forma de ocupação da habitação e características físicas do alojamento. Cabo Verde 2015.....	123
Tabela 42 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo o acesso a electricidade, a existência de cozinha, principal combustível utilizado para cozinhar e bens de equipamento doméstico. Cabo Verde 2015.....	124

Tabela 43 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo o acesso à água canalizada e principal fonte de água para uso doméstico e para beber. Cabo Verde 2015	125
Tabela 44 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo o acesso a instalações sanitárias e sistemas de evacuação, águas residuais e forma de evacuação de resíduos sólidos (lixo). Cabo Verde 2015.....	126
Tabela 45 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo o acesso a equipamentos de tecnologia de informação e comunicação (TIC), equipamentos de entretenimento e outros. Cabo Verde 2015	127
Tabela 46 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares, segundo o acesso a meio de transporte e bens de investimento. Cabo Verde 2015.....	128
Tabela 47 – Distribuição da amostra dos alojamentos, dos agregados familiares retidos na análise final e a taxa de realização do inquérito	133

SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agregado Familiar
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BR	Brava
BR	Brava
BV	Boavista
BV	Boavista
CCIO-CV	Classificação do Consumo Individual por Objetivos – Listagem de Cabo Verde
COICOP	Classification Of Individual Consumption According To Purpose
CV	Cabo Verde
CVE	Escudos de Cabo Verde
FO	Fogo
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preço no Consumidor
MA	Maio
MA	Maio
MO	Mosteiros
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
p.p.	Pontos Percentuais
PL	Paúl
PN	Porto Novo
PR	Praia
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar
RB	Ribeira Brava
RG	Ribeira Grande
RGST	Ribeira Grande de Santiago
RST	Resto Santiago
SA	Santo Antão
SC	Santa Catarina
SCFO	Santa Catarina do Fogo
SD	São Domingos
SF	São Filipe
SL	Sal
SL	Sal
SLO	São Lourenço dos Órgãos
SM	São Miguel
SN	São Nicolau
SSM	São Salvador do Mundo
ST	Santiago
SV	São Vicente
SV	São Vicente
SZ	Santa Cruz
TA	Tarrafal
TASN	Tarrafal de São Nicolau
TCA	Taxa de Crescimento Anual
TCP	Trabalhador por Conta Própria

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a luta pela redução da pobreza, em particular da pobreza extrema, e pela eliminação da fome tem assumido um papel preponderante, quer a nível internacional, quer a nível nacional.

A nível internacional, o mundo elege para o período 2030 a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, como foco prioritário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos, tendo como metas específicas erradicar a pobreza extrema e reduzir para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

A nível nacional, o Governo assume como primeiro compromisso da década para a IX Legislatura 2016-2021 a “redução da pobreza relativa para um dígito e erradicação da fome e da pobreza extrema do país no quadro da promoção do crescimento económico inclusivo”. O assegurar deste princípio constitui forma de garantir o “desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, orientado para trazer felicidade aos cabo-verdianos com base em mais liberdade e mais democracia, pleno emprego, aumento de rendimento médio do país, potenciar maior e melhor segurança e proporcionar mais qualidade de vida para todos”.

O Instituto Nacional de Estatística, órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, comprometido com a produção de indicadores para a medição e seguimento da problemática da pobreza, realizou, em 2015, o III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, cujos objetivos, para além de medir o nível e a estrutura das despesas e receitas familiares, consistia ainda na estimação dos indicadores de medição da pobreza e elaboração de um perfil da pobreza monetária em Cabo Verde, assim como a análise da sua evolução, com base nos resultados de inquéritos semelhantes realizados, anteriormente.

O último perfil da pobreza, publicado em 2013, teve como base os resultados do II IDRF realizado em 2001/02 . Através de uma abordagem relativa, foram analisados os indicadores da pobreza e o perfil dos pobres, assim como os determinantes da pobreza em Cabo Verde. Em 2008, o Banco Mundial elaborou o estudo “*Tendências, perfil e determinantes da pobreza em Cabo Verde*”.

2001/2002 – 2007”¹, recorrendo aos dados do IDRF 2001/02 e o QUIBB 2007, estudo esse que também abordou a temática numa abordagem relativa.

O primeiro estudo sobre a pobreza data de 1993, e foi realizado pelo Banco Mundial, com base nos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado em 1988/1989.

O presente relatório é o primeiro de análise das tendências e perfil da pobreza, com base numa abordagem da pobreza monetária absoluta. Para além do perfil da pobreza para o ano 2015, apresenta ainda a evolução da pobreza monetária absoluta durante o período 2001/02, 2007 e 2015. É uma fonte privilegiada de informações para a fixação das metas e delineamento de estratégias para as políticas públicas, para que se possa responder aos compromissos nacionais e internacionais.

Tem como objetivo apresentar uma síntese dos principais resultados sobre o nível e a estrutura das despesas realizadas em 2015, indicadores sobre a pobreza monetária absoluta, bem como a desigualdade e alguns indicadores sobre a pobreza não monetária em Cabo Verde, o que permite compreender as diferentes formas de manifestação da pobreza, analisar a sua evolução no tempo, a sua repartição espacial e geográfica nas diferentes ilhas e concelhos.

O documento, para além da introdução, inicia com um resumo metodológico que apresenta as fontes de informação e uma breve descrição da metodologia de determinação do indicador de bem-estar e as linhas de pobreza. O capítulo primeiro analisa as características sociodemográficas da população e dos agregados inquiridos. O segundo analisa o nível e a estrutura das despesas de consumo, assim como a evolução das mesmas ao longo do período 2001/02, 2007 e 2015. O terceiro capítulo analisa os indicadores da pobreza monetária absoluta global e a pobreza extrema, assim como a sua evolução no período 2001/02, 2007 e 2015. O quarto capítulo analisa o perfil da pobreza em 2015: quantos são os pobres, quem são, onde estão e como vivem. O quinto analisa a pobreza e o capital humano, ou seja, o acesso à educação das crianças dos 6 aos 14 anos e dos jovens (15 aos 24 anos), bem como o nível de instrução. O sexto analisa a pobreza subjetiva, ou seja, a perceção da população sobre as condições de habitabilidade, o nível de satisfação de alguns serviços públicos e a sua própria condição perante a pobreza.

¹ Tendances, profil et déterminants de la pauvreté au Cap-Vert 2001/02-2007, Banco Mundial, 2008

Toda a análise será feita tendo em conta as características geográficas, meio de residência e concelhos, bem como algumas características da população e dos representantes dos agregados familiares, tais como sexo, grupo socioeconómico, estatuto na migração e características demográficas dos agregados familiares: tipologia, dimensão e composição.

Em anexo, apresenta-se um resumo metodológico do IDRF 2015, assim como do processo de cálculo da pobreza monetária. Para mais detalhes, sugere-se a leitura do Documento Metodológico do IDRF 2015 e da estimação da pobreza monetária absoluta.

O IDRF 2015, à semelhança do referido relatório, foi financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, através da agência do PNUD, instituições que garantiram, desde o início, quer a assistência técnica, quer a financeira.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) expressa o seu agradecimento a todas as famílias cabo-verdianas pela sua valiosa colaboração e disponibilização de informações necessárias para o presente estudo, um estudo de âmbito nacional. Igualmente, agradece a todos os agentes de recolha, pela entrega e profissionalismo, a toda a equipa técnica do Gabinete do IDRF 2015, bem como a todos os que tenham contribuído para o sucesso desta importante operação estatística.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar um resumo metodológico, quer do IDRF 2015, quer da metodologia utilizada para estimar as despesas de consumo e os indicadores da pobreza, objetos de análise deste relatório.

Todos os detalhes relativamente aos aspetos metodológicos do IDRF 2015 e da metodologia da medição da pobreza absoluta poderão ser consultados no documento metodológico *“Metodologia da medição da pobreza monetária em Cabo Verde”*, elaborado para o efeito. Sugerimos a sua consulta, para mais detalhes sobre o processo de medição da pobreza, em particular da pobreza absoluta.

Fontes de informação

O referido relatório tem como base principal os dados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF), realizado em 2015. Financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento - BAD e pelo Sistema das Nações Unidas, em Cabo Verde, através da agência do PNUD, o IDRF contou com a assistência técnica do BAD, desde o processo de conceção até a elaboração deste relatório final. O IDRF, igualmente, contou com a assistência técnica do Banco Mundial no tratamento dos dados e estimação dos indicadores da pobreza absoluta.

Realizado durante o período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, junto de uma amostra de 6.912 alojamentos e com representatividade a nível dos 22 concelhos do país, o IDRF 2015 teve como objetivo recolher informações que permitam estimar o nível e a estrutura das despesas e rendimentos das famílias, produzir indicadores de pobreza, atualizar os ponderadores do Índice de Preço no Consumidor (IPC) e estimar o consumo das famílias para a consolidação das Contas Nacionais. Para além das informações diretamente associadas à estrutura orçamental, despesa e rendimento, várias informações sobre características da habitação e condições de vida, bem como características sociodemográficas da população foram recolhidas, ampliando o campo de utilização dos resultados. Fortemente relacionado com o tema qualidade das condições de vida, o IDRF recolheu informações sobre a avaliação subjetiva da pobreza e qualidade de vida das famílias, acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação, e informações sobre medidas antropométricas que servirão de base para a análise nutricional da população.

Para as análises de evolução, os dados utilizados provêm do II IDRF, realizado em 2001/02, e do QUIBB 2007.

Para mais pormenores metodológicos, sugerimos a consulta do “**Documento Metodológico – Metodologia da Medição da Pobreza Monetária Absoluta em Cabo Verde**”, com base nos resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, IDRF 2015 .

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

a) Principais definições²

Para melhor entender as análises, importa compreender os principais conceitos:

Agregado familiar

Entende-se por agregado familiar um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo teto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

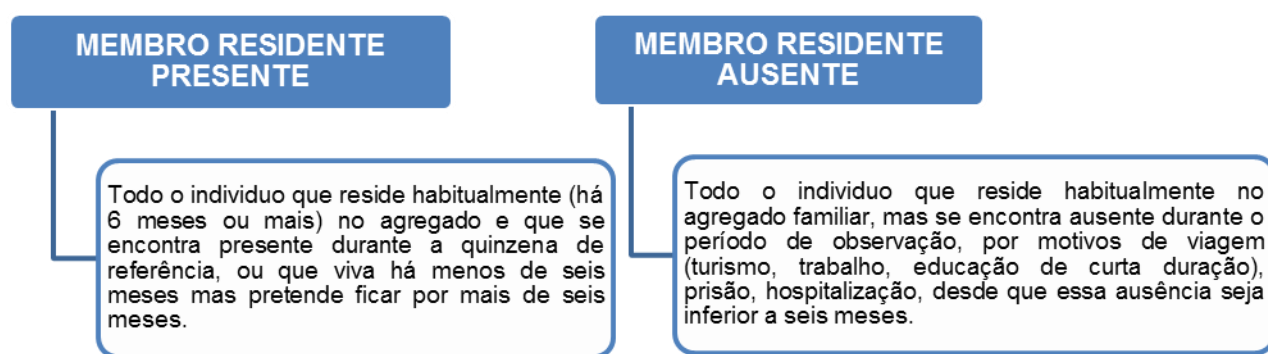
Na sua grande maioria, em cada alojamento habita um agregado familiar constituído de casal e seus filhos, com ou sem dependentes (netos, pais), ou somente por mãe/pai e os filhos que participam das principais refeições, sendo os alimentos provenientes de um único estoque.

São ainda considerados como pertencentes ao agregado o(a)s empregado(a)s doméstico(a)s que coabitem no alojamento (dormem e ali fazem as suas refeições).

Membro do agregado

É considerado membro do agregado todo o indivíduo residente no alojamento, que participa no orçamento comum e/ou nas despesas comuns e não tem outra morada, mesmo que se encontre temporariamente ausente por um período inferior a 6 meses. Os membros do agregado são classificados como membros presentes ou ausentes no agregado.

² Para mais informações sobre os conceitos apresentados e outros conceitos, consultar o Manual do Inquiridor do IDRF III



Representante do agregado

É um indivíduo, membro do agregado familiar, com 15 ou mais anos, podendo estar, fisicamente, presente ou não, no momento da entrevista, que seja responsável pelo agregado familiar e que seja reconhecido como tal pelos restantes membros. Em cada agregado familiar deverá haver sempre um único representante e deve ser um indivíduo aí residente, podendo estar, fisicamente, presente ou não, no momento da entrevista.

Este é identificado pelos membros do agregado, sem nenhuma definição *a priori*.

Despesa total

É a soma de todas as despesas monetárias e não monetárias realizadas pelo agregado familiar.

Despesa monetária

Considera-se despesa monetária todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, sejam para consumo imediato pelo agregado familiar, oferta ou armazenamento, sejam de investimento, realizadas durante o período de 12 meses anteriores à data do primeiro dia do início do período de observação. As compras são avaliadas pelo seu valor total, independentemente do modo ou momento de pagamento.

Despesa não monetária

A despesa não monetária integra a valorização a preço de mercado do autoconsumo (bens alimentares de produção própria) , do autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento, de estabelecimento explorado pelo agregado), Auto alocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa, ou do valor imputado da renda, em caso de valores omissos) dos recebimentos em género, de forma gratuita ou a título de salários em espécie.

Despesa média por agregado familiar

A despesa média por agregado corresponde ao quociente entre a soma das despesas de todos os agregados que verificam uma determinada condição e a soma desses mesmos agregados.

Despesa *per capita*

A despesa *per capita* resulta do quociente entre o valor da despesa do agregado e o respetivo número de indivíduos membros desse agregado.

b) Determinação do indicador de bem-estar – despesas de consumo

O indicador de bem-estar utilizado, quer na análise do nível e estrutura das despesas, quer na análise e medição da pobreza foi o das despesas de consumo, indicador que melhor representa o nível de vida das famílias cabo-verdianas.

O inquérito recolheu informação sobre todas as despesas monetárias efetuadas pelos agregados familiares, assim como todas as aquisições de bens e serviços feitas sem contrapartida monetária, tais como: o autoconsumo, o autoabastecimento e os recebimentos gratuitos a título de oferta ou a título de salário. Os recebimentos gratuitos, autoconsumo e autoabastecimento foram valorados a preços do mercado e incorporados como despesas fictícias. Este procedimento permite homogeneizar os agregados que beneficiam com os que não beneficiam, para melhor se poder fazer análises comparativas de bem-estar, desigualdade e pobreza. Igualmente, um aluguel fictício foi imputado aos agregados que habitam alojamentos próprios ou cedidos de forma gratuita.

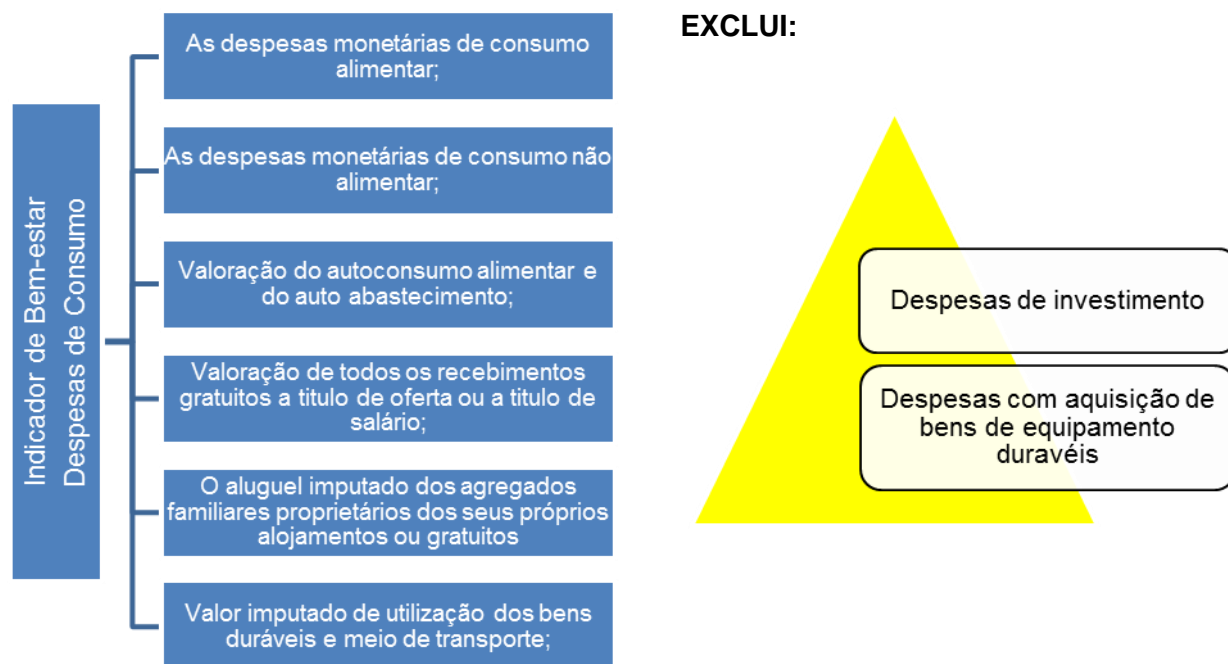
Assim, os dados recolhidos permitem identificar todas as despesas efetuadas ao longo do ano de referência, incluindo:

- Despesas monetárias de consumo de bens alimentares e não alimentares (habitação, saúde, educação, higiene, lazer, etc.);
- Despesas com aquisição de bens de equipamento (fogão, frigorífico, ar condicionado, televisão, etc.);
- Despesas de investimento (aquisição, construção ou grandes remodelações de habitação, terreno para habitação, aquisição de meio de transporte);
- Valoração do autoconsumo alimentar;
- Valoração do autoabastecimento de bens e serviços;
- Valoração dos recebimentos gratuitos de bens e serviços;
- Valoração do aluguel fictício.

Como foi referido anteriormente, Cabo Verde tem vindo a assumir as despesas de consumo como o melhor indicador para medir o bem-estar dos cabo-verdianos, tendo em conta os objetivos dos inquéritos utilizados como fontes de informação, em particular o de medir o nível de vida a partir do nível das despesas efetuadas em bens e serviços. Neste sentido, também para 2015, o indicador de bem-estar a ser utilizado para a análise da pobreza será o mesmo, ou seja, o total anual das despesas de consumo em bens e serviços.

Este indicador é construído em duas grandes etapas. Primeiro, calcula-se o agregado de consumo anual a nível de cada agregado familiar. Para o efeito:

- Exclui-se das despesas totais todas as despesas de investimento, ou seja, as despesas com aquisição, construção ou grandes remodelações de habitação, terreno para habitação, aquisição de meio de transporte.
- Inclui-se a valoração das despesas de consumo anual dos bens de equipamento duráveis e meio de transporte familiar.



Depois, para se poder ter em conta as diferenças na composição dos agregados, normalizam-se as despesas totais de consumo, dividindo o consumo total pela dimensão do agregado, obtendo as despesas de consumo *per capita* anual.

c) Estimação e evolução do limiar da pobreza absoluta

O limiar da pobreza é um valor monetário com o qual se comparam as despesas médias de consumo anual por pessoa, de um agregado, para determinar o seu estatuto perante a pobreza.

Um indivíduo é considerado em situação de pobreza absoluta quando os seus recursos são insuficientes para cobrir, sem sacrifício, as necessidades básicas alimentares e não alimentares, ou seja, quando o total da sua despesa média anual é inferior a um montante mínimo determinado e que se designa de limiar da pobreza.

Se um indivíduo é forçado a sacrificar parte das suas necessidades alimentares para cobrir as necessidades não alimentares, considera-se que está em extrema pobreza.

Para estimar o limiar absoluto da pobreza global e da pobreza absoluta extrema, recorreu-se ao método de Revillon (1998), que consiste em, a partir de um limiar alimentar, estimar um limiar da pobreza extrema (limiar baixo da pobreza) e da pobreza global (limiar alto da pobreza). A metodologia utilizada é detalhada no documento metodológico “**Documento Metodológico de**

Estimação da Pobreza Monetária Absoluta, com base nos resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, IDRF 2015 “.

Em resumo, o limiar alimentar de 2015 foi estimado com base na valorização de um cabaz de 24 produtos alimentares da população de referência, do primeiro quintil de despesa, e que satisfazem 2.127 quilocalorias, consideradas mínimas para um indivíduo sobreviver.

Com base no limiar alimentar fixado em 29.532 por pessoa, por ano, foi estimado para cada meio de residência, urbano e rural, o limiar da pobreza absoluta global e o da pobreza absoluta extrema.

Para os anos 2001-2002 e 2007, recorreu-se aos índices de preço no consumidor para ajustar os limiares alimentar, pobreza global e pobreza extrema.

Comparando os resultados, pode-se observar, no meio rural, um maior incremento do valor do limiar da pobreza, atendendo ao aumento de 37,5% entre 2001/02 e 2015.

As linhas da pobreza monetária absoluta do meio rural representam cerca de 86% do limiar estimado para o meio urbano.

Tabela 1 – Limiares da pobreza monetária absoluta, por pessoa e por ano (em escudos CVE), por meio de residência. Cabo Verde 2015

LIMIAR DA POBREZA ABSOLUTA				
	2001/02	2007	2015	Evolução (%) 2001/02 e 2015
Limiar Absoluto Alimentar	22.502	24.692	29.532	31,2
Limiar da Pobreza Absoluta Global				
Urbano	73.817	80.388	95.461	29,3
Rural	59.420	65.578	81.710	37,5
Limiar da Pobreza Absoluta Extrema				
Urbano	38.431	41.852	49.699	29,3
Rural	35.782	39.491	49.205	37,5

Fonte: INE, IDRF 2001/02 , QUIBB 2007 e IDRF 2015

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO E DOS AGREGADOS FAMILIARES

I

Este capítulo tem como objetivo caracterizar em termos demográficos e, de forma sucinta, os agregados familiares estimados com base no IDRF 2015 e a população residente, unidades primárias de observação e de análise demográfica, social e económica.

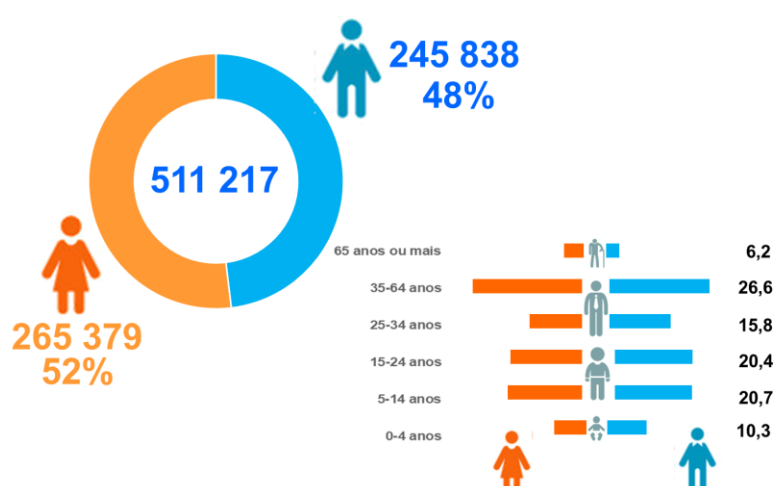
Toda a análise subsequente terá como base os agregados familiares, as suas características demográficas e as dos respetivos representantes, de modo a permitir a compreensão das suas diferenças, assim como a população residente.

1.1 Características da população

De acordo com os resultados do IDRF 2015, a população foi estimada em **511.217³**, sendo estes distribuídos por **127.333** agregados familiares.

Maioritariamente feminina (52%), a população de Cabo Verde continua jovem, sendo metade do seu efetivo menor de 25 anos (50,9%).

Gráfico 1 – Distribuição da população, segundo o meio de residência e grupo etário. Cabo Verde 2015



³ Os efetivos estimados não foram ajustados à projeção da população para o período 2010-2030.

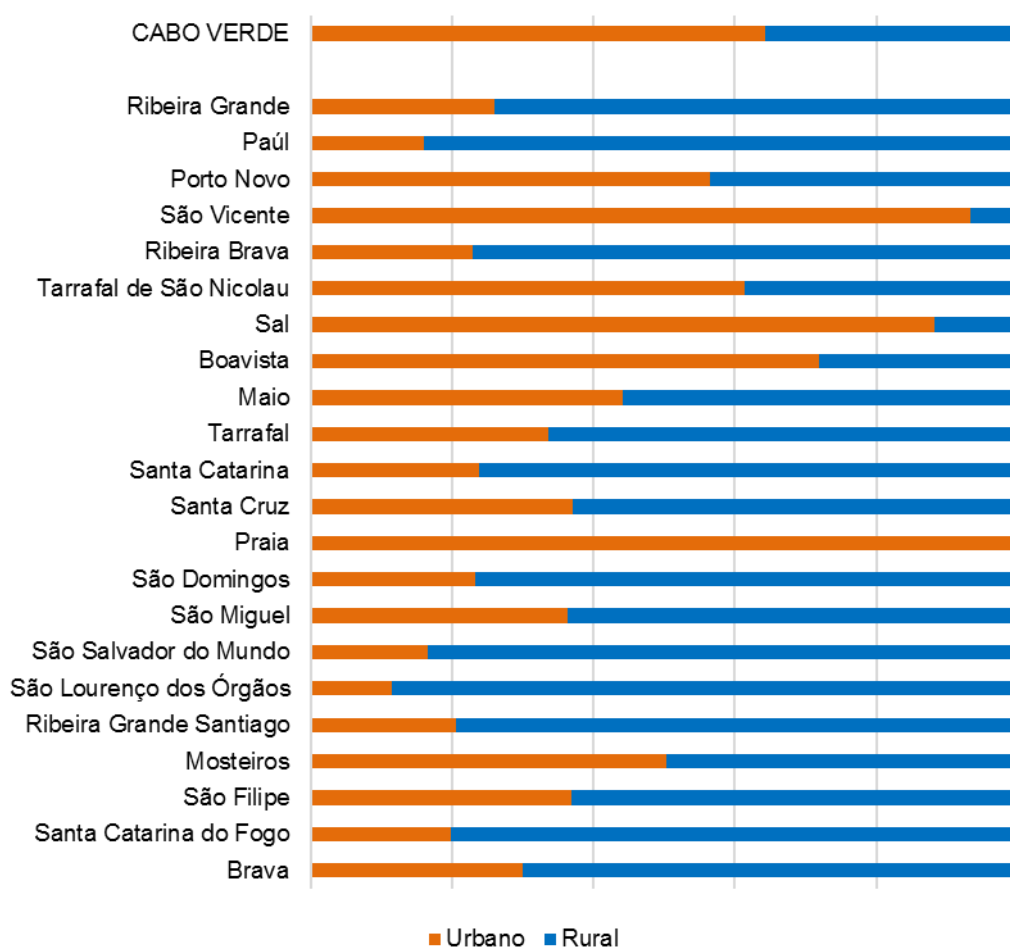
1.2 Nível de urbanização

A ilha de Santiago, a maior do país, continua a albergar mais de metade da população (56,7%), com destaque para o Concelho da Praia, com 27,5%. Segue-se São Vicente, com 14,7% da população.

No período de referência, 2015, 67,9% dos agregados familiares e 64,3% da população residiam no meio urbano.

As ilhas de São Vicente e Sal são ilhas predominantemente urbanas, com mais de 90% da população a residir em meio urbano. Segue-se Boavista, com 71,6% da população a residir em meio urbano e Santiago, com 67,3%. Contudo, é de referir que em Santiago, o concelho da Praia, que alberga a capital do país, é considerada como 100% urbana. Todos os outros concelhos são predominantemente rurais, acontecendo o mesmo com as outras ilhas (Maio, São Nicolau, Fogo e Brava), em que mais de metade da população vive em zonas rurais.

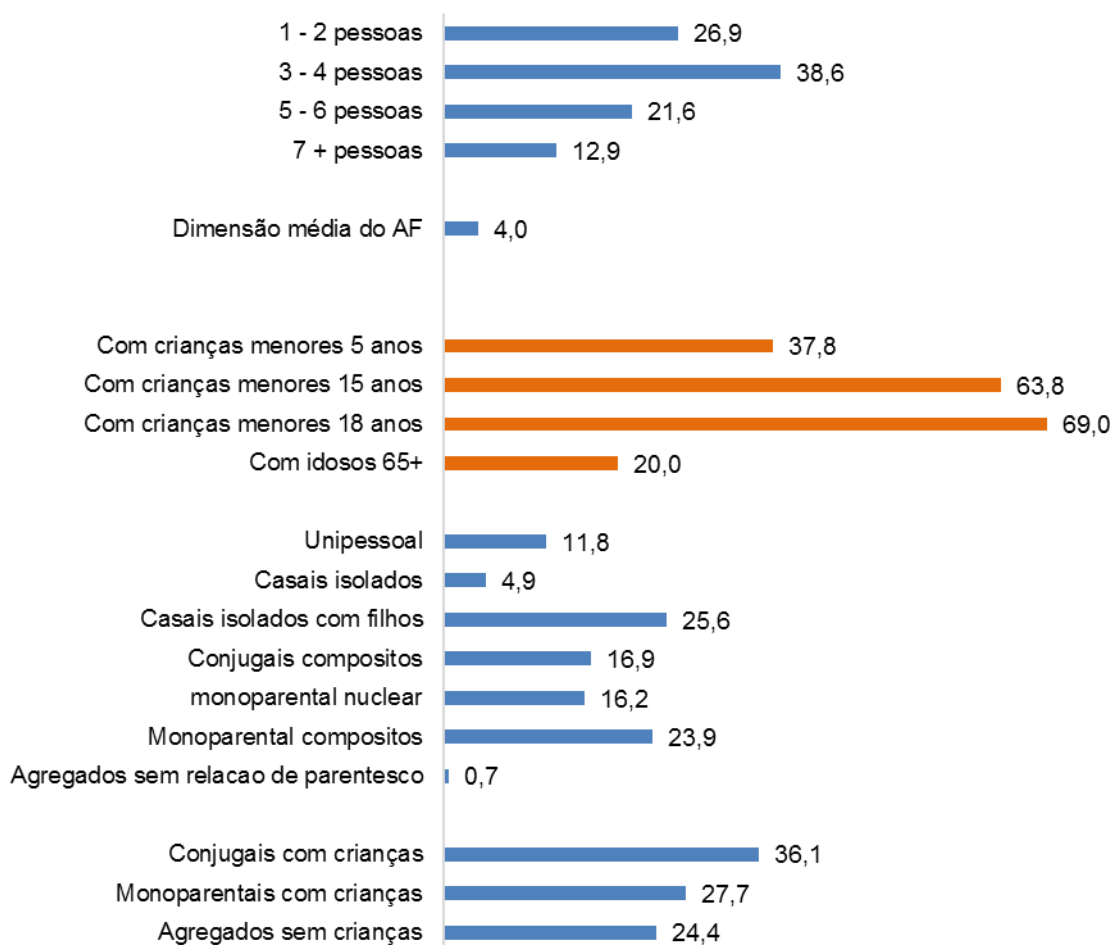
Gráfico 2 – Distribuição da população, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015



1.3 Dimensão, composição e tipologia dos agregados familiares

De acordo com os resultados do IDRF 2015, a nível nacional, os **127.333** agregados familiares, maioritariamente do tipo conjugal (47,7%), caracterizam-se por uma dimensão média de 4 pessoas, e pela existência de pelo menos uma criança menor de 18 anos em cerca de 69% dos agregados.

Gráfico 3 – Distribuição dos agregados familiares, segundo a dimensão, dimensão média, percentagem de agregados segundo a existência de crianças e idosos e distribuição dos agregados segundo a tipologia.

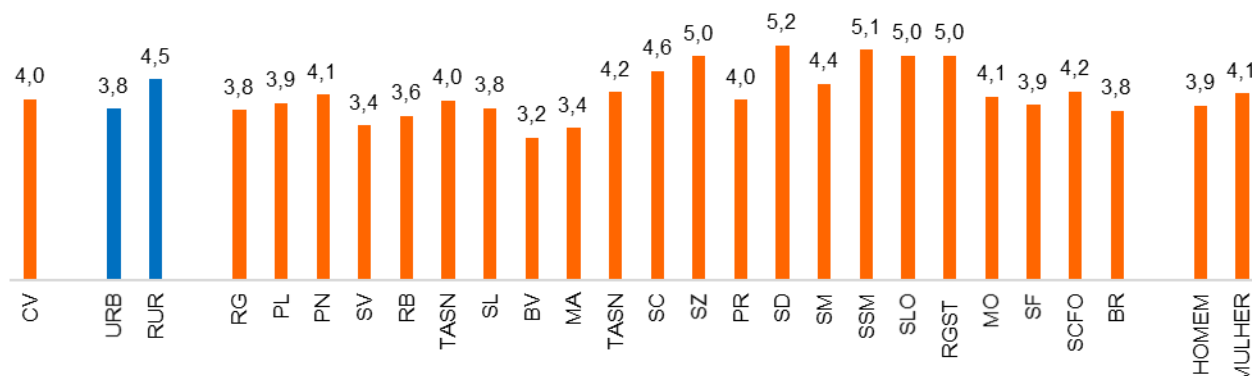


Segundo o meio de residência e concelho, pode-se constatar assimetrias a nível da dimensão, composição, e tipologia dos agregados familiares.

No meio urbano, a dimensão média dos agregados é de 3,8 pessoas contra 4,5 no meio rural. Os concelhos mais urbanos apresentam dimensões médias inferiores a 4 pessoas e os concelhos maioritariamente rurais apresentam maiores dimensões, com destaque para os de São Salvador do Mundo e São Domingos, cuja dimensão média é superior a 5 pessoas. Igualmente, observa-se que

agregados familiares representados por mulheres são mais numerosos do que os representados por homens.

Gráfico 4 – Dimensão média do agregado familiar, segundo o meio de residência, concelho e sexo do representante. Cabo Verde, 2015

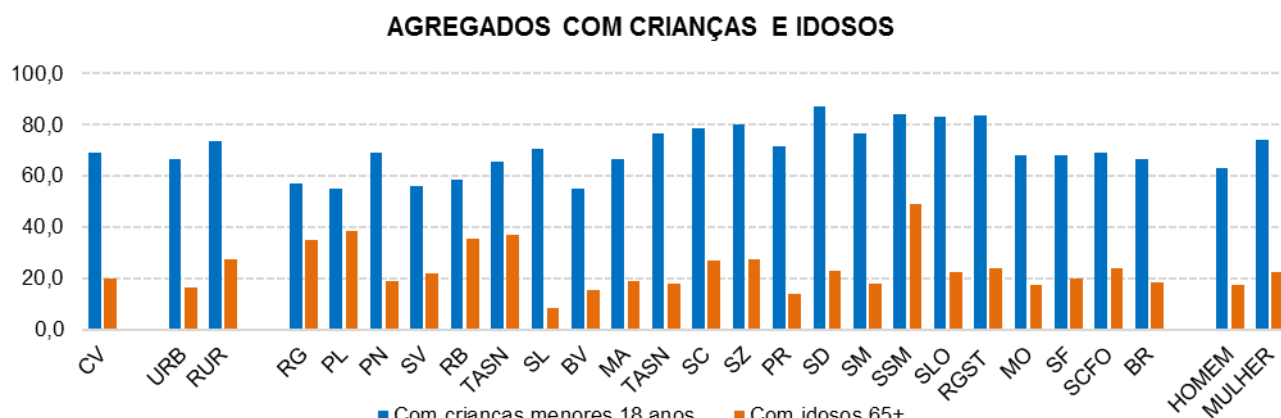


Analisando a composição dos agregados, estima-se que 69% dos agregados familiares tinham pelo menos uma criança menor de 18 anos. No meio urbano, esta percentagem eleva-se para 74%, enquanto no meio rural é de 67%.

Cerca de 20% dos agregados tem pelo menos uma pessoa com 65 anos ou mais. No meio rural, 27,5% dos agregados tem pelo menos um dependente idoso, enquanto no meio urbano 16,5% tem a seu cargo um idoso.

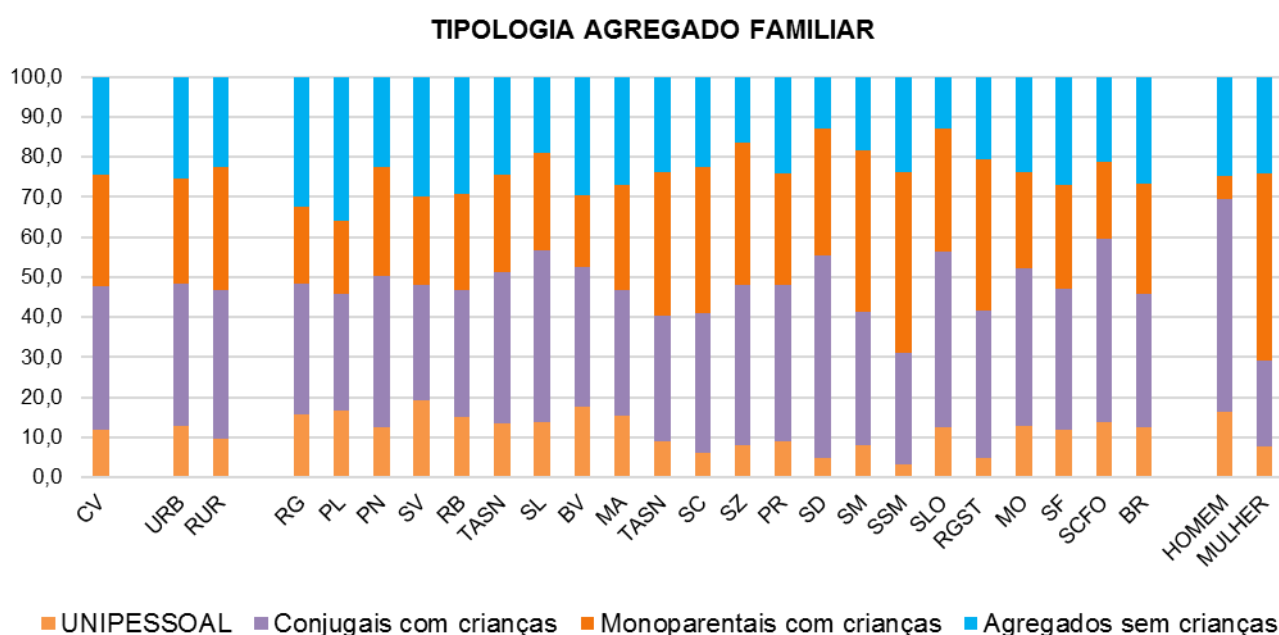
A incidência de crianças menores de 18 anos e de idosos de 65 anos ou mais é maior nos agregados representados por mulheres, como se pode observar do gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Percentagem de agregados com pelo menos uma criança menor de 18 anos e com pelo menos um idoso de 65 anos ou mais, segundo meio de residência, concelho e sexo do representante. Cabo Verde, IDRF 2015



Em termos de tipologia, tendo como referência o representante do agregado e tendo em conta a existência ou não de crianças menores de 15 anos, estima-se que 36% dos agregados familiares é do tipo conjugal, com pelo menos uma criança, e 27,7% do tipo monoparental, com crianças. Cerca de 11,8% é agregado unipessoal e cerca de 24,4% é agregado sem crianças. No meio urbano, observa-se uma maior incidência de agregados unipessoais, 12,8%, contra 9,6% no meio rural, onde se verifica uma maior percentagem de agregados familiares monoparentais com crianças, 30,7%, contra 26,3% no meio urbano.

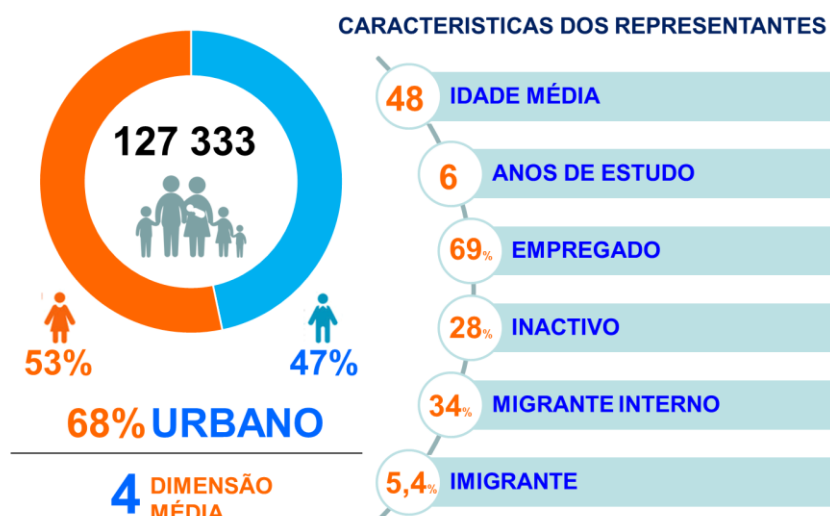
Gráfico 6 – Distribuição dos agregados familiares, segundo a tipologia e a existência ou não de crianças, segundo meio de residência, concelho e sexo do representante. Cabo Verde, IDRF 2015



1.4 Características sociodemográficas dos representantes dos agregados

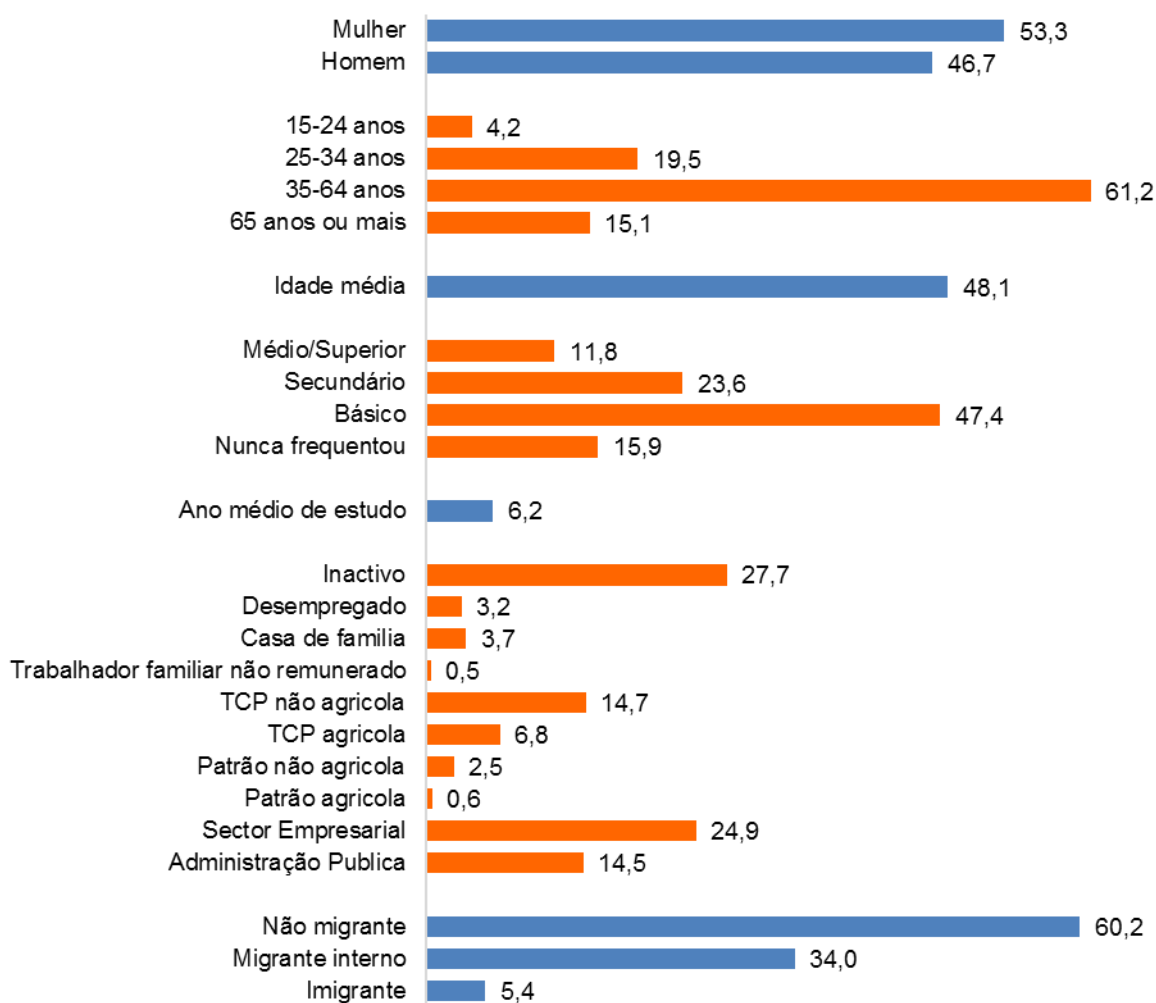
De acordo com a definição utilizada no IDRF 2015, o representante do agregado familiar é um indivíduo, membro do agregado familiar, com 15 ou mais anos, podendo estar fisicamente presente ou não no momento da entrevista, responsável pelo agregado familiar e reconhecido como tal pelos restantes membros. Em cada agregado familiar, deverá haver sempre um único representante e deve ser um indivíduo aí residente.

Gráfico 7 – Características socioeconómicas dos representantes dos agregados familiares. Cabo Verde 2015



Neste contexto, e de acordo com os resultados do IDRF 2015, a nível nacional, mais de metade dos agregados familiares (53,3%) declarou ser uma mulher o seu representante, contra 46,7% que declarou ser um homem.

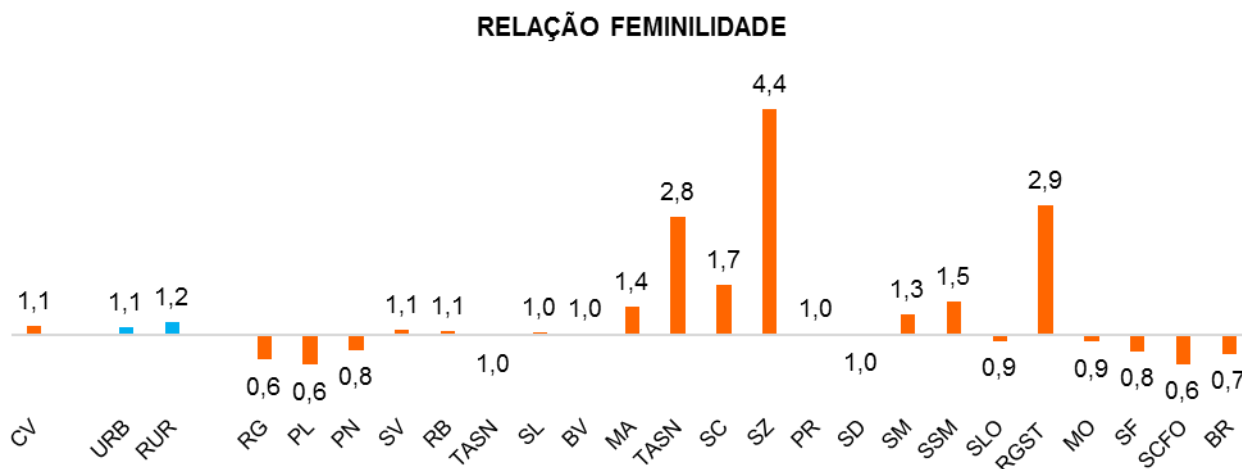
A idade média dos representantes é de 48 anos. Cerca de 15% dos agregados são representados por idosos. Quase metade dos representantes (47,4%) possuía o nível básico de escolaridade e, em média, 6,2 anos de estudo. Cerca de 68% são ativos ocupados, exercendo, na sua grande maioria, no sector empresarial (24,9%), ou na administração pública (14,5%), ou como trabalhadores por conta própria (TPC) no sector não agrícola (14,7%). É de realçar que cerca de 27,7% dos representantes são inativos. Somente 3,2% foram classificados como sendo desempregados. Cerca de 34% dos agregados familiares são representados por pessoas migrantes, ou seja, pessoas que residem num concelho diferente do de nascimento. E cerca de 5,4% dos agregados são representados por imigrantes, pessoas que nasceram no estrangeiro.

Gráfico 8 – Características socioeconómicas dos representantes dos agregados familiares. Cabo Verde 2015


Da análise segundo os níveis geográficos, pode-se aferir as assimetrias quer entre o meio rural e o meio urbano, quer a nível dos concelhos, quer a nível do sexo do representante, fatores que podem influenciar significativamente nas análises posteriores.

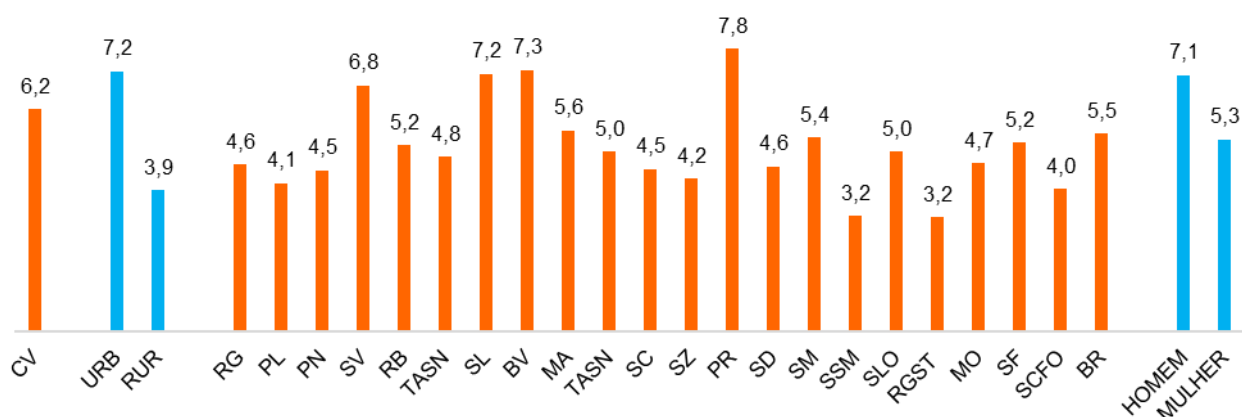
Apesar de, no âmbito do IDRF, se ter estimado uma percentagem maior de representantes do sexo feminino, pode-se aferir que a nível geográfico, existem algumas assimetrias, em que as ilhas de Santo Antão, Fogo e Brava apresentam uma maior percentagem de agregados familiares representados por homens, em particular nos concelhos de Paúl, e de Santa Catarina do Fogo, onde, para cada 100 agregados, 60 são representados por homens. Com comportamento oposto, destacam-se os concelhos de Santa Cruz e Ribeira Grande de Santiago, em Santiago, e o de Tarrafal de São Nicolau, com maiores percentagens de agregados representados por mulheres.

Gráfico 9 – Relação de feminilidade (Mulheres/Homens) dos representantes de agregado familiar, segundo meio de residência e concelho. Cabo Verde, IDRF 2015



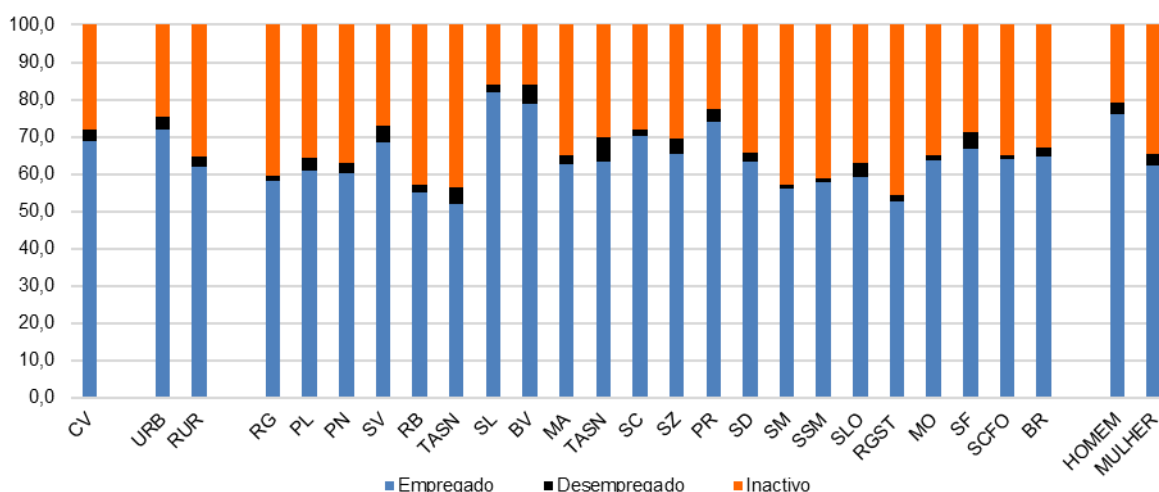
Os representantes masculinos possuem um nível de instrução superior ao registado nas mulheres. Enquanto os homens possuem, em média, 7,0 anos de estudo, as mulheres possuem 5,3, equivalente ao 7º ano (1º ano do ensino secundário) e 5º ano de escolaridade do ensino básico. As assimetrias relativamente ao nível de instrução são visíveis a nível geográfico, tendo os representantes dos agregados urbanos uma média de 7,2 anos de estudo, enquanto os do meio rural possuem somente 3,9. Consequentemente, os concelhos mais urbanos possuem representantes com nível de escolaridade mais alto. De realçar os representantes no concelho da Praia, Sal e Boavista, os quais, em média, possuem mais de 7 anos de estudo. Por outro lado, os concelhos de São Salvador do Mundo e Ribeira Grande de Santiago são os com menor nível de escolaridade.

Gráfico 10 – Número médio de anos de estudo dos representantes de agregado familiar, segundo meio de residência, concelho e sexo do representante. Cabo Verde, IDRF 2015.



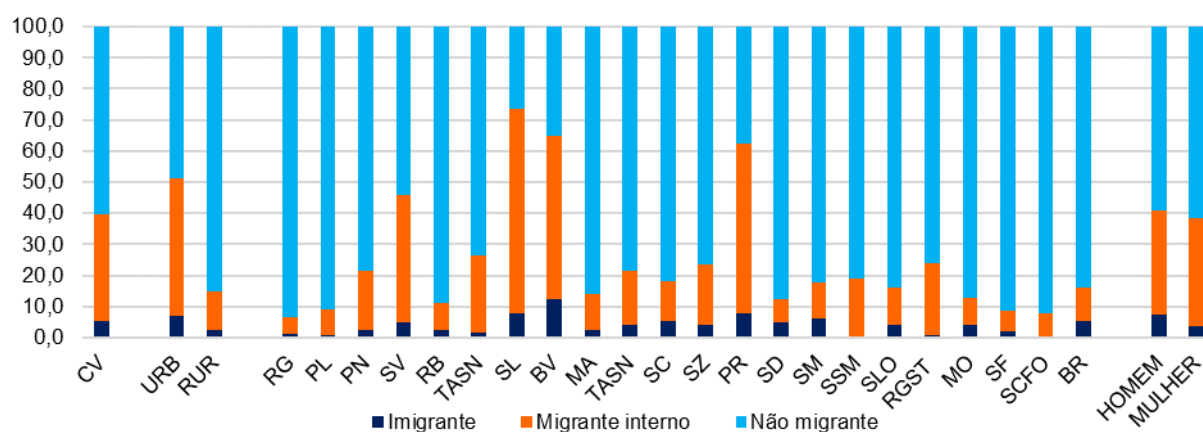
A percentagem de representantes desempregados é residual em praticamente todos os concelhos. As diferenças geográficas são marcadas, essencialmente, pelo nível de inatividade dos representantes, o que é maior no meio rural (35,2%) do que no meio urbano (24,7%), e nos concelhos predominantemente rurais como os da ilha de São Nicolau e o concelho de Ribeira Grande de Santiago, com mais de 43% de representantes inativos.

Gráfico 11 – Distribuição dos representantes de agregado familiar, segundo a situação perante a atividade económica



Cerca de 34% dos agregados familiares são representados por pessoas migrantes, ou seja, que residem em concelhos diferentes do de nascimento, e cerca de 5,5% são imigrantes, nascidos no estrangeiro. Como se pode observar no gráfico, os concelhos do Sal, da Boavista e da Praia são os que apresentam maior peso de agregados representados por não naturais. No Sal, pouco mais do que um quarto dos agregados é representado por naturais do concelho. Cerca de 65,8% são pessoas nascidas em outros concelhos e 7,7% são imigrantes. Na Boavista, 52% dos representantes não são naturais do concelho e cerca de 12% são imigrantes. Segue-se o concelho da Praia, com 54,4% dos representantes não naturais e 7,9% imigrantes. Ribeira Grande e Paúl, em Santo Antão, São Filipe e Santa Catarina do Fogo são os concelhos em que mais de 90% dos agregados são representados por naturais dos próprios concelhos.

Gráfico 12 – Distribuição de agregado familiar, segundo o estatuto na migração dos representantes.
Cabo Verde IDRF 2015

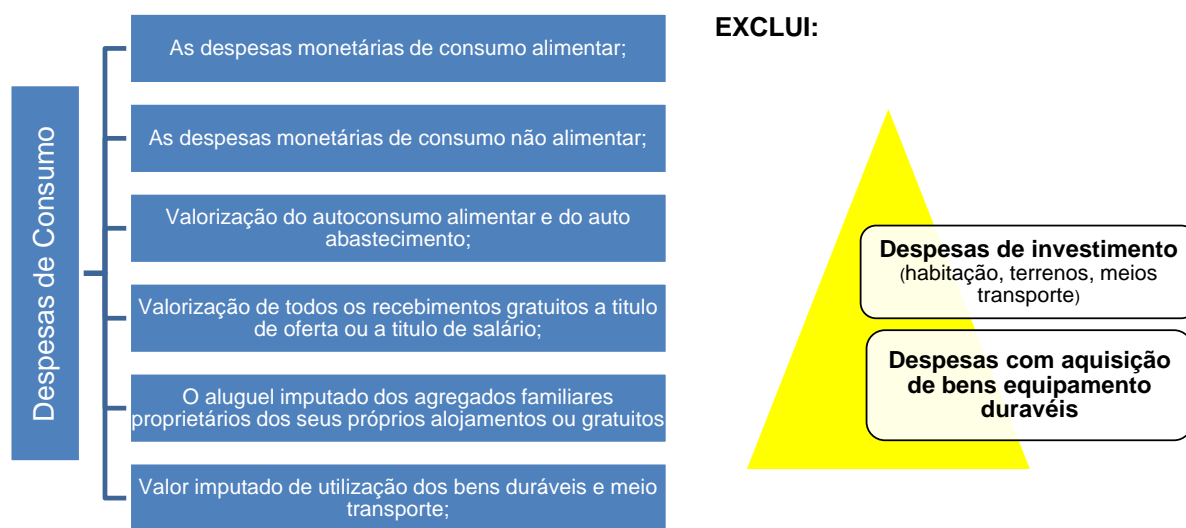


NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CONSUMO II

Este capítulo tem por objetivo a análise do nível e da estrutura das despesas de consumo das famílias cabo-verdianas, assim como a evolução das mesmas ao longo do período 2001/02, 2007 e 2015. Toda a análise será feita tendo em conta as características geográficas e algumas características sociodemográficas dos agregados familiares e dos seus representantes.

1.1 Evolução do nível das despesas de consumo

No âmbito do IDRF 2015, foram registadas todas as despesas monetárias com bens em serviços, o autoconsumo de bens alimentares, o autoabastecimento e os recebimentos gratuitos a título de oferta ou de salário efetuados durante os últimos 12 meses, sejam as despesas de carácter de consumo ou de investimento. Para efeitos de análise, serão consideradas as despesas de consumo que integram⁴:



⁴ Para mais informações, consulte o Documento metodológico - Metodologia da medição da pobreza monetária em Cabo Verde, IDRF 2015

1.1.1 Nível nacional

Durante o ano de 2015, os **127.333** agregados familiares cabo-verdianos realizaram um total de cerca de **85 milhões de contos** (84 967 978 159 CVE) em despesas de consumo de bens e serviços, o equivalente a uma despesa média anual, por agregado, de 667.291 CVE (seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um escudos).

Atendendo às diferenças em termos de dimensão e composição (sexo e idade) dos agregados familiares, e de modo a normalizar as despesas de consumo, toda a análise será com base nas despesas médias anuais *per capita*, ou seja, por pessoa, no agregado.

Os resultados do IDRF 2015 estimam a despesa anual por pessoa, em cada agregado, em preços correntes, em **166.207 CVE** (cento e sessenta e seis, duzentos e sete escudos), valor equivalente a montantes médios mensais de **13.851 CVE**, por pessoa, o que significa que, mensalmente, em média, um agregado familiar com quatro pessoas realiza 55.404 CVE em despesas de bens e serviços de consumo.

Gráfico 13 – Despesa total de consumo, despesas médias anuais, por pessoa, no agregado (em escudos), segundo meio de residência. Cabo Verde, 2001/02 e 2015.

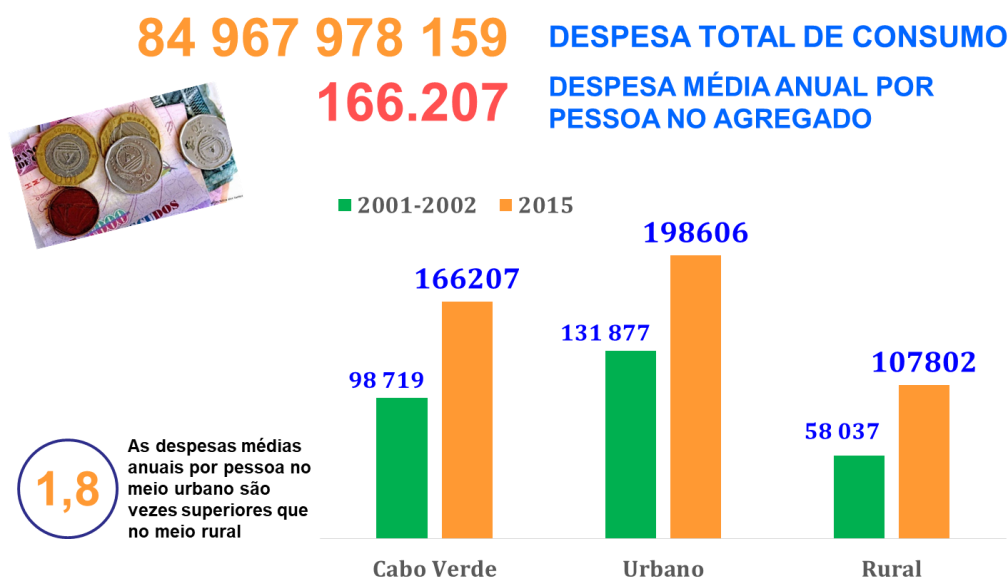


Tabela 2 – Despesas total, anual e média por agregado familiar e por pessoa (em escudos), por meio de residência. Cabo Verde 2015

	Despesas totais	%	Despesas médias anuais por agregado	Despesas médias anuais por pessoa
Cabo verde	84.967.978.159	100,0	667.291	166.207
Meio de Residência				
Urbano	65.304.540.020	76,9	755.402	198.606
Rural	19.663.438.139	23,1	480.971	107.802

Da análise comparativa, expressa em valores correntes, pode-se constatar que a despesa média de consumo anual por pessoa, no agregado, aumentou em 68,4%, passando de 98.719 CVE, em 2002, para **166.207 CVE**, em 2015, registando assim uma taxa de crescimento anual de 4,1%.

Tabela 3 – Evolução da despesa total anual média, por agregado familiar e por pessoa (em escudos CVE) e a taxa de crescimento anual. Cabo Verde, IDRF 2001/02 e IDRF 2015

	Despesas médias anuais por agregado			Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	2001/02	2015	TCA ⁵ 2002-2015	2001/02	2015	TCA 2002-2015
Cabo Verde	487 792	667 291	2,4%	98 719	166 207	4,1%
Meio de Residência						
Urbano	629 773	755 402	1,4%	131 877	198 606	3,2%
Rural	299 533	480 971	3,7%	58 037	107 802	4,9%

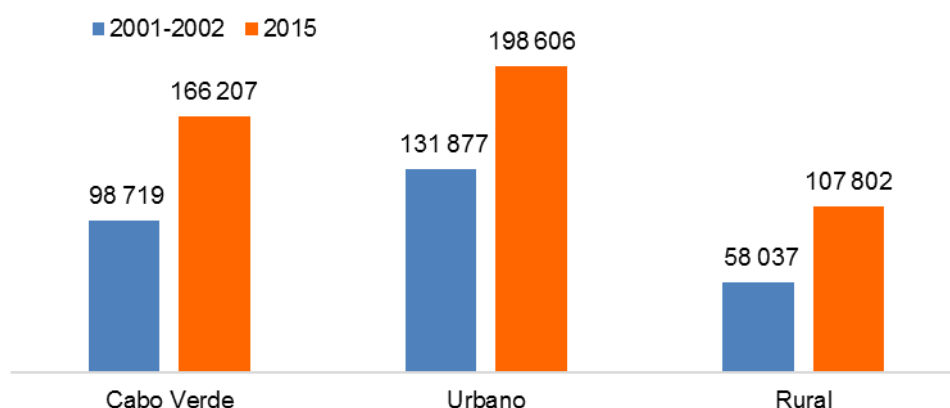
1.1.2 Meio de residência

O meio urbano, por albergar cerca de dois terços da população (64% da população e 68% dos agregados familiares), concentra cerca 76,9% das despesas de consumo das famílias. Em média, cada pessoa, num agregado do meio urbano, realiza, anualmente, uma despesa de 198.606 CVE, valor significativamente superior ao registado no meio rural.

⁵ Taxa de Crescimento Anual

O crescimento anual entre estes dois períodos foi registado essencialmente no meio rural, registando um aumento de 73,1% no consumo médio anual por pessoa, que passa de 58.037 CVE para 107.802 CVE, a uma taxa de crescimento médio anual de 4,9%. No meio urbano, pese embora o aumento registado, este é em menor proporção. As despesas médias anuais, por pessoa, passam de 131.877 CVE, em 2002, para 198.606 CVE, em 2015, a uma taxa de crescimento médio anual de 3,2%.

Gráfico 14 – Evolução das despesas médias anuais, por pessoa (em escudos). Cabo Verde, 2001/02 e 2015



1.1.3 Ilha / Concelho

De acordo com os domínios de estudo de 2001⁶, pode-se observar um aumento, quer a nível do total das despesas, quer a nível das despesas médias do agregado ou por pessoa, com maior destaque para a ilha de Santo Antão, que aumentou as despesas anuais médias, por pessoa, em 114,6%, passando de 61.777 ECV, em 2001, para 132.542 ECV, em 2015, e Resto de Santiago que aumentou 84%, passando de 65.329 ECV, em 2001, para 120.221 ECV, em 2015. O concelho da Praia regista o menor aumento nas despesas médias anuais por pessoa, 35,8%, passando de 152.787 ECV para 207.464 ECV.

Santiago continua a concentrar mais de metade das despesas realizadas no país (55,5%), com a Praia a representar cerca de 34%. São Vicente e Fogo vêem o seu peso relativo no total das despesas diminuir em cerca de 2,5 p.p. (19,5%, em 2001, para 17%, em 2015) e em 1,6 p.p. (6,2%, em 2001, para 4,7%, em 2015), respectivamente. E o conjunto das outras ilhas (Boavista, Sal,

⁶ O IDRF 2001/2002 não foi representativo a nível de concelho

Brava, São Nicolau) vê aumentado o seu peso relativo em 4,4 p.p. (12,2%, em 2001, para 16,5%, em 2015).

Gráfico 15 – Despesa média anual, por pessoa, no agregado (em escudos), segundo os domínios de estudo de 2001/02 . Cabo Verde, IDRF 2001/02 e 2015

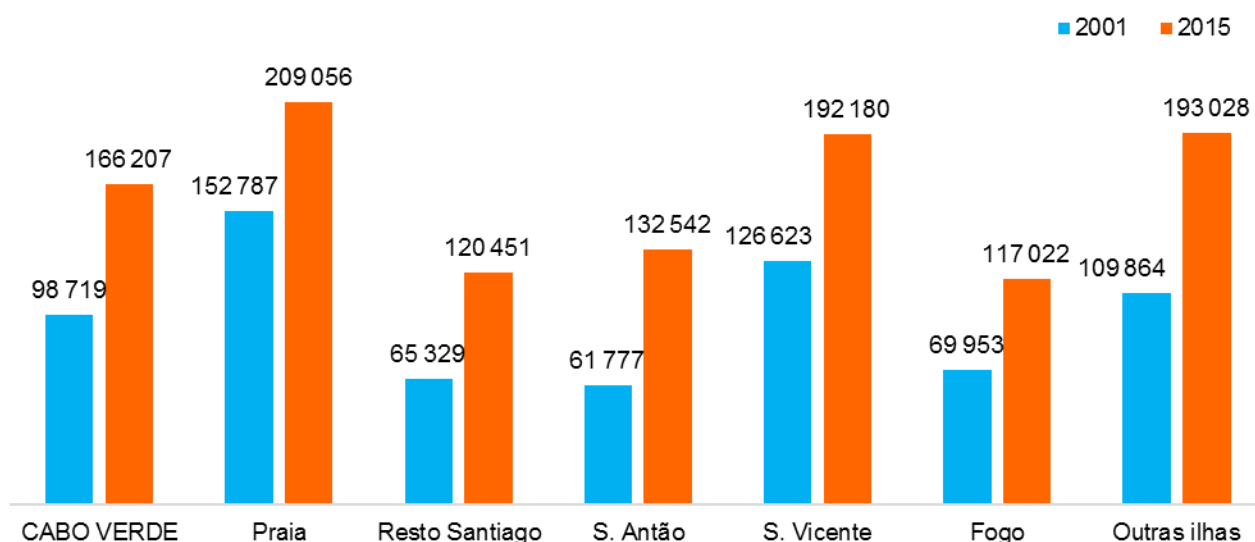


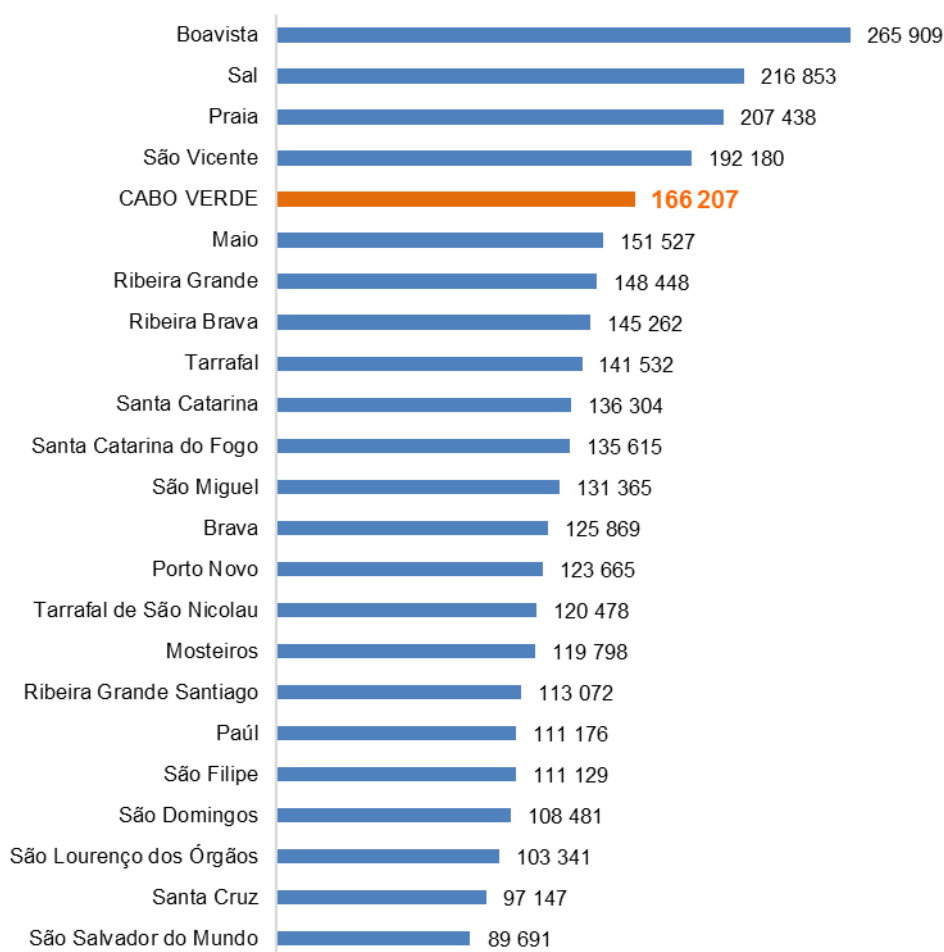
Tabela 4 – Despesas total e anual, distribuição das despesas totais e das despesas médias anuais, por pessoa (em escudos), por domínio estudo de 2001. Cabo Verde, 2015

	Despesas totais dos agregados (em escudos CVE)	Peso (%)	Despesas médias anuais por pessoa (em escudos CVE)
2001	Praia	34,0	152 787
	Resto de Santiago	21,5	65 329
	S. Antão	6,7	61 777
	S. Vicente	19,5	126 623
	Fogo	6,2	69 953
	Outras ilhas	12,2	109 864
2015	Praia	34,3	209 056
	Resto de Santiago	21,1	120 451
	S. Antão	6,4	132 542
	S. Vicente	17,0	192 180
	Fogo	4,7	117 022
	Outras ilhas	16,5	193 028

Da análise por ilha e concelho, os resultados demonstram disparidades relativamente ao consumo, quer a nível das ilhas, quer a nível dos concelhos. Os concelhos com características mais rurais apresentam níveis de despesas muito inferiores aos concelhos considerados mais urbanos. De realçar que o consumo realizado nos concelhos mais urbanos, tais como Praia (34,3%), São Vicente (17,0%) e Sal (8,8%), representa, ao todo, cerca de 60% do total das despesas do consumo realizado no país.

Em termos médios, por um lado, os concelhos da Boavista (BV), do Sal (SL), da Praia (PR) e de São Vicente (SV) registam uma despesa média anual, por pessoa, superior à média nacional. Por outro lado, os concelhos de São Domingos (SD), São Lourenço dos Órgãos (SLO), Santa Cruz (SZ) e São Salvador do Mundo (SSM) registam uma despesa média anual, por pessoa, muito inferior à média nacional, como se pode conferir no gráfico seguinte.

Gráfico 16 – Despesas anuais médias, por pessoa, (em escudos) segundo os concelhos. Cabo Verde, 2015

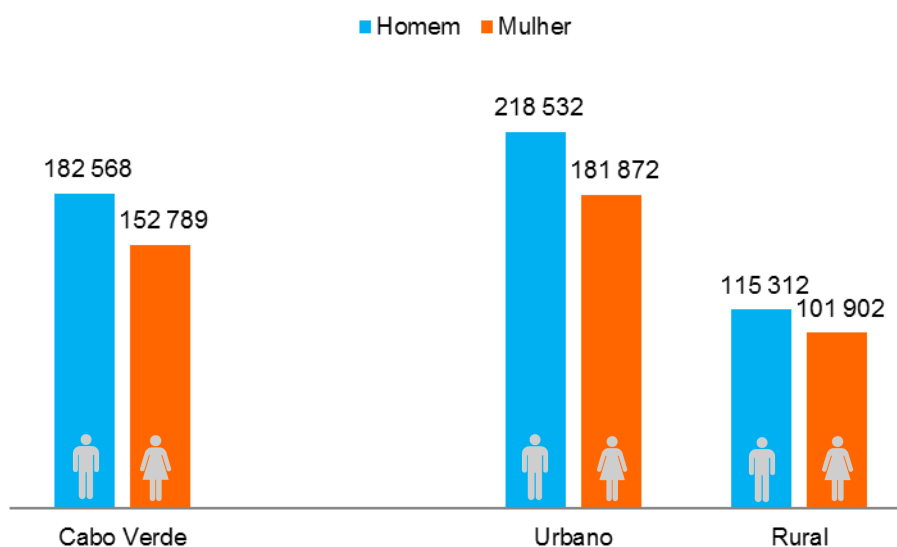


1.2 Despesas segundo características socioeconómicas do representante

Da análise, segundo o sexo do representante, pode-se aferir que o género pode ser um determinante no consumo médio anual das famílias cabo-verdianas. Constatou-se que 51% das despesas totais de consumo foram realizadas em agregados representados por mulheres. No entanto, nos agregados representados por homens, o consumo médio anual, por pessoa, é superior ao registado nos agregados representados por mulheres. Ou seja, o nível de consumo nos agregados representados por homens é de 182.568 CVE contra 152.789 CVE registado nos agregados representados por mulheres. Esse facto pode ser explicado pela dimensão dos agregados familiares que é superior nos agregados representados por mulheres (4,1 pessoas contra 3,9 nos agregados representados por homens).

As disparidades de género são mais acentuadas no meio urbano, onde as despesas médias anuais, por pessoa, nos agregados representados por homens, são cerca de 36 mil escudos, por pessoa, por ano, superiores às despesas nos agregados femininos. No meio rural, a diferença entre os agregados masculinos e os femininos é de cerca de 13 mil escudos, por pessoa, por ano.

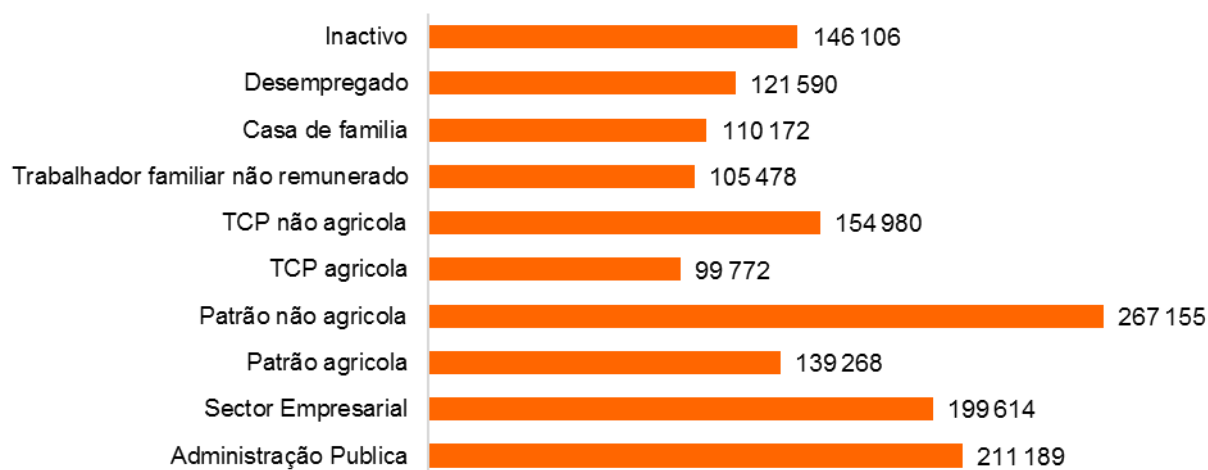
Gráfico 17 – Despesa média anual, por pessoa, no agregado (em escudos) , segundo o sexo do representante. Cabo Verde 2015



As características económicas do representante, em particular a sua condição perante a atividade económica e o sector de atividade em que opera, também determinam alguma disparidade de consumo. Numa primeira análise, é visível que os agregados cujos representantes trabalham são ativos ocupados, que o nível de consumo é superior ao dos que não trabalham ou que são inativos. Observa-se que, em relação aos agregados cujo representante é empregado, o consumo médio anual, por pessoa, é de 176.352 CVE, enquanto que nos agregados cujo representante é

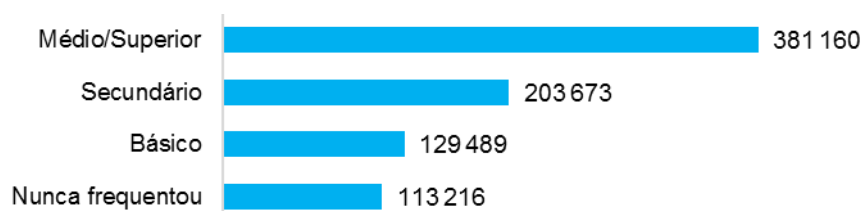
desempregado é de 121.590 CVE, sendo de 146.106 CVE nos inativos. No entanto, verificam-se diferenças significativas de consumo mesmo entre os que trabalham, com os agregados representados por pessoas que trabalham por conta própria e com pessoas ao serviço no sector não agrícola (patrão não agrícola), na administração pública e no sector empresarial, a apresentar níveis de consumo superiores à média nacional e com consumos *per capita* iguais ou superiores a 200.000 CVE. Noutro extremo, e com níveis abaixo de agregados cujos representantes são desempregados ou inativos, encontram-se os agregados cujos representantes trabalham por conta própria, no sector agrícola, trabalhadores familiares sem remuneração e trabalhadores domésticos, com níveis de consumo *per capita* de 99.772 CVE, 105.478 CVE e 110.172 CVE, respetivamente.

Gráfico 18 – Consumo médio anual, por pessoa e por agregado (em escudos) , segundo o grupo socioeconómico do representante. Cabo Verde 2015



O consumo é proporcional ao aumento do nível de instrução do representante. Nos agregados cujos representantes apresentam nível de instrução mais elevado, ou seja, nível médio/superior, o consumo médio anual, por pessoa, fixa-se em 381.035 CVE, valor 3,4 vezes superior ao registado nos agregados cujos representantes não têm nenhum nível de instrução.

Gráfico 19 – Consumo médio anual, por pessoa e por agregado (em escudos) , segundo o nível de instrução frequentado do representante. Cabo Verde 2015



Cerca de 34% dos agregados familiares são representados por pessoas migrantes internas, ou seja, pessoas que residem num concelho diferente do de nascimento e 5,4% são imigrantes, pessoas nascidas no estrangeiro.

Observa-se que os agregados representados por imigrantes ou por nacionais migrantes apresentam nível de consumo médio anual, por pessoa, superior à média nacional e aos agregados cujos representantes nunca migraram ou que residem, atualmente, no concelho de nascença. Em média, os agregados cujos representantes são imigrantes têm um consumo médio anual *per capita* de 225.118 CVE, enquanto que os não migrantes apresentam um consumo estimado em 163 524 CVE.

Gráfico 20 – Consumo médio anual, por pessoa e por agregado (em escudos), segundo o estatuto na migração do representante. Cabo Verde 2015

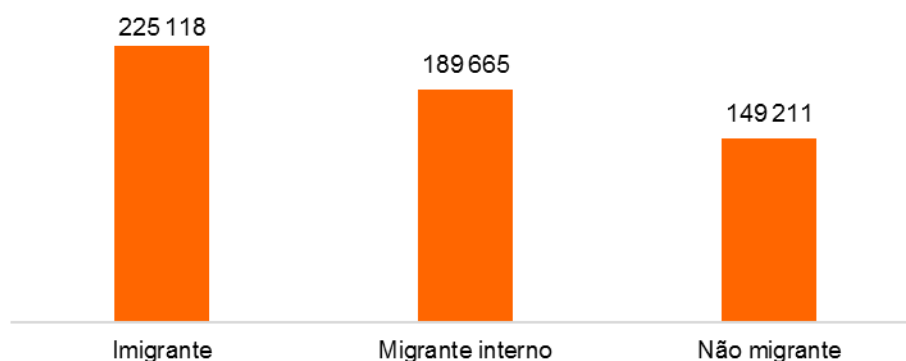


Tabela 5 – Despesa média e mediana anual por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2015

	Total		Homem		Mulher	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Cabo Verde	166 207	117 665	182 568	129 638	152 789	109 121
Meio de Residência						
Urbano	198 606	144 597	218 532	158 326	181 872	130 549
Rural	107 802	83 484	115 312	88 753	101 902	80 898
Concelho						
Ribeira Grande	148 448	117 848	152 679	115 860	141 010	118 112
Paúl	111 176	82 173	123 541	82 173	91 047	83 596
Porto Novo	123 665	88 201	146 625	101 367	97 060	74 070
São Vicente	192 180	143 068	201 861	149 049	184 304	135 976
Ribeira Brava	145 262	112 652	153 258	116 351	137 136	107 678
Tarrafal de São Nicolau	120 478	65 818	131 582	62 981	109 183	73 736
Sal	216 853	165 509	236 043	179 490	200 854	152 868
Boavista	265 406	203 652	296 026	219 010	240 812	191 974
Maio	151 527	122 393	143 050	112 295	157 684	123 318
Tarrafal	141 532	100 901	149 652	118 847	138 716	99 110
Santa Catarina	136 304	104 448	148 840	106 860	129 534	103 544
Santa Cruz	97 147	80 042	129 204	98 469	92 000	77 623
Praia	207 485	145 328	223 690	154 661	191 219	129 816
São Domingos	108 481	86 204	111 611	88 753	105 229	81 407
São Miguel	131 365	98 627	152 268	125 624	113 701	97 066
São Salvador do Mundo	89 691	75 403	92 062	78 131	87 993	72 459
São Lourenço dos Órgãos	103 341	84 684	103 812	84 684	102 790	80 586
Ribeira Grande de Santiago	113 072	99 218	112 693	100 563	113 200	96 954
Mosteiros	119 798	88 156	119 961	93 831	119 617	87 347
São Filipe	111 129	79 318	120 536	93 462	98 624	64 730
Santa Catarina do Fogo	135 615	104 422	132 062	106 647	141 802	96 104
Brava	125 869	94 342	150 400	105 228	97 851	76 571

Tabela 6 – Despesa média e mediana anual por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por características socioeconómica do representante. Cabo Verde, 2015

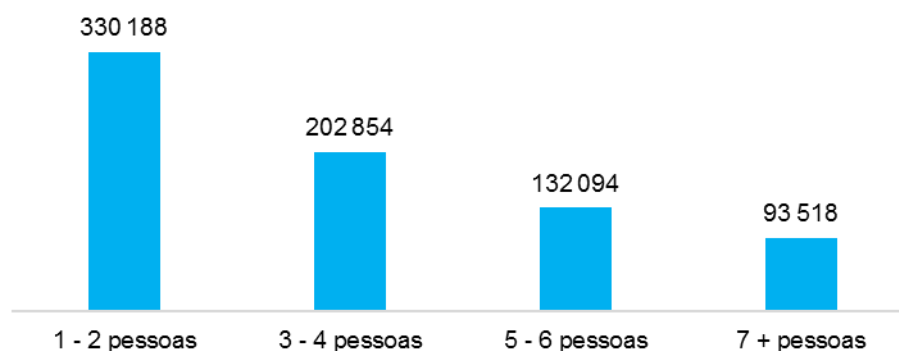
	Total		Homem		Mulher	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Cabo Verde	166 207	117 665	182 568	129 638	152 789	109 121
Grupo etário						
0-4 anos						
5-14 anos						
15-24 anos	165 498	135 904	196 690	166 751	147 061	105 565
25-34 anos	178 558	134 119	186 194	144 488	171 631	127 956
35-64 anos	165 236	113 739	184 915	127 898	149 645	104 881
65 anos ou mais	158 363	115 470	169 651	117 665	148 680	110 568
Alfabetização						
Alfabetizado	184 638	131 262	195 015	138 609	173 858	122 629
Não alfabetizado	110 187	88 289	111 003	88 753	109 902	88 289
Nível de instrução frequentado						
Nunca frequentou	113 216	88 497	120 837	91 820	110 619	87 782
Pré-escolar						
Básico	129 489	104 372	134 008	106 159	125 816	99 923
Secundário	203 673	156 575	212 906	158 605	192 285	153 551
Médio/Superior	381 160	312 319	373 933	312 319	391 314	311 991
Grupo Socioeconómico						
Empregado	176 341	126 299	188 473	135 759	164 521	114 878
Administração Pública	211 189	159 195	224 679	167 036	197 790	132 321
Sector Empresarial	199 614	138 474	196 217	135 759	206 350	145 695
Patrão agrícola	139 268	111 026	144 229	109 276	122 094	149 064
Patrão não agrícola	267 155	187 284	283 820	195 373	239 222	183 260
TCP agrícola	99 772	82 132	102 735	84 208	95 788	81 295
TCP não agrícola	154 980	117 649	173 673	143 757	148 245	110 568
Trabalhador familiar não remunerado	105 478	81 407	118 037	79 751	95 773	81 407
Casa de família	110 172	87 007	94 605	62 902	110 832	87 210
Desempregado	121 590	97 654	130 026	91 793	115 558	104 935
Inativo	146 106	106 124	170 300	120 628	133 765	97 832
Estatuto na migração						
Imigrante	225 118	144 488	230 718	156 575	217 852	127 966
Migrante interno	189 665	132 215	216 491	153 814	168 265	116 035
Não migrante	149 211	109 078	160 144	116 659	140 555	103 814

1.3 Despesas segundo tipologia, dimensão e composição dos agregados familiares

A tipologia, dimensão e a composição dos agregados familiares influenciam o nível de vida das famílias, sobretudo no que diz respeito ao consumo médio anual, por pessoa, no agregado. Os resultados comprovam que o nível das despesas médias anuais, por agregado, diminui com o aumento da dimensão do agregado.

Observa-se que enquanto agregados unipessoais têm um nível de consumo de 428.038 CVE, os agregados com 5-6 pessoas e os com 7 pessoas ou mais vivem com 132.094 CVE e 93.518 CVE, *per capita* anual, respectivamente. Ou seja, quanto maior for a dimensão do agregado, menor é o seu consumo médio anual, por pessoa.

Gráfico 21 – Consumo médio anual, por pessoa e por agregado (em escudos) , segundo a dimensão do agregado familiar. Cabo Verde 2015

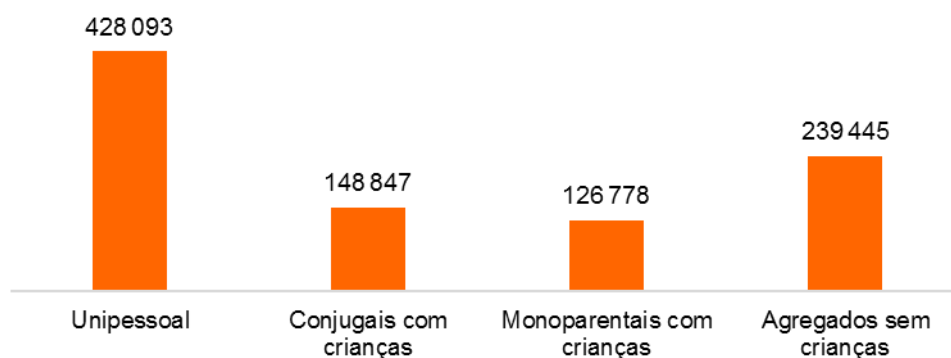


Relativamente à tipologia do agregado familiar, e considerando a existência ou não de crianças menores de 15 anos, podemos concluir que agregados sem crianças (36%) possuem um nível de consumo *per capita* quase dobro dos agregados com crianças. Os agregados sem crianças têm um nível de consumo na ordem de 239.445 CVE, enquanto que os que têm crianças, conjugais⁷ e monoparentais⁸, apresentam um nível de consumo de 148.847 CVE e 126.828 CVE, respetivamente.

⁷ Agregados conjugais são os compostos pelo representante e o seu cônjuge e os filhos (conjugais nucleares). Quando tiver a presença de um outro membro, com outra relação de parentesco, são considerados conjugais compósitos.

⁸ Agregados monoparentais nucleares são os agregados compostos pelo representante e os filhos, sem a presença do cônjuge. Quando, para além do representante e dos filhos, se registar a presença de um outro membro, com outra relação de parentesco, são considerados monoparentais compósitos.

Gráfico 22 – Consumo médio anual, por pessoa por agregado, segundo a tipologia e existência de crianças menores de 15 anos. Cabo Verde 2015



Os agregados monoparentais compósitos, agregados compostos pelo representante, filhos e mais algum membro com outra relação de parentesco, maioritariamente representados por mulheres, são os com menor consumo *per capita*, por agregado, no valor de 120.902 escudos anuais. Com exceção dos agregados unipessoais, os conjugais nucleares sem filhos, casais isolados, são os com maior consumo anual *per capita*, por agregado, no valor de 367.947 escudos anuais, valor 2,8 vezes superior ao consumo dos agregados monoparentais compósitos.

Da análise por sexo, conclui-se que os agregados representados por mulheres estão em permanente desvantagem, relativamente aos homens. Importa realçar as disparidades de género mais expressivas entre os agregados monoparentais compósitos, onde as despesas dos agregados masculinos são cerca de 50 mil escudos por pessoa, por ano, comparativamente aos agregados femininos.

As mulheres levam vantagem quando vivem sozinhas, pois representam agregados do tipo conjugal isolado, ou seja, sem filhos, o que se verifica também quando representam agregados constituídos por pessoas sem nenhum laço de parentesco. Em média, as mulheres solitárias despendem, anualmente, 462 423 CVE, enquanto os homens solitários fazem uma despesa média anual de 409 466 CVE. Nos agregados conjugais isolados, a despesa média anual, nos agregados femininos, é de 450 440 CVE, enquanto nos masculinos é de 333 155 CVE, uma diferença de cerca de 117 mil escudos.

Gráfico 23 – Consumo médio anual, por pessoa por agregado, segundo o sexo do representante, por tipologia do agregado . Cabo Verde 2015

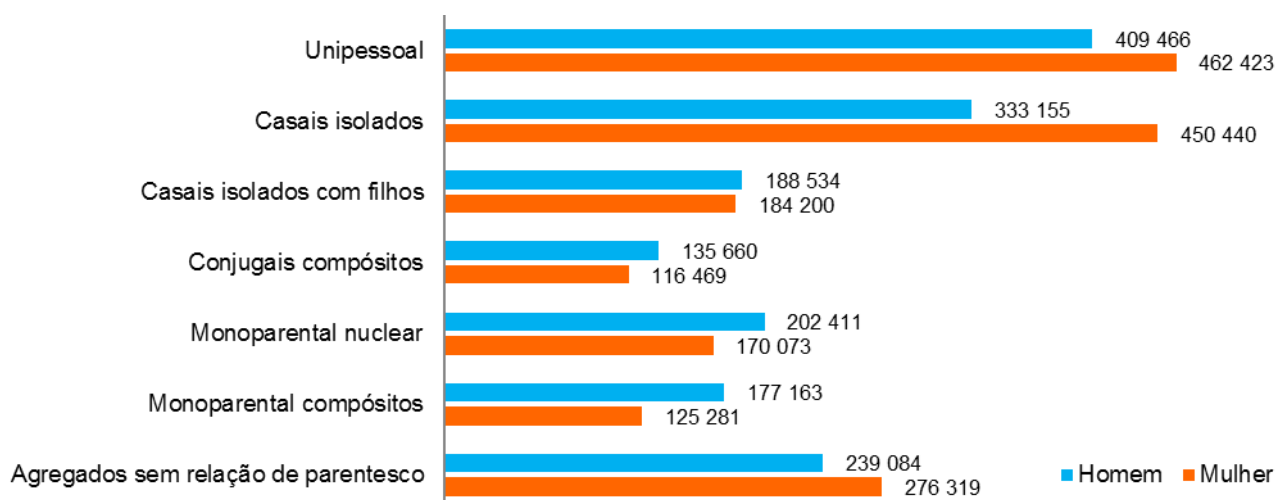


Tabela 7 – Despesa média e mediana anual, por pessoa no agregado, segundo o sexo do representante, por características do agregado: dimensão e tipologia. Cabo Verde, 2015

	Total		Homem		Mulher	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Cabo Verde	166 207	117 665	182 568	129 638	152 789	109 121
Dimensão do Agregado Familiar						
1 - 2 pessoas	330 188	241 011	342 735	253 883	318 972	232 012
3 - 4 pessoas	202 854	155 043	224 196	173 457	185 023	146 227
5 - 6 pessoas	132 094	105 223	148 077	117 589	118 603	97 941
7 + pessoas	93 518	78 202	98 615	82 039	89 690	75 380
Tipologia do Agregado Familiar						
Unipessoal	428 093	316 986	409 466	309 847	462 423	333 007
Casais isolados	367 947	268 193	333 155	255 107	450 440	312 190
Casais isolados com filhos	187 203	137 434	188 534	137 641	184 200	135 976
Conjugais compósitos	129 044	98 947	135 660	106 159	116 469	91 895
Monoparental nuclear	173 574	125 308	202 411	145 601	170 073	124 311
Monoparental compósito	132 292	102 792	177 163	141 128	125 281	99 110
Agregados sem relação de parentesco	259 197	220 382	239 084	189 264	276 319	221 983
Tipologia dos agregados segundo existência de crianças menores de 15 anos						
Unipessoal	428 093	316 986	409 466	309 847	462 423	333 007
Conjugais com crianças	148 847	111 098	153 252	116 330	139 913	99 190
Monoparentais com crianças	126 778	98 775	153 182	114 485	123 978	97 631
Agregados sem crianças	239 445	180 169	251 603	188 705	228 513	169 828

1.4 Estrutura das despesas de consumo

Para explicar a estrutura do consumo, recorre-se à classificação/nomenclatura de Classificação do Consumo Individual por Objetivo (CCIO-CV adaptado do COICOP⁹), que classifica as despesas de consumo das famílias em 12 divisões, segundo a função do consumo usual: 1 - Alimentação e Bebidas não alcoólicas; 2 - Bebidas alcoólicas, tabaco e narcótico; 3 - Habitação, Água e Eletricidade, Gás e outros combustíveis; 4 - Vestuário e Calçado; 5 - Móveis e Equipamentos Domésticos; 6 - Saúde; 7 - Transporte; 8 - Comunicação; 9 - Lazer, Distração e Cultura; 10 - Educação; 11 - Hotel e Restaurantes; 12 - Outros Serviços.

a) Nível nacional

A estrutura das despesas totais anuais médias por pessoa no agregado e o coeficiente orçamental, segundo as principais funções de consumo, são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 8 – Estrutura das despesas médias anuais por pessoa nos agregados e o coeficiente orçamental. Cabo Verde, 2015

Despesas segundo divisões COICOP	Despesas médias anuais por pessoa por agregado	Coeficiente orçamental
DESPESAS TOTAIS MÉDIAS ANUAIS	166 208	100,0
Alimentação e bebidas não alcoólicas	46 759	28,1
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	2 512	1,5
Vestuário e calçado	8 232	5,0
Habitação, água e eletricidade	43 785	26,3
Móveis e equipamentos domésticos	7 907	4,8
Saúde	4 752	2,9
Transporte	16 963	10,2
Comunicação	8 101	4,9
Lazer, distração e cultura	7 430	4,5
Educação	3 757	2,3
Hotéis e restaurantes	5 159	3,1
Outros serviços	10 849	6,5

⁹ COICOP – Classification Of Individual Consumption According To Purpose

As despesas médias anuais por pessoa com Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas, com um peso orçamental de 28,1% (46.759 CVE), e as despesas em Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, com 26,3% (43.785) , perfazem mais de metade (54,5%) do orçamento familiar dos cabo-verdianos. Estas, em conjunto com as despesas em Transportes, 10,2% (16 963 CVE), concentram 64,7% da despesa média anual por pessoa por agregado. Esta estrutura, similar à de países em vias desenvolvimento, revela que as despesas de consumo visam a satisfação das necessidades básicas e essenciais para a sobrevivência, em particular a alimentação e a habitação.

Observa-se que os cabo-verdianos, em média anual e por pessoa, gastam em lazer, distração e cultura quase o equivalente ao que gastam em educação (propinas escolares) e saúde, em conjunto. Ou seja, gastam cerca de 4,4% do seu orçamento, cerca de 7.430 CVE (2,4%), por ano e por pessoa, enquanto as despesas com educação atingem, em média, cerca de 3.757 CVE e com saúde cerca de 4.752 CVE (2,8%). As despesas com o consumo de bebidas alcoólicas, excepto as consumidas fora de casa, em restaurantes, bares e similares, representam 1,5% do total do consumo médio anual, por pessoa (2.512 CVE).

Gráfico 24 – Estrutura da despesa total anual média, por pessoa no agregado, segundo as divisões da COICOP



A análise comparativa da estrutura das despesas médias anuais de consumo, segundo as funções de consumo, com base nos resultados dos inquéritos precedentes, 1988-1989 e 2001/02 , permite observar as mudanças de consumo e a evolução do nível de vida dos agregados familiares, ao longo desse período de tempo.

Pese embora a concentração das despesas continue com o mesmo perfil dos anos anteriores (1988-1989 e 2001/02), a alimentação tem vindo, significativamente, a perder peso no orçamento familiar cabo-verdiano. Em 1988-1989, em média, as famílias cabo-verdianas despendiam mais de metade do seu orçamento na alimentação. Em 2001/02, o peso da alimentação no orçamento passa a 37,4% e em 2015 a 28,1%. O decréscimo do peso relativo das despesas alimentares constitui um indicador de melhoria do nível de vida das famílias, pois considera-se que, a partir de um certo nível de vida, um melhoramento nos rendimentos traduz-se num aumento significativo das despesas não alimentares, em detrimento das despesas alimentares.

A nível das despesas não alimentares, observa-se um aumento do peso relativo no orçamento dos cabo-verdianos, em particular das despesas de transporte e comunicação, que passa de 7,4%, em 1988-1989, para 10,1%, em 2001/02, e para 15,1%, em 2015, consequência, principalmente, do aumento das despesas com transporte que aumentam de 6,5%, em 2001/02, para 10,2%, em 2015.

Verifica-se, igualmente, um aumento considerável nas despesas de educação, despesas com propinas escolares (excluem-se despesas com livros e material escolar) que, em 2002, representavam cerca de 1% do orçamento e, em 2015, passa a 2,3%. As despesas de consumo em lazer, distração e cultura também ganham alguma expressão nas despesas dos cabo-verdianos, com um peso relativo de 4,5%, superior ao peso das despesas com a saúde (2,9%).

Tabela 9 – Evolução da estrutura das despesas totais anuais médias por pessoa, e o coeficiente orçamental. INE, IDRF 1988-89, 2001/02 e 2015

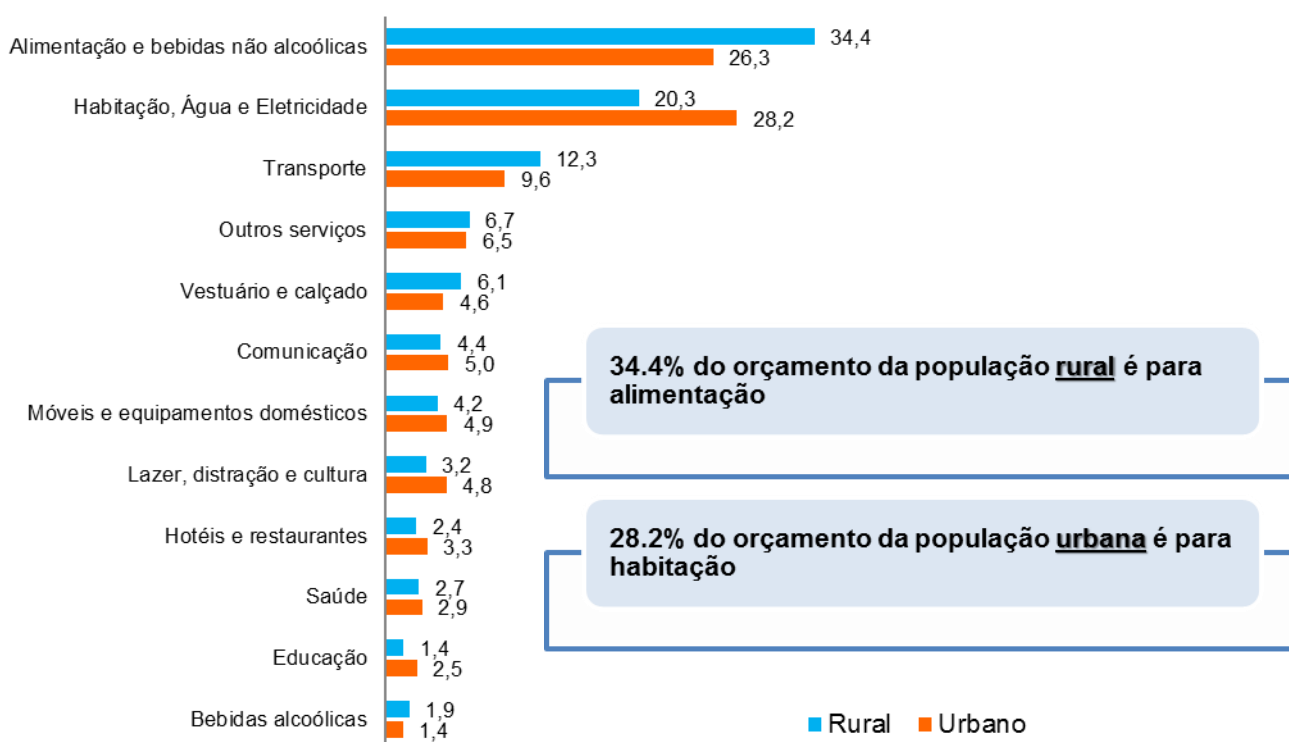
Despesas segundo divisões COICOP	1988-1989	2001/02	2015
Alimentação e bebidas não alcoólicas	53,9	37,4	28,1
Bebidas alcoólicas		1,9	1,5
Vestuário e calçado	6,9	5,0	5,0
Habituação, Água e Eletricidade	22,0	25,4	26,3
Móveis e equipamentos domésticos	2,9	5,3	4,8
Saúde	2,4	1,8	2,9
Transporte	7,4	6,5	10,2
Comunicação		3,6	4,9
Lazer, distração e cultura		2,8	4,5
Educação	4,1	0,9	2,3
Hotéis e restaurantes	---	2,6	3,1
Outros serviços	0,5	6,8	28,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

b) Por meio de residência

As disparidades entre o meio urbano e o meio rural verificam-se quer a nível das despesas de consumo, quer a nível da estrutura do consumo. Observa-se que, enquanto no meio rural as despesas com alimentação e bebidas alcoólicas têm maior peso (34,4%) no orçamento dos agregados, seguido das despesas com habitação (20,3%), no meio urbano as despesas com habitação assumem maior peso no orçamento (28,2%), seguido das despesas com alimentação (26,3%).

Enquanto no meio rural o coeficiente orçamental relativo das despesas em Transporte, Vestuário e calçado, e em Bebidas alcoólicas é superior ao registado no meio urbano, neste o peso relativo nas componentes educação, lazer, distração e cultura e em hotéis e restaurantes é superior ao meio rural.

Gráfico 25 – Estrutura das despesas totais anuais médias, segundo 12 grupos COICOP, segundo o meio de residência. Cabo Verde, 2015



c) Segundo as ilhas

A nível das ilhas e concelhos, é visível alguma assimetria na estrutura das despesas de consumo. Nas ilhas do Fogo (FO) e Santo Antão (SA), observa-se que a alimentação apresenta o maior peso orçamental, 33,9% e 33,7%, respetivamente. Nas ilhas da Boavista, Maio e Sal as despesas em Habitação, Água, Eletricidade e Gás apresentam coeficientes elevados, comparativamente às outras ilhas.

Tabela 10 – Despesa média anual, por pessoa no agregado (em escudos), e o coeficiente orçamental, segundo as ilhas, por grupo COICOP. Cabo Verde, 2015

	CV	SA	SV	SN	SL	BV	MA	ST	PR	FO	BR
Alimentação e bebidas não alcoólicas	28,1	33,7	27,9	23,6	25,5	25,4	30,2	27,7	24,7	33,9	30,3
Habitação, Água e Eletricidade	26,3	22,2	27,6	29,8	31,8	33,6	33	25,1	28,5	23	25,6
Transporte	10,2	10,4	7,4	9,7	8,1	6,1	6,3	11,9	10,8	8,8	9,7
Outros serviços	6,5	5,9	6,9	6,4	6,7	5,6	4,7	6,6	6,3	6,6	6,9
Vestuário e calçado	5,0	4,3	4,5	4,9	4,6	4	3,8	5,2	4,4	6,6	4,7
Comunicação	4,9	3,9	5,1	5,7	5,4	5,7	4	4,7	5	5,4	6,2
Móveis e equipamentos domésticos	4,8	4	5,1	4,3	3,9	3,6	3,9	5	5,2	4,8	4,7
Lazer, distração e cultura	4,5	4,5	4,6	6	5,1	4,6	4,8	4,3	5,1	3,9	6,3
Hotéis e restaurantes	3,1	4	3,1	3,7	2,7	5,7	5,3	2,9	3,1	2,7	1,4
Saúde	2,9	3,2	3	3,4	3,7	2,6	2,2	2,8	3	1,6	2,5
Educação	2,3	1,5	3,3	1,3	1,4	1,2	0,7	2,5	2,7	0,9	0,7
Bebidas alcoólicas	1,5	2,3	1,6	1,1	1,1	2	1,2	1,4	1,3	1,9	0,9

d) Por tipologia do agregado e existência ou não de menores de 18 anos

Segundo a tipologia do agregado familiar, pode constatar-se que os agregados unipessoais com maior despesa média de consumo anual apresentam uma estrutura, em certa medida, diferente das outras tipologias. A maior fatia orçamental recai sobre as despesas em Habitação, água, eletricidade e gás, com 33,5%. Destaca-se também nesse grupo as despesas em hotéis e restaurantes, com um peso orçamental de 6,7%, contra o peso orçamental nas outras tipologias que se fixa entre 3%, nos agregados conjugais com crianças e agregados sem crianças, e 2,3%, nos monoparentais com crianças.

Tabela 11 – Despesa média anual, por pessoa no agregado (em escudos), e o coeficiente orçamental, segundo tipologia e existência de crianças menores de 15 anos, por grupo COICOP.
Cabo Verde, 2015

	Tipologia dos agregados segundo existência de crianças menores de 15 anos			
	Unipessoal	Conjugais com crianças	Monoparentais com crianças	Agregados sem crianças
Despesa média anual, por pessoa no AF (em escudos CVE)	428.093	148.847	126.778	239.445
Habituação, Água e Eletricidade	33,5	24,2	26,6	27,6
Alimentação e bebidas não alcoólicas	21,2	28,4	31,8	26,2
Transporte	8,6	11,8	8,1	10,1
Hotéis e restaurantes	6,7	3	2,3	3
Móveis e equipamentos domésticos	5,8	4,8	4,4	4,8
Outros serviços	5,7	6,8	6,8	6,1
Lazer, distração e cultura	4,8	4,3	4,3	4,8
Comunicação	4,7	4,9	4,2	5,5
Vestuário e calçado	3,2	5,2	5,6	4,4
Saúde	2,7	2,8	2,6	3,3
Bebidas alcoólicas	2,2	1,5	1,1	1,7
Educação	1,1	2,3	2,2	2,6

e) Por quintil de despesa

A estrutura das despesas também apresenta assimetrias, quando analisada segundo os quintis de despesas. Observa-se que o coeficiente orçamental dos 20% da população com menor consumo médio anual *per capita* reflete a satisfação das necessidades básicas, em particular as relacionadas com alimentação (33,8%), e habitação (29,3%). O peso orçamental em alimentação diminui à medida que se aumenta o quintil de despesas de consumo e atinge uma diferença de 10 p.p. entre o 1º quintil (peso de 33,8%) e o 5º quintil (peso de 23,8%). Observa-se, igualmente, uma diminuição no peso relativo das despesas em habitação, que passa de 29,3%, no 1º quintil, para 24,9%, em 2015.

As despesas com transporte têm um coeficiente orçamental idêntico nos quatro primeiros quintis, (entre 7,9%, no 2º quintil e 8,7%, no 4º quintil) mas destaca-se com 12%, no 5º quintil.

No 5º quintil, observa-se uma estrutura um pouco diferente. As despesas em Transporte representam 12%, enquanto, no 1º quintil, representam 8,5%. De igual modo, destacam-se as despesas a nível da educação, tendo, no 1º quintil, um peso de 1,1% e, no 5º, 2,7%. No conjunto das famílias com maior consumo, 20% consome muito mais em Móveis e equipamentos domésticos (6%), Lazer, distração e cultura (5,2%) e em Hotéis e restaurantes (4,2%), do que as restantes famílias.

Tabela 12 – Despesa média anual, por pessoa no agregado (em escudos), e o coeficiente orçamental, segundo os quintis de despesa, por grupo COICOP. Cabo Verde, 2015

	QUINTIL DE DESPESA DE CONSUMO				
	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil
Despesa média anual, por pessoa no AF (em escudos CVE)	47.036	80.855	118.922	179.587	405.081
Alimentação e bebidas não alcoólicas	33,8	35,3	32,1	30,7	23,8
Bebidas alcoólicas	1,4	1,0	1,4	1,4	1,7
Vestuário e calçado	5,8	6,1	5,5	5,2	4,3
Habituação, Água e Eletricidade	29,3	27,8	28,3	26,8	24,9
Móveis e equipamentos domésticos	3,5	3,4	3,5	3,7	6,0
Saúde	1,8	2,2	2,4	2,6	3,4
Transporte	8,5	7,9	8,3	8,7	12,1
Comunicação	3,9	3,8	4,5	4,8	5,4
Lazer, distração e cultura	2,7	3,3	3,6	4,4	5,2
Educação	1,1	1,3	1,5	2,6	2,7
Hotéis e restaurantes	0,9	1,2	2,1	2,6	4,3
Outros serviços	7,4	6,8	6,7	6,4	6,4

1.5 Indicadores de desigualdade no consumo – evolução 2001/02, 2007 e 2015

Para se caracterizar o nível e a evolução da desigualdade no consumo, a literatura oferece vários índices, sendo o mais importante e mais utilizado o coeficiente de Gini.

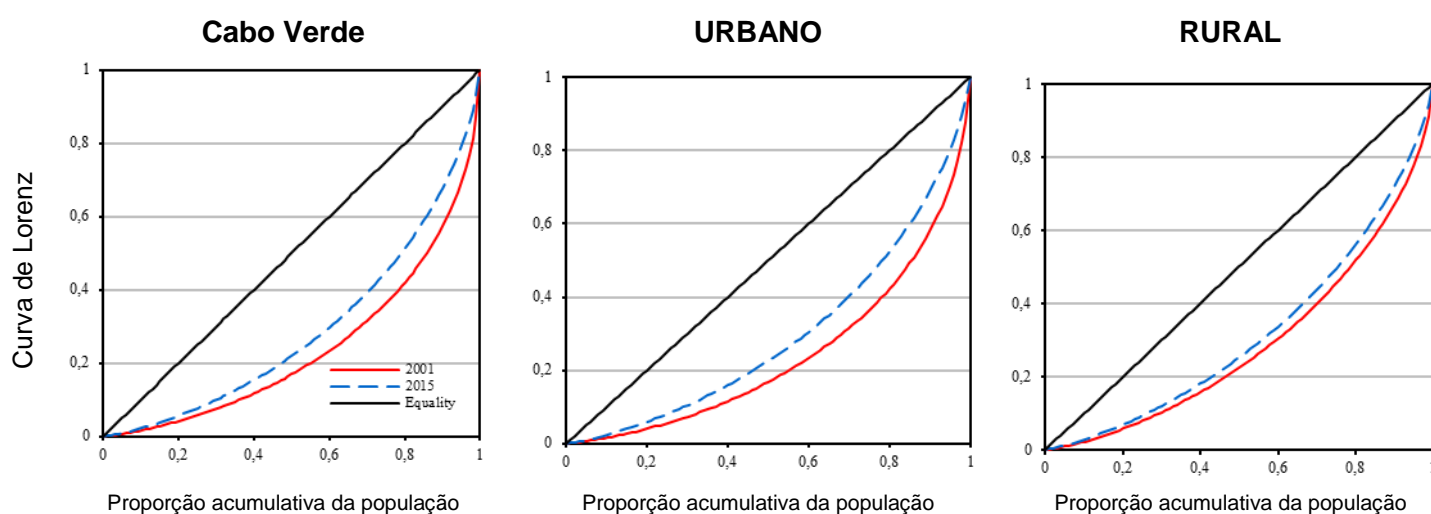
O coeficiente de Gini é de interpretação muito intuitiva, por ser deduzido da curva de Lorenz, que indica a proporção acumulada do consumo da proporção mais pobre da população. O Índice de GINI varia de 0 a 1. Quando assume o valor 1, significa que existe perfeita desigualdade e quando assume o valor 0, significa que existe perfeita igualdade.

Ao longo dos períodos 2001/02, 2007 e 2015, a desigualdade nas despesas de consumo sofreu uma diminuição, como se pode verificar a partir das Curvas de Lorenz e do Índice de GINI, passando de 0,53, em 2001, para 0,42, em 2015. O meio rural continua a apresentar um menor Índice de GINI, 0,38, em 2015, enquanto o meio urbano apresenta um Índice de GINI de 0,41.

Tabela 13 – Índice de GINI, por meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	2001	2007	2015
Cabo Verde	0,53	0,47	0,42
MEIO DE RESIDÊNCIA			
Urbano	0,52	0,45	0,41
Rural	0,42	0,38	0,37

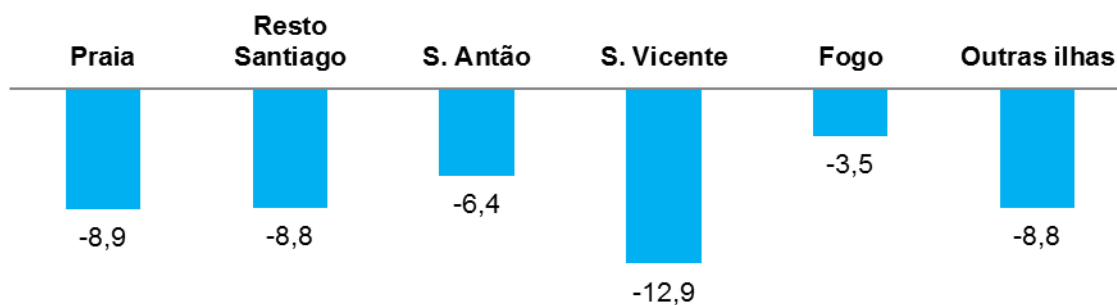
Gráfico 26 – Curva de Lorenz, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015



Por domínio de estudo de 2001, pode observar-se que São Vicente foi a ilha com maior queda no Índice de Gini, que passou de 0,53, em 2001, para 0,40, em 2015, o que significa uma redução da desigualdade no consumo em cerca de 12,9 décimas. A ilha do Fogo registou a menor diminuição, passando de 0,43, em 2001, para 0,40, em 2015, uma diminuição de 3,5 décimas.

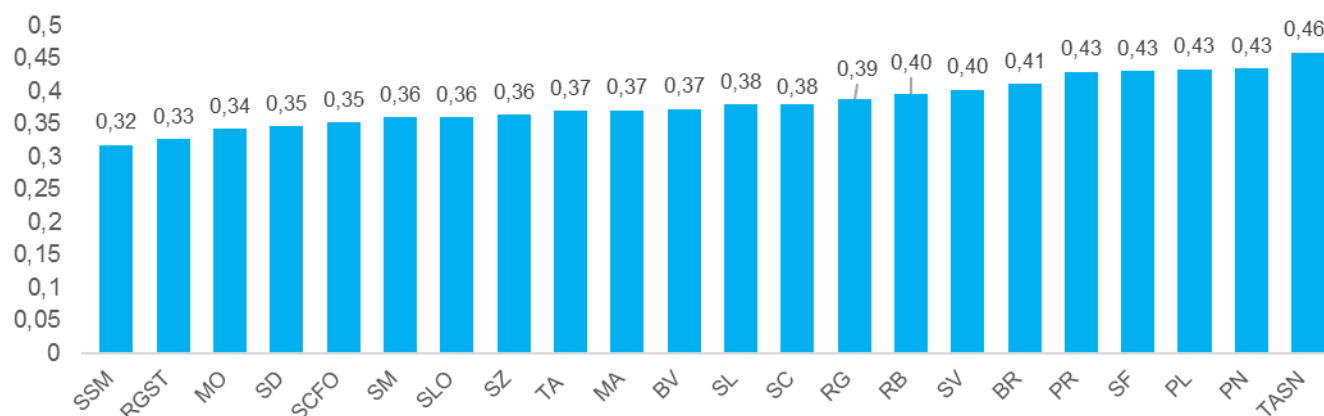
Gráfico 27 – Evolução do Índice de Gini 2001/02, 2007 e 2015, segundo o domínio de estudo de 2001.

Cabo Verde 2001/02, 2007 e 2015



A nível regional, para o ano 2015, pode aferir-se que o índice de GINI varia de 0,32, em São Salvador do Mundo, a 0,46, em Tarrafal de São Nicolau, sendo estes os concelhos com menor e maior desigualdade de consumo do país, respetivamente.

Gráfico 28 – Índice de Gini, segundo os concelhos. Cabo Verde 2015



As disparidades constatadas na análise da repartição da população segundo os níveis de despesas merecem ser complementadas com o estudo do grau de concentração das despesas e do nível de desigualdade na população.

A análise das despesas por quintis permite aferir, por um lado, que o nível de despesas totais anuais médias cresce, significativamente, com o aumento do quintil de despesa de consumo: enquanto as famílias do primeiro quintil têm, em média, uma despesa anual de 317 008 CVE, a das famílias do quinto quintil eleva-se a 1 295 495 CVE, quatro vezes superior em relação ao primeiro quintil (4,1). Em termos de consumo *per capita*, a diferença de despesa média anual, por pessoa, ainda é maior, com as pessoas do primeiro quintil a despendar anualmente, em média, 47 036 CVE, contra uma média de 404 999 CVE, no quinto quintil, valor 8,6 vezes superior ao registado no primeiro quintil.

Por outro lado, constata-se que os 20% da população mais rica do país concentra quase metade (48,7%) do total das despesas realizadas em 2015. Os 40% da população mais rica concentra 70% dos rendimentos, traduzidos neste estudo a partir das despesas de consumo realizadas em 2015. Os 40% mais pobres concentram somente 15,4% do total das despesas.

As disparidades são mais acentuadas quando analisadas por meio de residência. O meio urbano apresenta um nível de despesas médias *per capita* muito superior ao do meio rural, em todos os quintis, como se pode verificar no quadro abaixo.

No meio rural a despesa total de consumo apresenta uma distribuição mais equitativa segundo os quintis de despesa. Já no meio urbano a distribuição é desigual, com os 20% das famílias mais ricas (5º quintil) a concentrarem 56,7% das despesas realizadas neste meio de residência, enquanto no meio rural, os 20% mais ricos concentram 22% do total das despesas realizadas.

Gráfico 29 – Acumulação de riqueza, segundo os quintis de despesa de consumo, por meio de residência. Cabo Verde 2015

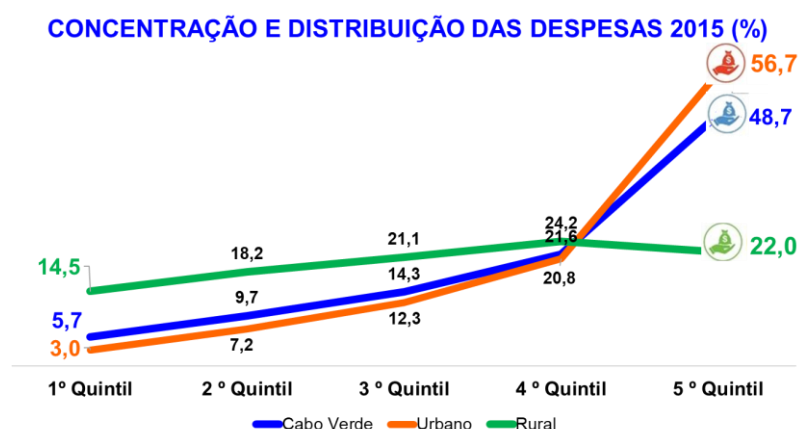


Tabela 14 – Despesa total de consumo, distribuição da despesa total de consumo e despesa média anual, por pessoa no agregado, por meio de residência e quintil de despesa. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	Despesa de consumo total	Distribuição do consumo total (%)	Despesa média anual por pessoa no agregado
Cabo Verde	84 967 978 160	100,0	166.219
1º Quintil	4 814 664 903	5,7	47.036
2º Quintil	8 260 679 718	9,7	80 855
3º Quintil	12 177 058 829	14,3	118 922
4º Quintil	18 349 284 907	21,6	179 587
5º Quintil	41 366 289 803	48,7	405 007
Urbano	65 304 540 020	100,0	198 618
1º Quintil	1 972 062 731	3,0	49 488
2º Quintil	4 672 922 406	7,2	81 784
3º Quintil	8 030 066 119	12,3	119 621
4º Quintil	13 598 626 262	20,8	180 561
5º Quintil	37 030 862 502	56,7	414 193
Rural	19 663 438 139	100,0	107 802
1º Quintil	2 842 602 172	14,5	45 473
2º Quintil	3 587 757 312	18,2	79 675
3º Quintil	4 146 992 710	21,1	117 591
4º Quintil	4 750 658 644	24,2	176 857
5º Quintil	4 335 427 301	22,0	340 487

Tabela 15 – Média e mediana da despesa média anual por pessoa, Índice de Gini e evolução 2001/02, 2007 e 2015, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	Despesa média anual <i>per capita</i>		Índice de Gini (%)
	Média	Mediana	
ANO 2001			
Cabo Verde	98 719	57 004	52,5
Urbano	131 877	77 366	52,4
Rural	58 037	42 358	42,1
Domínio estudo de 2001			
Praia	152 787	89 008	51,6
Resto de Santiago	65 329	44 114	46,0
S. Antão	61 777	39 657	48,2
S. Vicente	126 623	75 080	53,0
Fogo	69 953	50 577	43,3
Outras ilhas	109 864	69 063	49,9
ANO 2007			
Cabo Verde	123 502	79 736	47,2
Urbano	162 707	106 642	45,3
Rural	71 891	54 609	38,2
Domínio estudo de 2001			
Praia	182 259	115 580	46,1
Resto de Santiago	76 460	56 702	39,2
S. Antão	82 447	54 184	44,6
S. Vicente	130 350	94 431	40,0
Fogo	87 966	60 806	43,8
Outras ilhas	166 871	109 081	47,0
ANO 2015			
Cabo Verde	166 207	117 665	42,4
Urbano	198 606	144 597	41,1
Rural	107 802	83 484	36,7
Domínio estudo de 2001			
Praia	207 485	145 328	42,7
Resto de Santiago	120 221	93 175	37,2
S. Antão	132 542	92 801	41,8
S. Vicente	192 180	143 068	40,1
Fogo	117 022	86 753	39,8
Outras ilhas	196 386	149 091	41,1
Evolução 2001/02, 2007 e 2015 em (%)			Evolução 2001/02 e 2015
Cabo Verde	68,3	106,3	-10,1
Urbano	50,5	86,9	-11,3
Rural	85,7	97,1	-5,4
Domínio estudo de 2001			
Praia	36,7	65,0	-8,9
Resto de Santiago	84,4	111,6	-8,8
S. Antão	114,6	134,0	-6,4
S. Vicente	51,7	90,6	-12,9
Fogo	67,3	71,5	-3,5
Outras ilhas	75,6	107,1	-8,8

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA POBREZA MONETÁRIA ABSOLUTA EM CABO VERDE III

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma análise espacial da pobreza monetária absoluta em Cabo Verde, com base nos indicadores da pobreza global: incidência, profundidade e severidade, e as tendências durante o período 2001/02, 2007 e 2015.

Esta análise tem como fontes de informação os resultados do IDRF 2015, o mais recente realizado em Cabo Verde, os resultados do IDRF 2001/02 e o QUIBB 2007.

As linhas de pobreza absoluta utilizadas para estimar os indicadores da pobreza para 2015 têm como base os resultados do IDRF 2015¹⁰. Para os anos 2001 e 2007, o limiar absoluto da pobreza tem como base o limiar de 2015, deflatado com o Índice de Preço no Consumidor (IPC), durante o período.

1.1 Conceito de pobreza monetária

Na abordagem monetária, o indivíduo é considerado pobre quando o nível de bem-estar, medido com base no seu rendimento ou consumo (indicador de bem-estar) for inferior a um certo nível considerado como um mínimo razoável (limiar da pobreza). Esta abordagem é a mais comum e a mais utilizada pela maioria dos países, embora tenha sido alvo de muitas críticas, tendo em conta o seu carácter unidimensional.

Um indivíduo é considerado pobre quando reside num agregado cujo nível de despesa de consumo médio anual por pessoa é insuficiente para adquirir uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares (habitação, educação, saúde, vestuário, transporte, etc.), ou seja, quando o nível de despesas de consumo anual, por pessoa no agregado, é inferior ao limiar da pobreza.

¹⁰ Para mais informações sobre a metodologia consultar o “*Documento Metodológico de Estimação da Pobreza Monetária Absoluta com base nos resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares - IDRF 2015*”

No caso de Cabo Verde, desde 1989 que se tem vindo a utilizar as despesas de consumo como o melhor indicador para medir o bem-estar dos cabo-verdianos, tendo em conta os objetivos dos inquéritos utilizados como fontes de informação, em particular o de medir o nível de vida a partir das despesas efetuadas em bens e serviços.

Para medir a pobreza, estimam-se três índices desenvolvidos por Foster, Greer e Thorbecke (1984):

O primeiro refere-se à incidência da pobreza, ou seja, a percentagem da população pobre ou em extrema pobreza, cujo consumo médio anual, por pessoa no agregado, fica abaixo do limiar da pobreza global ou da pobreza extrema.

O segundo põe a tónica na Profundidade da pobreza. Este indicador mede a gravidade da situação dos pobres, o quão abaixo da linha de pobreza se encontram os seus níveis de despesas ou de rendimento. Esta medida é usualmente designada por “gap” da pobreza, uma vez que mede a insuficiência do rendimento em relação à linha de pobreza. Esta medida especifica os recursos necessários para que todos os pobres cheguem à linha da pobreza. Dito de outra forma, constitui o montante mínimo para se erradicar a pobreza.

O terceiro índice é a Intensidade da pobreza, que se centra nos que se encontram mais afastados da linha da pobreza, ou seja, dos que sofrem de maiores carências. Este indicador tem como objetivo medir a variabilidade do consumo entre os pobres.

Os indicadores da pobreza são estimados tendo em conta os seguintes limiares da pobreza:

Tabela 16 – Limiar da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema (em escudos CVE), segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

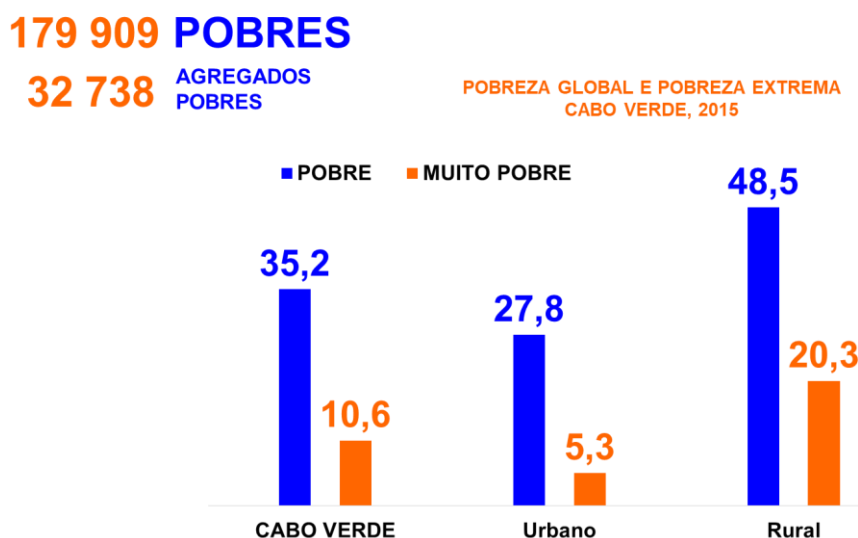
	2001	2007	2015
Limiar da pobreza absoluta global			
Urbano	73.817	80.388	95.461
Rural	59.420	65.578	81.710
Limiar da pobreza absoluta extrema			
Urbano	38.431	41.852	49.699
Rural	35.782	39.491	49.205

1.2 Pobreza absoluta global: nível e evolução 2001/02, 2007 e 2015

1.2.1 Incidência da pobreza global e sua evolução entre 2001/02, 2007 e 2015

Em 2015, Cabo Verde registou, a nível nacional, uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35,2%, o que significa que cerca de 179.909 pessoas são consideradas como pobres. Ou seja, vivem em agregados familiares com consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado no meio urbano no valor de 95.461 CVE (262 escudos diários) e no meio rural no valor de 81.710 CVE (224 escudos diários), valor estimado como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e necessidades de bens e serviços não alimentares. Os pobres (179.909) distribuem-se em 32.738 agregados familiares, os quais representam cerca de 25,7% do total dos agregados estimados.

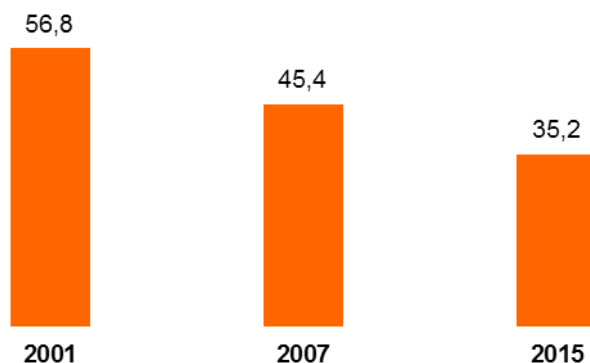
Gráfico 30 – Incidência da pobreza global e incidência da pobreza extrema, por meio de residência. Cabo Verde 2015



Com o aumento do consumo médio *per capita* ao longo dos anos, a pobreza absoluta regista uma diminuição ao longo do período em análise em cerca de 10 p.p. entre os períodos 2001-2007 e 2007-2015, num total de 21,3 p.p. entre 2001/02, 2007 e 2015, assim como o número de pobres, que passa de 267.580, em 2001, para 179.909, em 2015.

Em 2002, estima-se uma incidência de pobreza absoluta global de 56,8%, que diminui para 45,4%, em 2007, e que se fixa em 35,2%, em 2015.

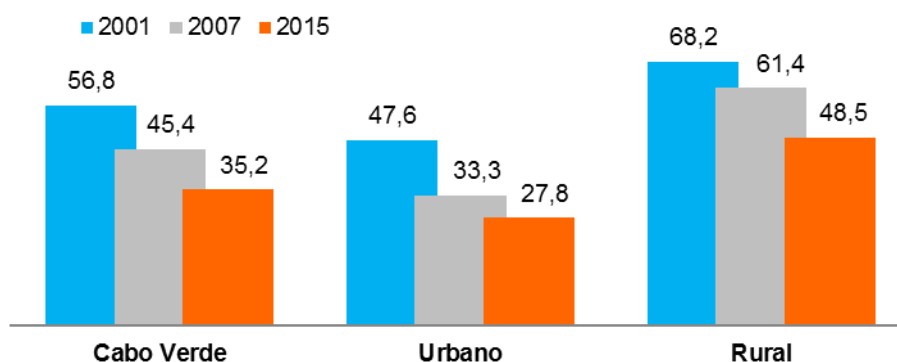
Gráfico 31 – Incidência da Pobreza. Cabo Verde, 2001/02 , 2007 e 2015



Geograficamente, observa-se que a pobreza absoluta, em 2015, é mais acentuada no meio rural, onde é notória uma diminuição da população, em consequência do êxodo para o meio urbano, ao longo dos anos. Atualmente, a população no meio rural representa 35,7% da população total, e quase metade da sua população residente (88.524) é considerada como pobre, o que equivale a uma incidência da pobreza na ordem dos 48,5%. Os pobres do meio rural representam 49,2% do total dos pobres, a nível nacional. No meio urbano, a incidência da pobreza fixa-se em 27,8% e atinge cerca de 91.384 pessoas.

Em termos de tendência, constata-se uma diminuição de cerca de 19,6 p.p. , no meio urbano, e de 19,3 p.p. , no meio rural, entre 2001 e 2015. Esta diminuição tem características diferentes durante os dois períodos de tempo. Durante o período 2001-2007, verifica-se uma diminuição mais acentuada da pobreza no meio urbano (14,3 p.p. contra 6,8 p.p., respetivamente) , enquanto no período 2007-2015 se observa uma redução mais acentuada no meio rural (15,5 p.p. contra 5,2 p.p. no urbano).

Gráfico 32 – Incidência da Pobreza, segundo meio de residência. Cabo Verde, 2001/02 , 2007 e 2015



Uma análise regional evidencia alguma assimetria, a nível do país. Por um lado, temos as ilhas do Sal e da Boa Vista, cuja incidência da pobreza é, significativamente, a mais baixa registada a nível nacional: 8%, na Boavista e 22%, no Sal. Destacam-se, ainda as ilhas de São Vicente e Maio, com 26,8% e 31,4%, respetivamente. Por outro lado, todas as outras ilhas apresentam incidências de pobreza acima dos 35%, com destaque para as ilhas do Fogo, com 49,4%, e de São Antão e São Nicolau com 45,7% e 45%, respetivamente. Os concelhos mais pobres são os de São Lourenço dos Órgãos, Paúl, São Miguel, Porto Novo, São Filipe, São Salvador do Mundo, Tarrafal de São Nicolau e Santa Cruz, com mais de 50% da sua população a viver abaixo do limiar da pobreza absoluta.

O Concelho da Praia, capital do país, tem uma incidência de pobreza de 28,1%. A percentagem de pobres residentes na Praia representa cerca de 22% do total, a nível nacional. De realçar que a ilha de Santiago alberga 59,2% dos 179.909 pobres do país.

Gráfico 33 – Incidência da pobreza, segundo os concelhos. Cabo Verde 2015

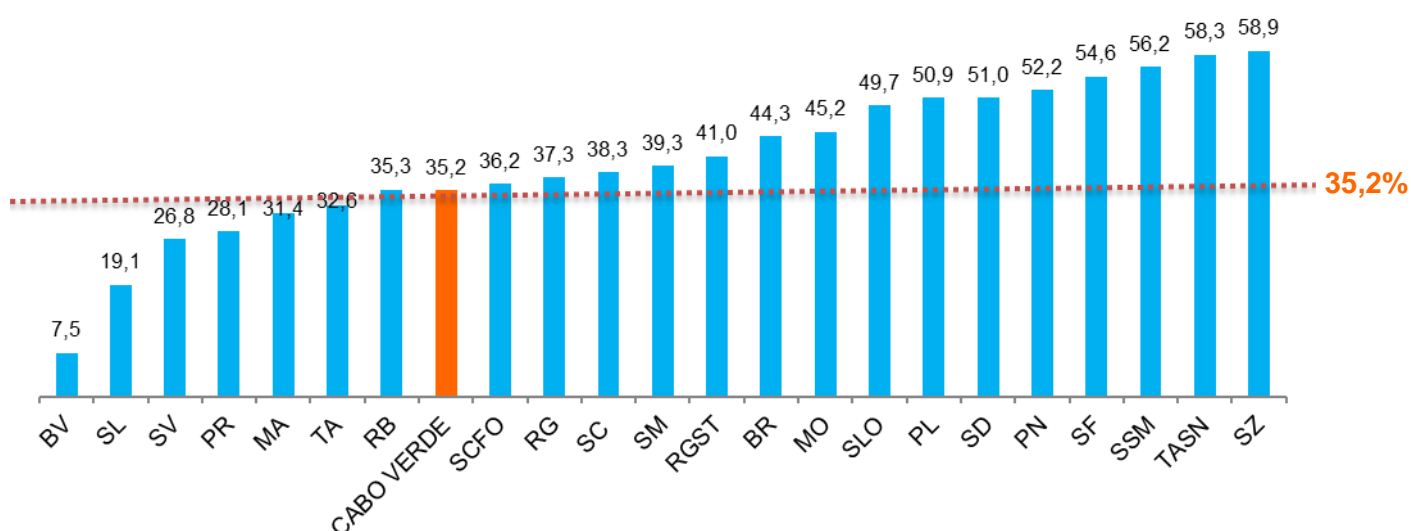
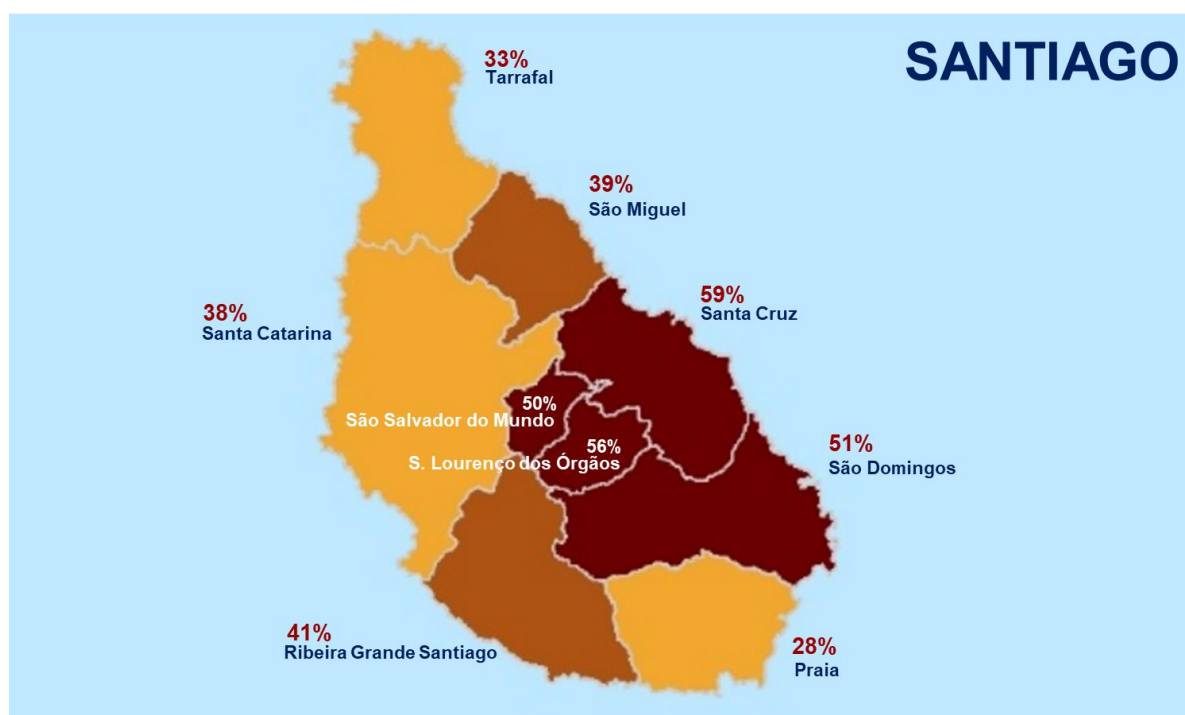
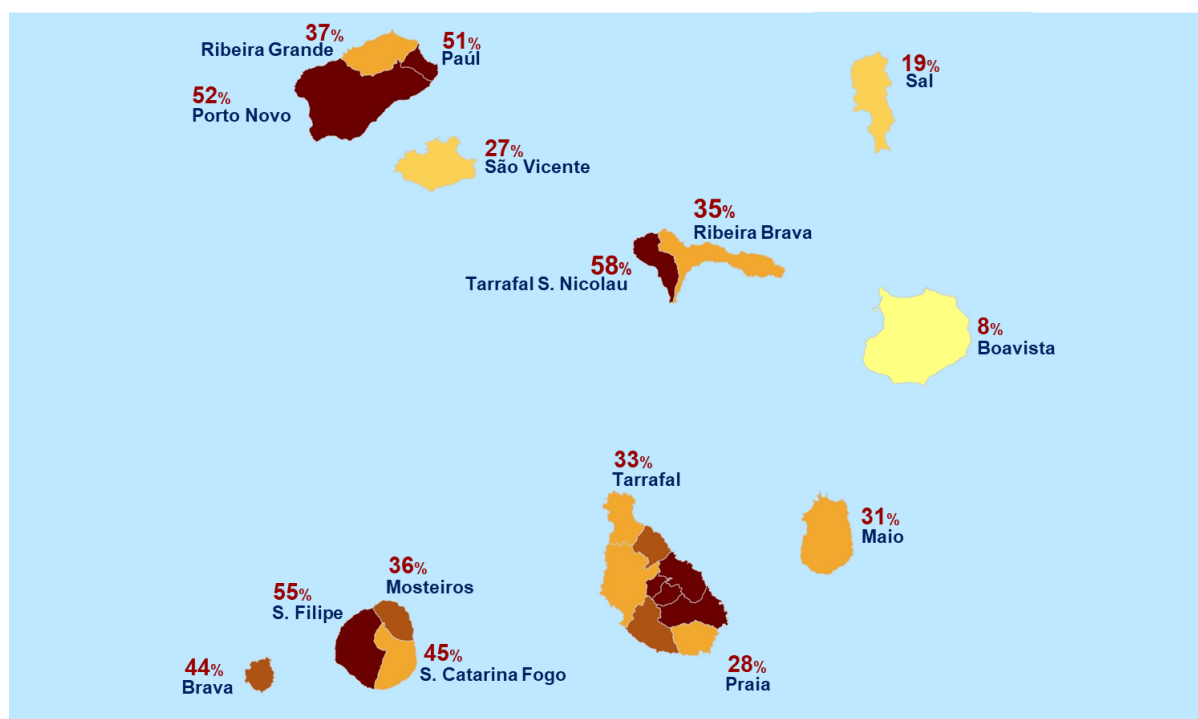


Gráfico 34 – Mapa da Incidência da pobreza segundo os concelhos. Cabo Verde 2015



1.2.2 Profundidade da pobreza global em 2015

Uma das desvantagens de utilizar somente a incidência da pobreza como indicador para a tomada de decisão das políticas públicas tem a ver com o facto de este não levar em conta o grau de privação dos indivíduos pobres e não apresentar nenhuma informação sobre a intensidade do fenómeno da privação vivida pelos mais desfavorecidos da sociedade. Fica-se, portanto, sem saber se esses pobres vivem, em média, com um padrão de vida igual a 10% ou a 90% da linha de pobreza absoluta global. Por exemplo, é evidente que é preferível que 40,8% das pessoas pobres vivam com 90% do limiar da pobreza, em vez de apenas 10%.

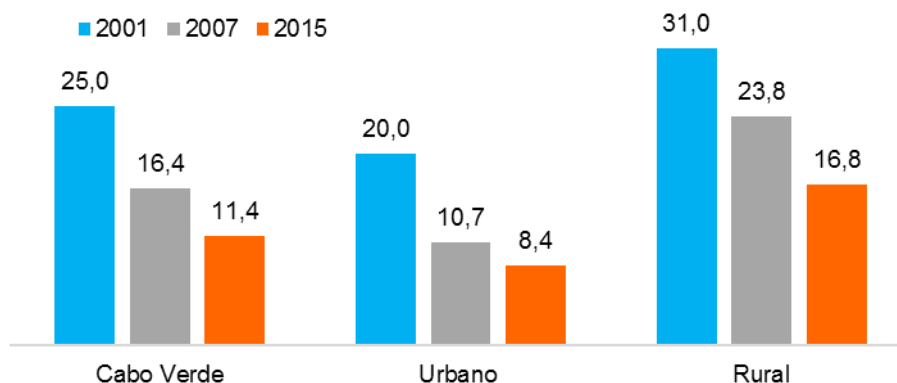
Usualmente designado por “gap” ou défice da pobreza, o indicador da profundidade da pobreza mede não só a gravidade da situação dos pobres como também a insuficiência do rendimento em relação à linha de pobreza, ou seja, mede o quão abaixo (distância média) da linha de pobreza se encontram os níveis de despesa ou de rendimento da população pobre. Dito de outra forma, este indicador **especifica os recursos necessários para que todos os pobres cheguem à linha da pobreza, ou a proporção do limiar mínimo para se erradicar a pobreza, através de uma perfeita focalização das transferências de rendimento**. A utilização deste indicador e o da severidade da pobreza para a elaboração das políticas públicas constituem mais valia, tendo em conta que estes indicadores permitem que se coloque ênfase naqueles que estão muito abaixo do limiar, ou seja, os mais pobres entre os pobres.

De acordo com os resultados, a profundidade média das despesas de consumo dos agregados pobres, em 2015, foi de 11,4%, o que significa que para se erradicar a pobreza, a nível nacional, é necessário distribuir aos pobres no mínimo 11,4% do valor do limiar da pobreza monetária absoluta, sendo que no meio rural é necessária uma transferência duas vezes superior à do meio urbano. Os pobres do meio rural merecem uma atenção especial e uma maior focalização, tendo em conta que, para se erradicar a pobreza absoluta, é necessário distribuir, em média, 16,8% do limiar da pobreza, correspondente a cerca de 13.727 CVE. No meio urbano, o “gap” da pobreza é de 8,4%, o que significa que, para se erradicar a pobreza, é necessário transferir à população pobre cerca de 8.019 CVE.

Em termos de evolução e tendência, pode observar-se que, a nível nacional, o «gap» da pobreza diminui 13,6 p.p., passando de 25%, em 2001, para 11,4%, em 2015, sendo que o maior decréscimo foi verificado no período 2001-2007. No meio rural, esta diminuição é mais acentuada, passando de 31%, em 2001, para 16,8%, em 2015, enquanto no meio urbano se verifica uma diminuição de 11,7 p.p. , nesse mesmo período. É de realçar que, entre 2007 e 2015, a diminuição

do «gap» da pobreza, no meio urbano, foi de 2,4 p.p. , enquanto no meio rural foi de 7,0 p.p., como se pode comprovar no gráfico abaixo.

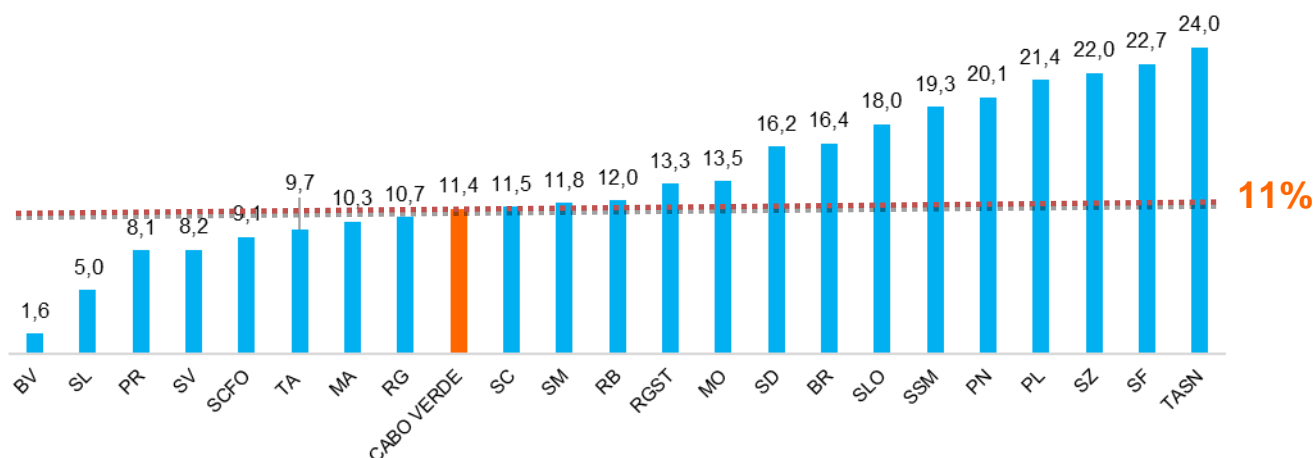
Gráfico 35 – Profundidade da pobreza (%), segundo meio de residência. Cabo Verde



A nível regional, este indicador permite identificar quais os concelhos com maiores problemas da pobreza e que merecem uma focalização e uma maior transferência de rendimentos, para que se possa erradicar a pobreza absoluta. Tarrafal de São Nicolau, com uma incidência de pobreza de 58,3% e de extrema pobreza de 23,4%, é o que apresenta maior profundidade da pobreza, merecendo uma atenção especial, pois para erradicar a pobreza é necessária uma transferência de 24% do limiar da pobreza aos pobres. Seguem-se os Concelhos do Porto Novo, Paúl, Santa Cruz e de São Filipe, com profundidades da pobreza entre os 20% e 23%.

Boa Vista e Sal, para além de apresentarem percentagens de população pobre muito abaixo da média nacional, apresentam um «gap» da pobreza igualmente muito baixo (1,6% e 5,0%, respetivamente) , o que significa que são os concelhos mais fáceis de erradicar a pobreza absoluta.

Gráfico 36 – Profundidade da pobreza (%), segundo concelhos. Cabo Verde



1.2.3 Intensidade ou gravidade / severidade da pobreza

Como referimos anteriormente, a profundidade da pobreza coloca ênfase nas informações sobre os pobres mais do que na incidência da pobreza. Ela permite estimar os meios financeiros necessários para eliminar o flagelo da pobreza. No entanto, este indicador também apresenta algumas fragilidades. Por exemplo, se o nível de consumo de uma pessoa pobre for aumentado em 8.000 CVE, a profundidade da pobreza regista a mesma redução, caso essa melhoria for atribuída a um indivíduo não pobre.

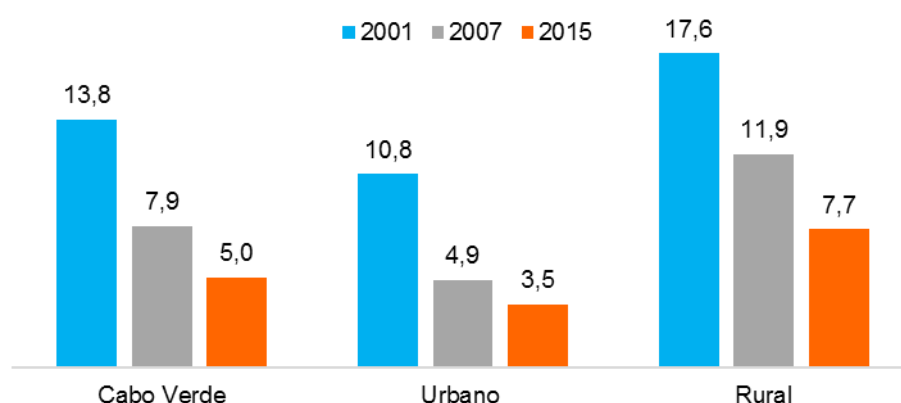
O indicador da intensidade ou gravidade da pobreza pode colmatar as fragilidades do indicador da profundidade da pobreza, dando peso a cada pessoa pobre que diminui à medida que o padrão de vida se aproximar, atingir ou exceder o limiar da pobreza. Isso faz com que a gravidade da pobreza seja mais sensível às mudanças no consumo dos mais pobres e menos sensível às mudanças no consumo dos mais pobres entre os pobres.

Este indicador tem como objetivo medir a variabilidade do consumo entre os pobres. A racionalidade inerente é que existem também desigualdades entre os pobres e não deve ser descurada na análise de políticas públicas, sob pena de se melhorar apenas as condições de vida dos que se encontram mais próximos da linha da pobreza. Assim, o indicador de severidade da pobreza, cuja construção utiliza um peso maior para as pessoas mais pobres (o “gap de pobreza” e ponderado por si mesmo), leva em conta a desigualdade do rendimento/consumo entre os pobres. Exemplificando: se uma transferência é feita de uma pessoa pobre para uma ainda mais pobre, o

índice de severidade da pobreza diminuirá no grupo dos pobres. Esta mesma transferência não interfere nem na incidência, nem na profundidade da pobreza.

De acordo com os resultados do inquérito, em 2015, o indicador de intensidade / severidade da pobreza, a nível nacional, é de 5%, sendo a desigualdade entre os pobres mais acentuada no meio rural, onde o indicador é superior ao dobro do registado no meio urbano (7,7%, contra 3,5%, respetivamente).

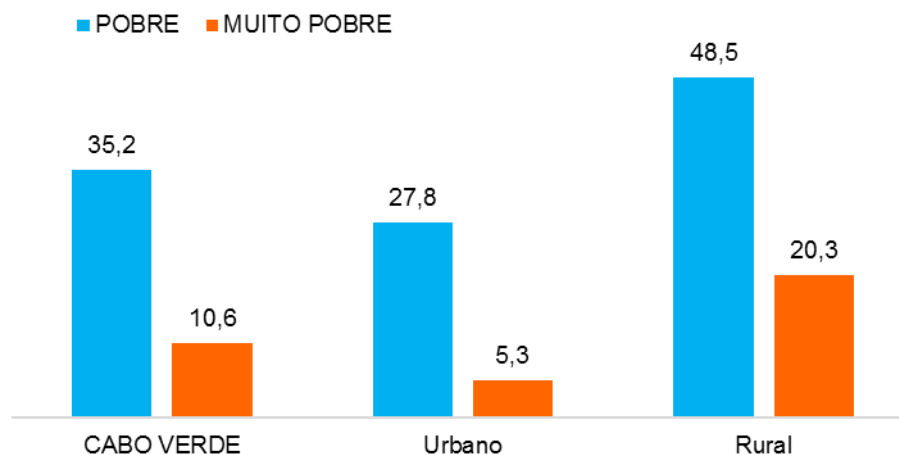
Gráfico 37 – Intensidade da pobreza (%), segundo meio de residência. Cabo Verde



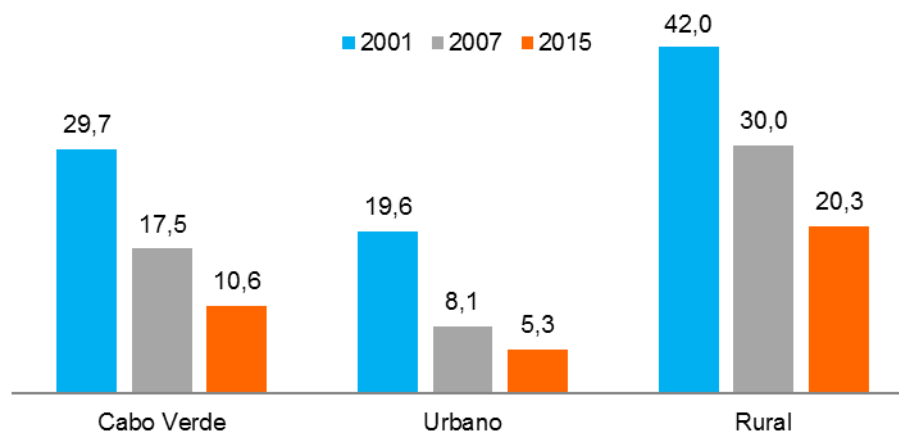
1.3 Pobreza absoluta extrema – nível e evolução 2001/02, 2007 e 2015

Dos 179.909 pobres, estima-se que cerca de 54.395 pessoas representando cerca de 10,6% da população, vivem em extrema pobreza, ou seja, vivem em agregados familiares com rendimentos que permitem consumos *per capita* anuais abaixo de 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou menos de 49 205 CVE (135 escudos diários), no meio rural.

Assim como a pobreza global, a pobreza extrema é essencialmente rural. Cerca de 20,3% da população que reside no meio rural é considerada extremamente pobre, enquanto no urbano a incidência da pobreza extrema é somente de 5,3%. Pode constatar-se ainda que cerca de 68,1% da população extremamente pobre vive no meio rural.

Gráfico 38 – Incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por meio de residência. Cabo Verde


Analisando a evolução durante o período de análise, verifica-se, igualmente, uma diminuição da pobreza extrema, principalmente no meio rural. A nível nacional, a pobreza extrema passa de 29,7%, em 2001, para 10,6%, em 2015, uma redução de 19 p.p. No meio urbano, a redução é de 14,3 p.p. (19,6%, em 2001, para 5,3%, em 2015) e no meio rural é de 21,7 p.p., ou seja, passa de 42,0%, em 2001, para 20,3%, em 2015.

Gráfico 39 – Incidência da pobreza absoluta extrema (%), segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015


Da análise segundo os concelhos, podem reconfirmar-se as assimetrias regionais. Santa Cruz, com 26,9%, São Filipe, com 29,1% e Paúl com 33,4% são os concelhos com maior percentagem da população a viver em extrema pobreza. De realçar o Concelho dos Mosteiros que, apesar de uma incidência da pobreza de 45,2%, somente 7,8% vive em extrema pobreza. A pobreza extrema, na Boavista, Sal e Praia representa menos de 5% da população residente, com maior destaque para Boavista em que afeta somente cerca de 1,3% e no Sal cerca de 2,4% da população residente.

Gráfico 40 – Incidência da pobreza absoluta global e pobreza extrema (%), segundo os concelhos. Cabo Verde 2015

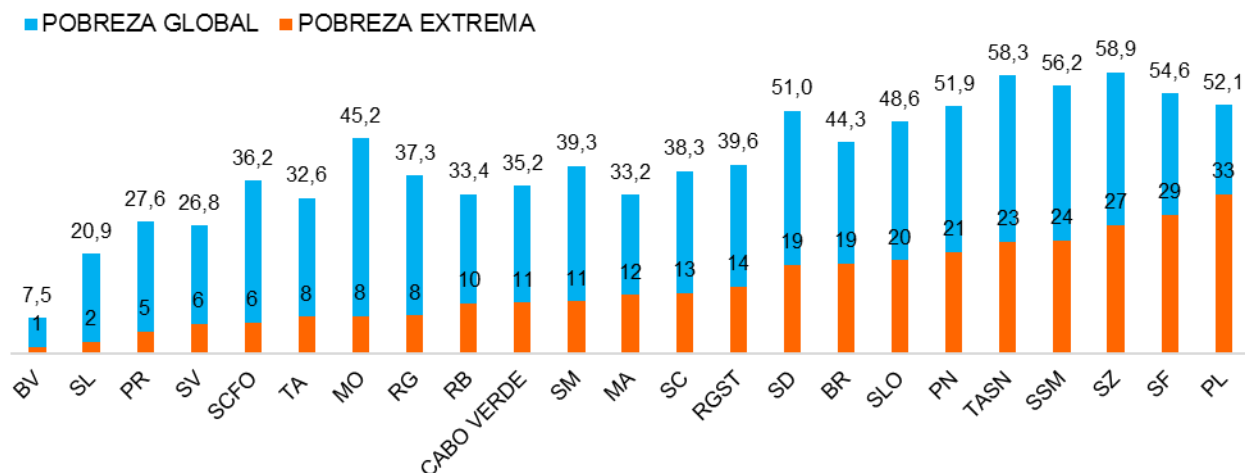


Gráfico 41 – Mapa de Incidência da pobreza absoluta extrema (%), segundo os concelhos. Cabo Verde 2015



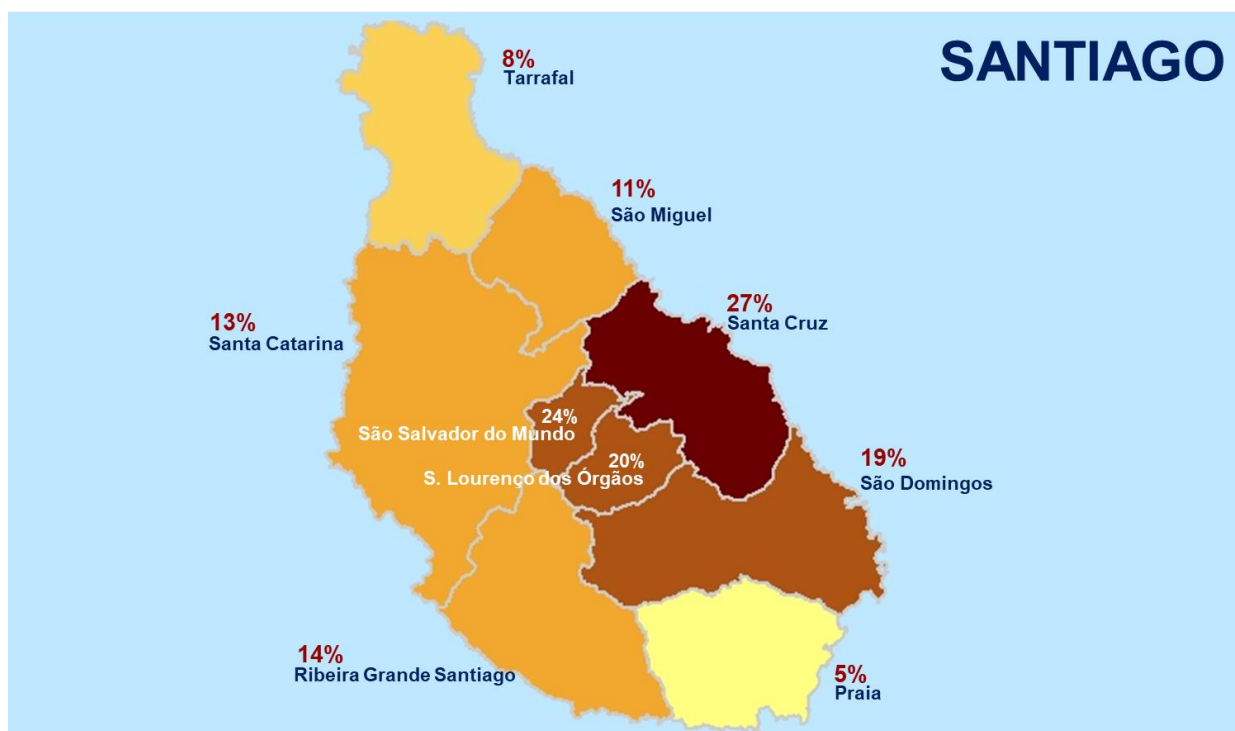


Tabela 17 – Evolução da Incidência da pobreza absoluta global (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza absoluta extrema (%), segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema
	Incidência	Profundidade	Severidade	
Cabo Verde				
2001	56,8	25,0	13,8	29,7
2007	45,4	16,4	7,9	17,5
2015	35,2	11,4	5,0	10,6
Urbano				
2001	47,6	20,0	10,8	19,6
2007	33,3	10,7	4,9	8,1
2015	27,8	8,4	3,5	5,3
Rural				
2001	68,2	31,0	17,6	42,0
2007	61,4	23,8	11,9	30,0
2015	48,5	16,8	7,7	20,3

Tabela 18 – Evolução da Incidência da pobreza absoluta global (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza absoluta extrema (%), segundo domínio de estudo de 2001. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema
	Incidência	Profundidade	Severidade	
ANO 2001				
Cabo Verde	56,8	25,0	13,8	29,7
Praia	41,4	15,4	7,6	13,6
Resto de Santiago	67,2	31,0	17,9	40,4
S. Antão	73,4	36,4	21,4	48,0
S. Vicente	48,1	20,6	10,9	20,6
Fogo	61,8	26,7	14,8	33,2
Outras ilhas	48,9	19,4	10,2	21,7
ANO 2007				
Cabo Verde	45,4	16,4	7,9	17,5
Praia	26,9	8,7	4,0	5,6
Resto de Santiago	60,7	23,6	11,8	28,4
S. Antão	65,5	26,0	13,1	31,9
S. Vicente	40,1	11,4	4,8	8,7
Fogo	56,8	22,2	11,2	27,4
Outras ilhas	28,9	9,2	4,2	8,7
ANO 2015				
Cabo Verde	35,2	11,4	5,0	10,6
Praia	28,1	8,1	3,4	4,6
Resto de Santiago	44,7	14,7	6,5	16,4
S. Antão	45,7	16,3	7,8	17,1
S. Vicente	26,8	8,2	3,4	6,2
Fogo	49,4	18,3	8,8	20,2
Outras ilhas	26,2	8,3	3,5	7,1

Tabela 19 – Incidência (%), Profundidade e Severidade da pobreza absoluta global (%) e Incidência da Pobreza Absoluta Extrema (%), segundo ilhas e concelhos. Cabo Verde 2015

	Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema
	Incidência	Profundidade	Severidade	
ANO 2015				
Cabo Verde	35,2	11,4	5,0	10,6
Santo Antão	45,7	16,3	7,8	17,1
Ribeira Grande	37,3	10,7	4,4	8,0
Paúl	50,9	21,4	11,5	32,1
Porto Novo	52,2	20,1	10,1	21,4
São Vicente	26,8	8,2	3,4	6,2
São Nicolau	45,0	17,1	7,7	17,0
Ribeira Brava	35,3	12,0	5,2	12,3
Tarrafal de São Nicolau	58,3	24,0	11,2	23,4
Sal	19,1	5,0	1,7	2,2
Boavista	7,4	1,6	0,6	1,3
Maio	31,4	10,3	4,5	11,1
Santiago	36,7	11,5	5,0	10,7
Tarrafal	32,6	9,7	3,8	7,7
Santa Catarina	38,3	11,5	4,7	12,7
Santa Cruz	58,9	22,0	10,6	26,9
Praia	28,1	8,1	3,4	4,6
São Domingos	51,0	16,2	7,1	18,6
São Miguel	39,3	11,8	5,1	10,8
São Salvador do Mundo	56,2	19,3	8,9	23,7
São Lourenço dos Órgãos	49,7	18,0	8,9	20,4
Ribeira Grande de Santiago	41,0	13,3	5,8	14,4
Fogo	49,4	18,3	8,8	20,2
Mosteiros	45,2	13,5	5,2	7,8
São Filipe	54,6	22,7	11,7	29,1
Santa Catarina do Fogo	36,2	9,1	3,4	6,4
Brava	44,3	16,4	7,8	18,8

PERFIL DA POBREZA EM 2015 IV

Este capítulo tem como objetivo responder às questões seguintes: Quantos são os pobres? Quem são? Onde estão? E como vivem? Ou seja, apresenta algumas das principais dimensões que diferenciam os agregados familiares e as pessoas em situação de pobreza dos que não estão em situação da pobreza, para o ano de 2015.

Um primeiro passo na análise dos perfis de pobreza, e para responder às primeiras questões, importa estudar a distribuição da população pobre, de acordo com diferentes características demográficas e socioeconómicas, por forma a permitir uma melhor compreensão relativamente a quem são os pobres e às diferenças entre pobres e não pobres.

Assim, para além da decomposição dos índices de pobreza, serão analisados, em particular, a população pobre e não pobre, segundo meio de residência, características socioeconómicas do representante e do próprio agregado familiar, de modo a melhor identificar os grupos sociais que mais sofrem com a pobreza e possibilitar uma melhor segmentação das camadas sociais prioritárias que precisam ser protegidas, assim como ajudar na implementação das políticas sociais mais adequadas às necessidades de cada grupo.

1.1 Quantos são?

179.909 POBRES

54.395 MUITO POBRES



32.738 AGREGADOS POBRES

8.976 AGREGADOS MUITO POBRES



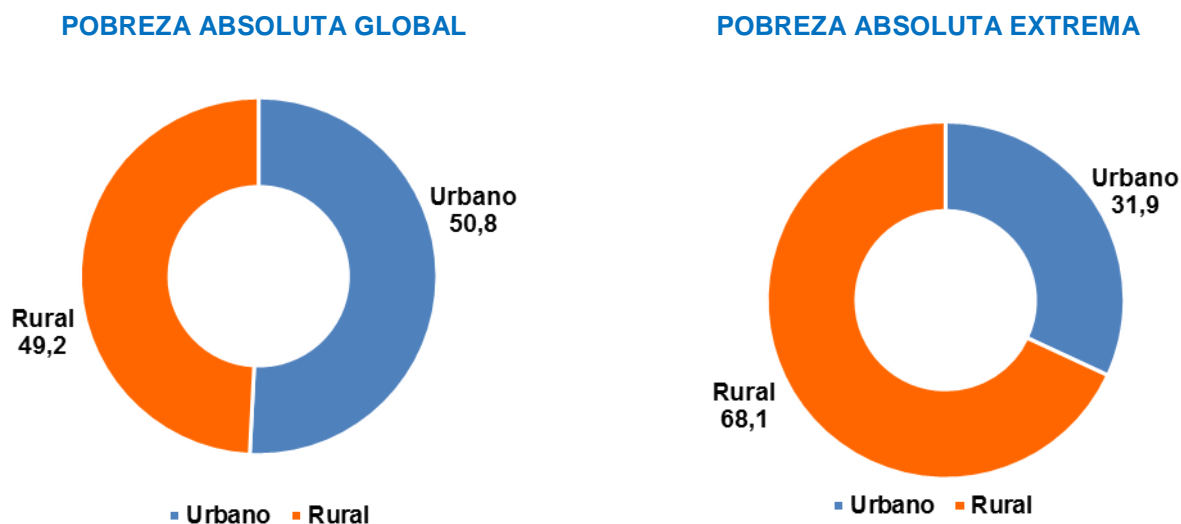
Estima-se que, em 2015, cerca 179.909 pessoas eram pobres, ou seja, viviam em cerca de 32.738 agregados familiares, cujas despesas médias anuais *per capita*, no agregado, eram inferiores ao limiar da pobreza, fixado em 95.461 CVE (262 escudos diários) , no meio urbano, e 81.710 CVE (224 escudos diários) , no meio rural. Destes, 54.395 pessoas viviam em extrema pobreza e distribuídos em cerca de 8.976 agregados muito pobres, com despesas médias anuais *per capita* abaixo de 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou de 49 205 CVE (135 escudos diários) , no meio rural.

1.2 Onde estão os pobres?

Os resultados estimados da pobreza permitem aferir sobre a localização geográfica da população pobre e a contribuição dos meios de residência e dos concelhos para a pobreza nacional.

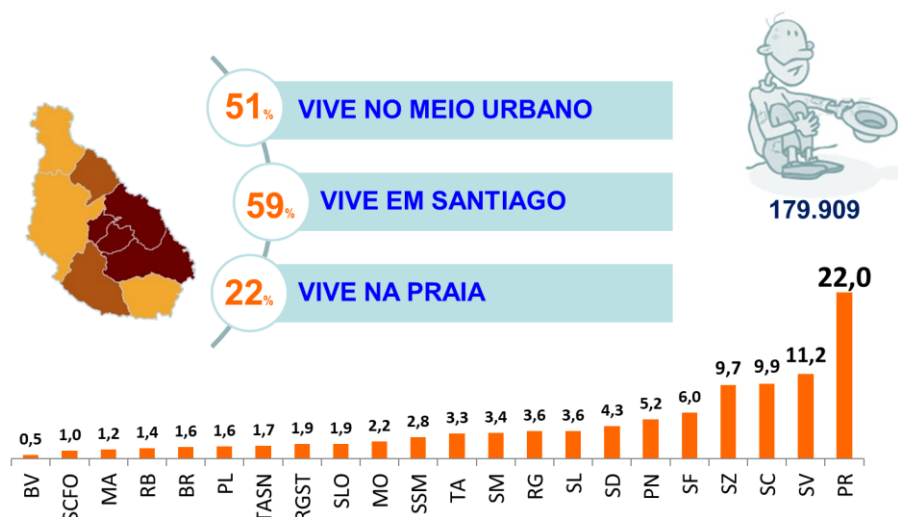
Pode observar-se que, pese embora a percentagem da população pobre, no meio rural, seja significativamente superior à registada no meio urbano (48,5% contra 27,8%, no urbano), os pobres distribuem-se quase que igualitariamente entre os dois meios de residência, ou seja, 50,8% no meio urbano, e 49,2%, no rural. Relativamente à pobreza extrema, pode observar-se que 68,1% dos pobres extremos vivem no meio rural, contra 31,9%, no urbano.

Gráfico 42 – Distribuição da população pobre e na extrema pobreza, segundo o meio de residência.
Cabo Verde, IDRF 2015



Os pobres concentram-se nos maiores centros populacionais. O Concelho da Praia que abriga a capital do país e cerca de 27,5% da população, acolhe igualmente 22% dos pobres do país. Conjuntamente com os Concelhos de São Vicente, com 11,2%, Santa Catarina, com 9,9% e Santa Cruz com 9,7%, concentra mais de metade dos pobres do país.

Gráfico 43 – Distribuição da população pobre, segundo os concelhos. Cabo Verde, IDRF 2015



Relativamente à pobreza extrema, esta concentra-se mais nos Concelhos de Santa Cruz, com 14,6% da população, a viver em extrema pobreza. Segue-se o Concelho da Praia com 11,9% e os de São Filipe e Santa Catarina, com cerca de aproximadamente 11% da população extremamente pobre a residir nestes concelhos.

Gráfico 44 – Distribuição da população muito pobre (pobreza extrema) segundo os concelhos. Cabo Verde, IDRF 2015

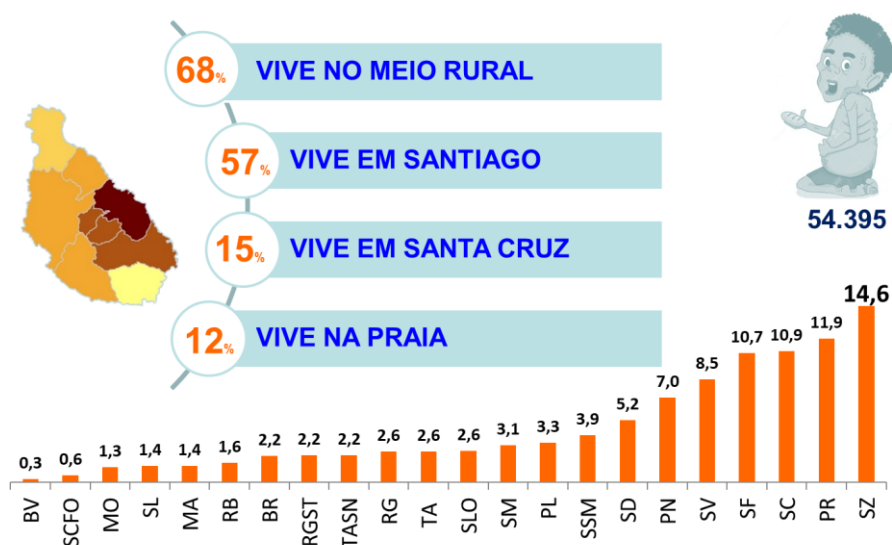


Tabela 20 – Efetivos da população, da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015

	Efetivos			Distribuição percentual (%)		
	População Total	Pobres	Muito Pobre	População Total	Pobres	Muito Pobre
Cabo Verde	511.217	179.909	54.395	100,0	100,0	100,0
Meio de residência						
Urbano	328.815	91.384	17.360	64,3	50,8	31,9
Rural	182.402	88.524	37.036	35,7	49,2	68,1
Concelhos						
Ribeira Grande	17.508	6.532	1399	3,4	3,6	2,6
Paúl	5.608	2.855	1800	1,1	1,6	3,3
Porto Novo	17.871	9.333	3819	3,5	5,2	7,0
São Vicente	75.162	20.129	4647	14,7	11,2	8,5
Ribeira Brava	7.125	2.514	875	1,4	1,4	1,6
Tarrafal de São Nicolau	5.233	3.050	1223	1,0	1,7	2,2
Sal	34.378	6.562	739	6,7	3,6	1,4
Boavista	11.679	870	151	2,3	0,5	0,3
Maio	6.731	2.111	747	1,3	1,2	1,4
Tarrafal	18.199	5.942	1403	3,6	3,3	2,6
Santa Catarina	46.615	17832	5922	9,1	9,9	10,9
Santa Cruz	29.556	17421	7943	5,8	9,7	14,6
Praia	140.499	39531	6472	27,5	22,0	11,9
São Domingos	15.081	7687	2804	3,0	4,3	5,2
São Miguel	15.455	6081	1675	3,0	3,4	3,1
São Salvador do Mundo	8.913	5010	2115	1,7	2,8	3,9
São Lourenço dos Órgãos	7.004	3478	1430	1,4	1,9	2,6
Ribeira Grande de Santiago	8.457	3466	1222	1,7	1,9	2,2
Mosteiros	8.896	4017	692	1,7	2,2	1,3
São Filipe	19.940	10880	5810	3,9	6,0	10,7
Santa Catarina do Fogo	4.991	1.807	320	1,0	1,0	0,6
Brava	6.316	2.799	1.187	1,2	1,6	2,2

1.3 Quem são os pobres?

A pobreza em Cabo Verde tem rosto feminino e jovem e afeta, essencialmente, as populações com menos acesso à educação.

Gráfico 45 – Características da população pobre. Cabo Verde, IDRF 2015

Distribuição da população POBRE (%):



1.3.1 Distribuição da população pobre, segundo o sexo

Cerca de 52,9% dos pobres e 53,6% dos que vivem na extrema pobreza é do sexo feminino. Esta constatação tende a ser mais desfavorável às mulheres, no meio rural, onde 53,1% dos pobres e 53,6% dos muito pobres é mulher. Na maioria dos concelhos, a pobreza afeta mais as mulheres, com exceção dos Concelhos de Paúl, Tarrafal de São Nicolau, Boavista, São Lourenço dos Órgãos, Mosteiros e Santa Catarina do Fogo, onde mais de metade dos pobres são do sexo masculino.

Tabela 21 – Efectivos da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo sexo, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015

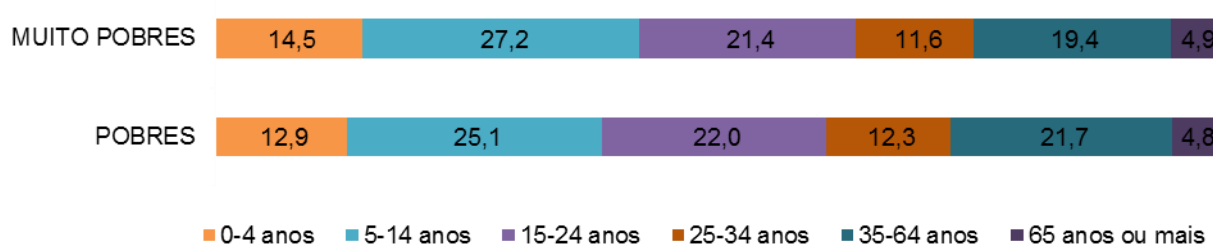
	População Pobre			População Muito Pobre		
	Total Efectivos	Homem (%)	Mulher (%)	Total Efectivos	Homem (%)	Mulher (%)
Cabo Verde	179.909	47,1	52,9	54.395	46,4	53,6
Meio de residência						
Urbano	91.384	47,3	52,7	17.360	46,4	53,6
Rural	88.524	46,9	53,1	37.036	46,4	53,6
Concelhos						
Ribeira Grande	6.532	49,9	50,1	1.399	44,9	55,1
Paúl	2.736	54,6	45,4	1.754	50,6	49,4
Porto Novo	9.451	47,8	52,2	3.865	49,8	50,2
São Vicente	20.129	46,7	53,3	4.647	47,3	52,7
Ribeira Brava	2.788	48,5	51,5	875	51,9	48,1
Tarrafal de São Nicolau	3.050	52,1	47,9	1.223	48,7	51,3
Sal	6.562	48,7	51,3	739	50,8	49,2
Boavista	870	51,3	48,7	151	44,8	55,2
Maio	2.036	47,5	52,5	747	50,7	49,3
Tarrafal	5.942	45,7	54,3	1.403	36,4	63,6
Santa Catarina	17.832	43,3	56,7	5.922	44,9	55,1
Santa Cruz	17.421	46,7	53,3	7.943	43,4	56,6
Praia	39.257	47,4	52,6	6.472	46,3	53,7
São Domingos	7.687	47,0	53,0	2.804	51,3	48,7
São Miguel	6.081	45,1	54,9	1.675	38,5	61,5
São Salvador do Mundo	5.010	45,2	54,8	2.115	42,4	57,6
São Lourenço dos Órgãos	3.553	52,9	47,1	1.430	56,9	43,1
Ribeira Grande de Santiago	3.466	48,2	51,8	1.222	50,7	49,3
Mosteiros	4.017	51,1	48,9	692	57,6	42,4
São Filipe	10.880	44,3	55,7	5.810	44,9	55,1
Santa Catarina do Fogo	1.807	52,4	47,6	320	47,1	52,9
Brava	2.799	49,4	50,6	1.187	47,2	52,8

1.3.2 Distribuição da pobreza, segundo grupos etários

A pobreza afeta, essencialmente, os mais jovens. Cerca de 60% da população pobre e 63% da população muito pobre tem menos de 25 anos de idade.

Realçando os grupos mais vulneráveis, podemos observar que 38,0% da população pobre é criança, menor de 15 anos, sendo 12,9% menores de 5 anos e cerca de 5% dos pobres é idoso, com 65 anos ou mais.

Gráfico 46 – Distribuição da população pobre e muito pobre (extrema pobreza), segundo o grupo etário. Cabo Verde, IDRF 2015



Da análise por meio de residência, a distribuição dos pobres, segundo grupos etários, é idêntica. Importa realçar que a percentagem de idosos no meio rural é de 5,7%, contra 3,8%, no meio urbano. A pobreza nos idosos é ainda mais expressiva nos Concelhos do Paúl (10,4%) e do Tarrafal de São Nicolau (11,1%), sendo mais de dez por cento da população pobre idosa, com 65 anos de idade ou mais.

Os Concelhos do Sal, Boavista, Tarrafal, Santa Catarina e Santa Cruz apresentam uma percentagem de crianças menores de 15 anos pobres acima da média nacional e superior a 40%.

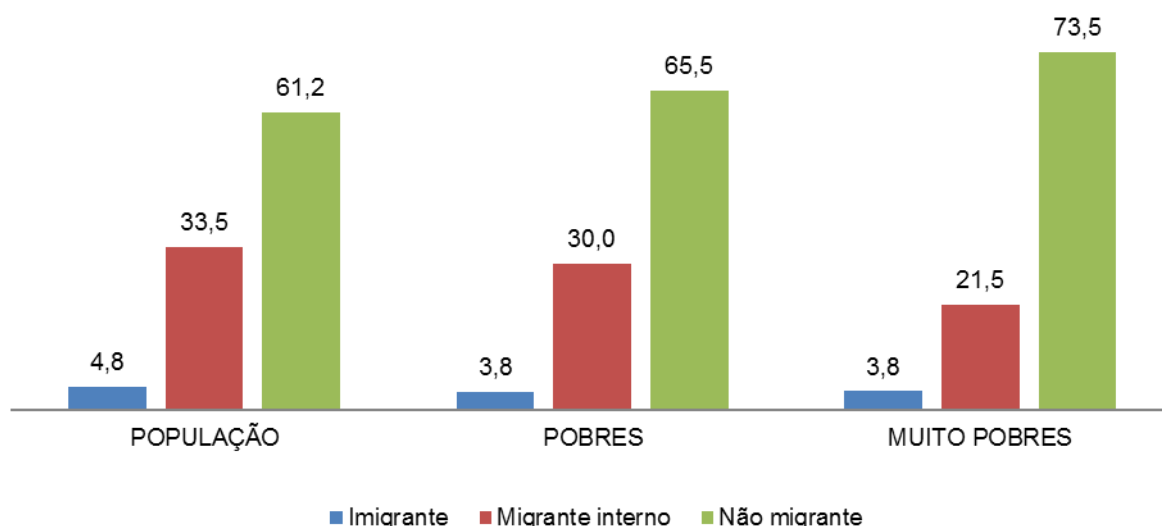
Tabela 22 – Efetivos da população pobre e a distribuição percentual (%), segundo grupos etários, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde 2015

	Efetivos Pobres	Grupos Etários						ND
		0-4	5-14	15-24	25-34	35-64	65 ou mais	
Cabo Verde	179.909	12,9	25,1	22,0	12,3	21,7	4,8	1,2
Meio de residência								
Urbano	91.384	13,8	24,6	21,5	13,6	21,4	3,8	1,4
Rural	88.524	12,0	25,7	22,5	10,9	22,1	5,7	1,1
Concelhos								
Ribeira Grande	6.532	12,4	22,8	18,6	10,0	27,4	7,9	0,9
Paúl	2.736	8,4	21,3	19,9	11,5	26,4	10,4	2,2
Porto Novo	9.451	12,0	24,4	19,9	13,0	24,3	5,9	0,5
São Vicente	20.129	11,1	23,5	21,6	15,5	23,1	4,6	0,6
Ribeira Brava	2.788	9,4	24,7	21,4	13,4	24,7	5,1	1,4
Tarrafal de São Nicolau	3.050	9,9	24,5	18,6	13,1	22,8	11,1	0,0
Sal	6.562	17,0	25,4	16,8	13,6	15,1	1,7	10,5
Boavista	870	13,4	27,5	11,4	16,3	25,1	5,3	1,0
Maio	2.036	12,3	25,4	21,5	10,2	24,6	5,2	0,8
Tarrafal	5.942	12,2	27,8	25,5	8,6	22,6	3,2	0,0
Santa Catarina	17.832	14,3	26,0	24,2	10,2	19,4	5,7	0,3
Santa Cruz	17.421	17,2	25,4	22,6	10,5	18,7	5,0	0,6
Praia	39.257	14,6	25,3	21,6	13,1	20,7	3,5	1,2
São Domingos	7.687	8,9	27,1	22,9	8,7	25,5	6,4	0,5
São Miguel	6.081	9,7	28,6	28,8	10,6	20,1	1,7	0,6
São Salvador do Mundo	5.010	9,9	28,1	24,3	6,9	23,3	7,5	0,0
São Lourenço dos Órgãos	3.553	7,7	25,6	22,5	10,8	27,8	3,8	1,8
Ribeira Grande de Santiago	3.466	12,0	21,9	26,6	13,4	19,8	4,7	1,6
Mosteiros	4.017	11,3	25,2	22,9	13,9	22,9	3,3	0,4
São Filipe	10.880	12,2	23,0	21,0	16,0	22,0	3,6	2,2
Santa Catarina do Fogo	1.807	10,7	29,0	17,0	13,8	22,7	5,8	1,0
Brava	2.799	11,2	24,5	18,7	13,5	22,7	5,8	3,6

1.3.3 Distribuição da pobreza, segundo estatuto na migração

Cabo Verde passa de país essencialmente de emigração a país de imigração, recebendo cada vez mais pessoas de vários países, em particular de países africanos, à procura de melhores condições de vida. A migração interna tem vindo a intensificar-se, com consequências no aumento das populações, particularmente nos centros urbanos, e o despovoamento das ilhas mais periféricas. Os resultados do IDRF estimaram que 33,5% da população vive em agregados cujo representante é migrante interno, ou seja, vive num concelho diferente do de nascença, e 4,8% é imigrante. Entre a população pobre, 30% vive em agregados cujo representante é migrante interno e 3,8% é imigrante. Entre a população muito pobre, cerca 21,5% vive em agregados cujo representante é migrante interno e 3,8% é imigrante.

Gráfico 47 – Distribuição da população total, da população pobre e da população muito pobre (extrema pobreza), segundo o estatuto na migração do representante. Cabo Verde, IDRF 2015



1.4 Características demográficas dos agregados familiares

A população pobre vive em agregados familiares numerosos, caracterizados por uma grande taxa de dependência, principalmente pela existência de mais de 2 crianças em média, e um baixo nível de instrução, como se pode verificar no gráfico abaixo.

Como já se referiu, a população pobre distribui-se em 32.738, sendo que destes, 8.976 vive em extrema pobreza. Enquanto a dimensão média dos agregados não pobres é de 3,5 pessoas, nos









agregados pobres a dimensão eleva-se a 5,5 pessoas, e nos que vivem em extrema pobreza é de 6,1 pessoas.

O rácio de dependência entre a população menor de 15 anos e o dos idosos de 65 anos ou mais, bem como a população potencialmente ativa (15-64 anos), é de 76,5% e 89,1% nos agregados pobres e nos muito pobres, respetivamente, e 51,4% nos não pobres. Mais de 85% dos agregados pobres e 90% dos agregados em extrema pobreza possuem, em média, mais de 2 crianças. De realçar a taxa de dependência nas famílias em pobreza extrema, no meio urbano, a qual atinge os 95,6%.

Os agregados pobres apresentam maior número médio de ativos, população de 15-64 anos, comparativamente com os não pobres (3,1 contra 2,3 ativos, respetivamente). No entanto, não em termos proporcionais, pode concluir-se que os agregados pobres possuem menos ativos ocupados, tendo em conta o número médio idêntico registado nos dois tipos de agregados.

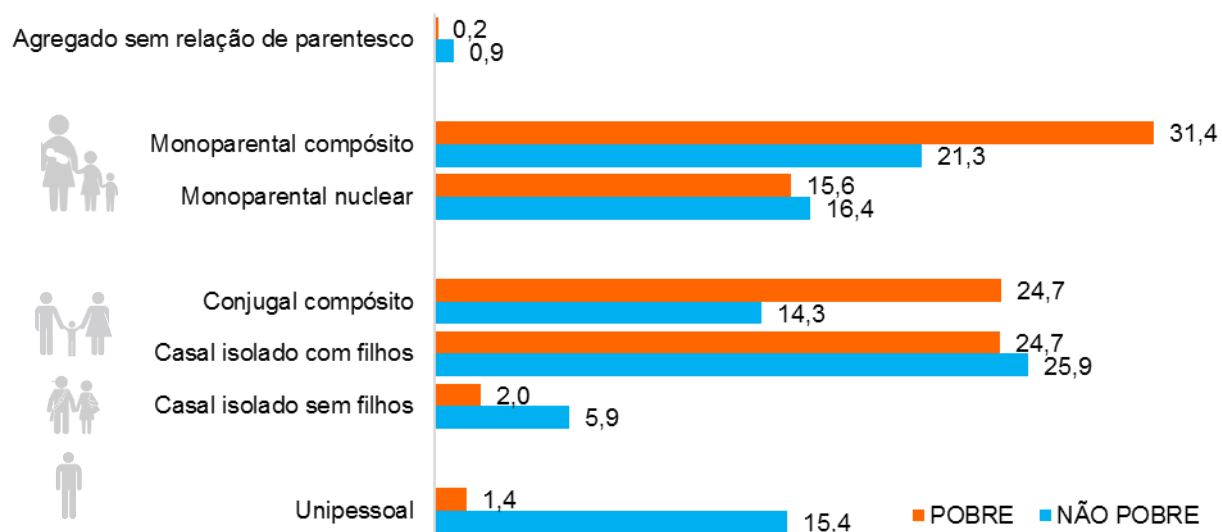
Gráfico 48 – Características sociodemográficas dos agregados familiares pobres e não pobres. Cabo Verde, IDRF 2015

CARATERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DOS AGREGADOS

	NÃO POBRES	POBRES
DIMENSÃO MÉDIA	 3,5	 5,5
Nº MÉDIO CRIANÇAS MENORES 18 ANOS	 1,1	 3,5
Nº MÉDIO ACTIVOS 15-64 ANOS	 2,3	 3,1
Nº MÉDIO EMPREGADOS	 1,5	 1,6
TAXA DE DEPENDÊNCIA	51,4%	76,5%

Em termos de tipologia, pode observar-se que 47%% dos agregados pobres são do tipo monoparental, sendo que 31,4% são do tipo compósito, ou seja, agregados cujo representante não possui um cônjuge e, para além dos filhos, o agregado é composto por outras pessoas, com outras relações de parentesco, e 21,3% são do tipo nuclear, com o representante e os filhos. A outra metade dos agregados subdivide-se em agregados conjugais com filhos e do tipo compósito.

Gráfico 49 – Distribuição dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a tipologia dos agregados. Cabo Verde, 2015



Tendo em conta que a pobreza afeta essencialmente as crianças, importa analisar a tipologia dos agregados, tendo em conta a existência ou não de crianças menores de 15 anos. Independentemente do estatuto na pobreza, pode observar-se que os agregados monoparentais com crianças menores de 15 anos são os mais representativos e são essencialmente representados por mulheres. Entre os pobres representam 44,9% e entre os não pobres, 33,0%. Enquanto 39,9% dos agregados pobres são conjugais, com crianças menores de 15 anos, entre os não pobres somente 23,5% o são. De realçar que a percentagem de pessoas a viverem sozinhas entre os pobres é residual, comparativamente aos não pobres, em que 15,4% o são.

Da análise por sexo do representante, pode observar-se que mais de 88% dos agregados pobres representados por mulheres possui, pelo menos, uma criança menor de 15 anos e, na sua grande maioria, são agregados do tipo monoparental (61,1%). Entre os agregados pobres representados por homens, a grande maioria é do tipo conjugal com crianças (72,2%). Cerca de 17,5% são agregados sem crianças e somente 7,3% são do tipo monoparental e com crianças.

Gráfico 50 – Distribuição dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a tipologia dos agregados e existência de crianças menores de 15 anos. Cabo Verde, 2015

CARATERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DOS AGREGADOS:

	NÃO POBRES	POBRES
AGREGADOS UNIPESSOAIS	15,4%	1,4%
AGREGADOS SEM CRIANÇAS	28,1%	13,8%
CONJUGAIS COM CRIANÇAS	23,5%	39,9%
MONOPARENTAIS COM CRIANÇAS	33,0%	44,9%

Gráfico 51 – Distribuição dos agregados familiares pobres, segundo a tipologia dos agregados, por sexo do representante. Cabo Verde, 2015

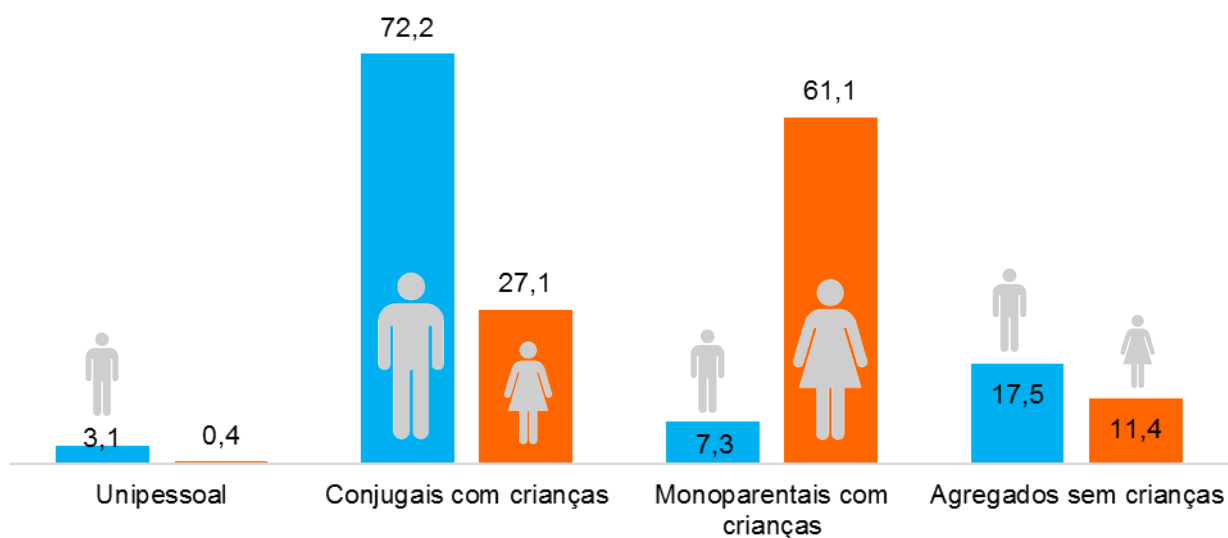


Tabela 23 – Dimensão, composição e tipologia dos agregados familiares, segundo meio residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Cabo Verde			URBANO			RURAL		
	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE	NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE
Dimensão média	3,5	5,5	6,1	3,4	5,4	6,1	3,8	5,6	6,0
Dimensão do agregado									
1 - 2 pessoas	33,4	8,3	2,6	34,2	8,8	1,7	31,0	7,7	3,0
3 - 4 pessoas	41,5	30,3	25,9	42,5	30,2	23,9	38,6	30,3	26,9
5 - 6 pessoas	17,8	32,7	34,7	17,0	33,1	34,3	19,9	32,2	34,8
7+ pessoas	7,4	28,8	36,8	6,3	27,8	40,1	10,6	29,7	35,3
Composição do agregado (Nº médio)									
Crianças menores 5 anos	0,4	0,8	1,0	0,4	0,9	1,2	0,4	0,8	1,0
Crianças menores 14 anos	0,9	2,1	2,5	0,9	2,1	2,7	1,0	2,1	2,4
Crianças menores 17 anos	1,1	2,5	3,0	1,1	2,5	3,2	1,3	2,5	2,9
Idosos 65 anos ou mais	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3
Ativos 15 - 64 anos	2,3	3,1	3,2	2,3	3,1	3,1	2,4	3,1	3,2
Pessoas empregadas	1,5	1,6	1,5	1,5	1,6	1,4	1,4	1,6	1,5
Taxa de dependência	51,4	76,5	89,1	49,0	74,6	95,6	57,9	78,4	86,1
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado	10,5	8,9	8,5	11,1	9,3	8,8	8,7	8,4	8,4
Tipologia do agregado									
Unipessoal	15,4	1,4	0,4	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Casais isolados	5,9	2,0	0,9	6,1	1,6	0,0	5,2	2,5	1,4
Casais isolados com filhos	25,9	24,7	22,7	27,7	25,0	22,9	21,0	24,3	22,6
Conjugais compósitos	14,3	24,7	26,4	13,1	23,1	22,5	17,6	26,5	28,3
Monoparental nuclear	16,4	15,6	13,0	17,1	18,9	16,0	14,4	12,1	11,6
Monoparental compósito	21,3	31,4	36,4	19,5	29,7	38,6	26,3	33,2	35,4
Agregados sem relação de parentesco	0,9	0,2	0,2	1,0	0,1	0,0	0,5	0,2	0,3
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos									
Unipessoal	15,4	1,4	0,4	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Conjugais com crianças	33,0	44,9	45,6	33,5	43,9	39,0	31,7	46,0	48,7
Monoparentais com crianças	23,5	39,9	45,7	22,7	41,0	51,0	25,6	38,7	43,2
Agregados sem crianças	28,1	13,8	8,3	28,2	13,5	10,0	27,7	14,1	7,6

1.5 Características dos representantes do agregado familiar

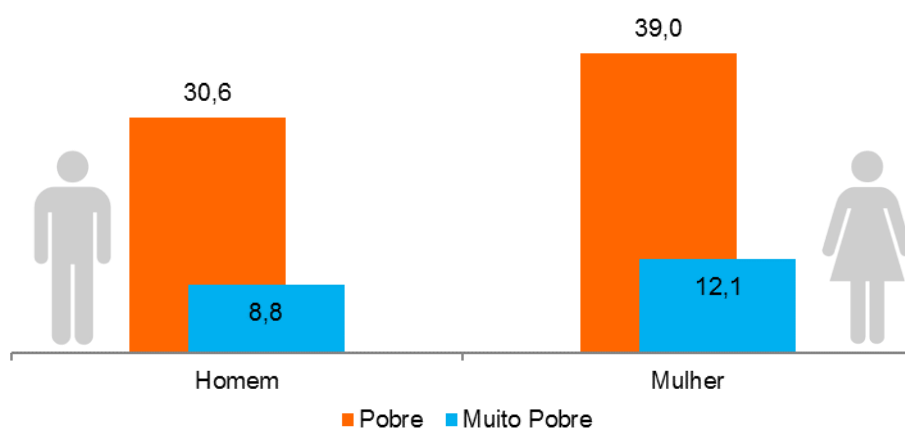
Relembra-se que, de acordo com a metodologia do inquérito, o representante do agregado, escolhido pelos membros, deve ser uma pessoa residente e maior de 15 anos. Não se impôs, à priori, nenhuma característica para a definição e identificação do representante.

1.5.1 Incidência da pobreza, segundo o sexo

Da análise segundo o sexo dos representantes, os resultados permitem aferir que o grau da pobreza das mulheres é superior ao dos homens e que existe uma tendência de crescimento da pobreza no feminino, podendo as causas estar intimamente relacionadas com a educação, os encargos com a família e com o trabalho doméstico.

Como se pode observar do gráfico que se segue, a nível nacional, quer a incidência da pobreza global, quer a incidência da pobreza extrema é superior nos agregados familiares representados por mulheres, comparativamente com os representados por homens, o que quer dizer que 39,0% da população residente em agregados representados por mulheres são pobres, e 30,6% da população residente em agregados representados por homens também são pobres, perfazendo uma diferença de cerca de 8,4 p.p.. Relativamente à pobreza extrema, o «gap» é menor, com os agregados representados por mulheres a apresentar uma percentagem da população em extrema pobreza de 12,1%, enquanto nos representados por homens é de 8,8%.

Gráfico 52 – Percentagem de população pobre e em extrema pobreza, segundo o sexo do representante. Cabo Verde, IDRF 2015

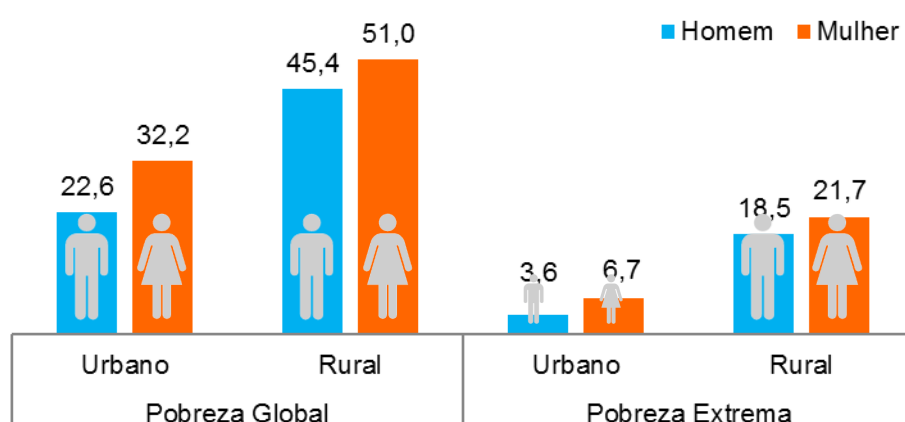


Por meio de residência pode constatar-se que apesar da incidência da pobreza ser mais acentuada no meio rural, independentemente do sexo do representante, é no meio urbano onde as questões

de género são mais acentuadas. A incidência da pobreza nos agregados femininos, no meio rural, é de 51,0%, enquanto nos agregados representados por homens é de 45,4%, uma diferença de menos de 5 p.p. No meio urbano, a incidência da pobreza entre os agregados representados por mulheres e por homens apresenta uma diferença de 9,6 p.p., isto é, enquanto entre os agregados femininos é de 32,2%, entre os masculinos é de 22,6.

Relativamente à pobreza extrema, esta é mais acentuada em agregados femininos, no meio rural, com 21,7% da população a viver em extrema pobreza.

Gráfico 53 – Percentagem de população pobre e em extrema pobreza, segundo o sexo do representante, por meio de residência. Cabo Verde, IDRF 2015



A nível regional, os concelhos com maior incidência de pobreza são os que a no feminino, com destaque para os Concelhos de São Filipe, Porto Novo, Tarrafal de São Nicolau, e Santa Cruz, com mais de 60% de pobres no seio da população residente em agregados femininos. De realçar o facto destes apresentarem um «gap» muito acentuado em comparação com os agregados representados por homens.

Gráfico 54 – Percentagem de população pobre, segundo o sexo do representante, por concelho. Cabo Verde, IDRF 2015

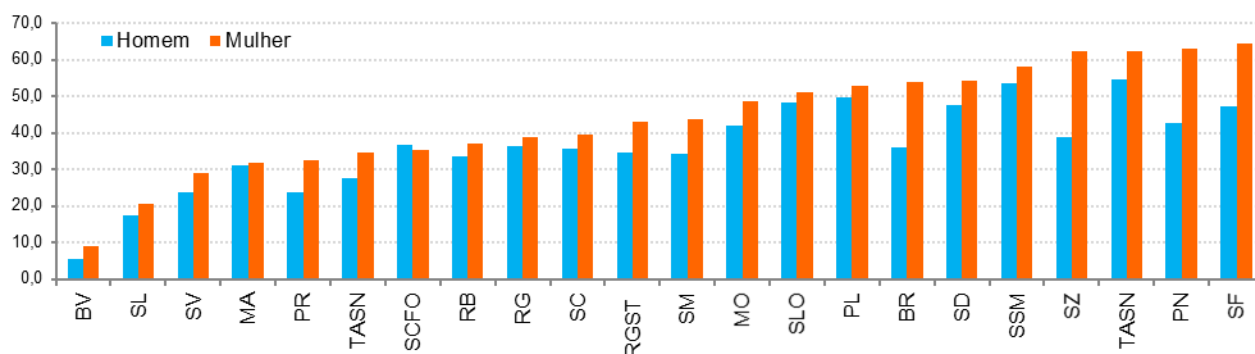


Tabela 24 – Incidência da pobreza global e pobreza extrema, segundo o sexo do representante, por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2015

	Sexo do Representante					
	Total		Homem		Mulher	
	Pobres	Muito Pobres	Pobres	Muito Pobres	Pobres	Muito Pobres
Cabo Verde	35,2	10,6	30,6	8,8	39,0	12,1
Meio de Residência						
Urbano	27,8	5,3	22,6	3,6	32,2	6,7
Rural	48,5	20,3	45,4	18,5	51,0	21,7
Concelhos						
Ribeira Grande	37,3	8,0	36,4	7,0	38,8	9,8
Paúl	50,9	32,1	49,8	29,2	52,7	36,9
Porto Novo	52,2	21,4	42,8	15,7	63,1	28,0
São Vicente	26,8	6,2	23,9	6,0	29,1	6,3
Ribeira Brava	35,3	12,3	33,7	10,9	36,9	13,7
Tarrafal de São Nicolau	58,3	23,4	54,5	18,9	62,2	27,9
Sal	19,1	2,2	17,3	2,0	20,6	2,3
Boavista	7,4	1,3	5,7	0,0	8,9	2,3
Maio	31,4	11,1	31,0	13,2	31,6	9,6
Tarrafal	32,6	7,7	27,5	2,7	34,4	9,4
Santa Catarina	38,3	12,7	35,7	12,8	39,6	12,7
Santa Cruz	58,9	26,9	39,0	25,2	62,2	27,1
Praia	28,1	4,6	23,9	2,9	32,4	6,3
São Domingos	51,0	18,6	47,7	24,9	54,4	12,1
São Miguel	39,3	10,8	34,1	8,5	43,8	12,8
São Salvador do Mundo	56,2	23,7	53,5	20,2	58,1	26,3
São Lourenço dos Órgãos	49,7	20,4	48,4	15,4	51,1	26,3
Ribeira Grande de Santiago	41,0	14,4	34,5	12,6	43,2	15,1
Mosteiros	45,2	7,8	41,9	4,3	48,8	11,7
São Filipe	54,6	29,1	47,1	27,6	64,5	31,2
Santa Catarina do Fogo	36,2	6,4	36,7	5,6	35,4	7,9
Brava	44,3	18,8	36,0	12,8	53,8	25,7

1.5.2 Características sociodemográficas do representante

Os representantes dos agregados pobres são essencialmente mulheres, com idade média de 48,6 anos e sem nível de instrução. Com base na tabela seguinte, observa-se que 60,5% dos agregados pobres são representados por mulheres, em particular no meio urbano, com 62,8%. A idade média é de 48,6 anos, mas no meio rural o representante é mais velho (50,9 anos). Pese embora mais de metade é alfabetizado, com maior expressão no meio urbano (75%, contra 58,7% no meio rural), os representantes possuem um baixo nível de instrução, com uma média de 3,8 anos de estudos. Não obstante a falta de acesso à educação, reconhece-se o esforço destes para elevar o nível de instrução dos seus dependentes, que em média atinge o máximo de 8,9 anos de estudo, a nível nacional. Estas características são mais acentuadas no seio da população que vive em extrema pobreza e nas que vivem no meio rural, onde a pobreza é mais expressiva. Comparativamente com a população não pobre, é na educação que se encontra o maior fosso entre estas duas populações. O representante dos agregados não pobres tem, em média, 7 anos de escolaridade, equivalente ao nível secundário, e uma percentagem expressiva possui nível médio ou superior (15,7%).

Gráfico 55 – Características dos representantes demográficos e sociais dos agregados familiares pobres e não pobres. Cabo Verde, 2015

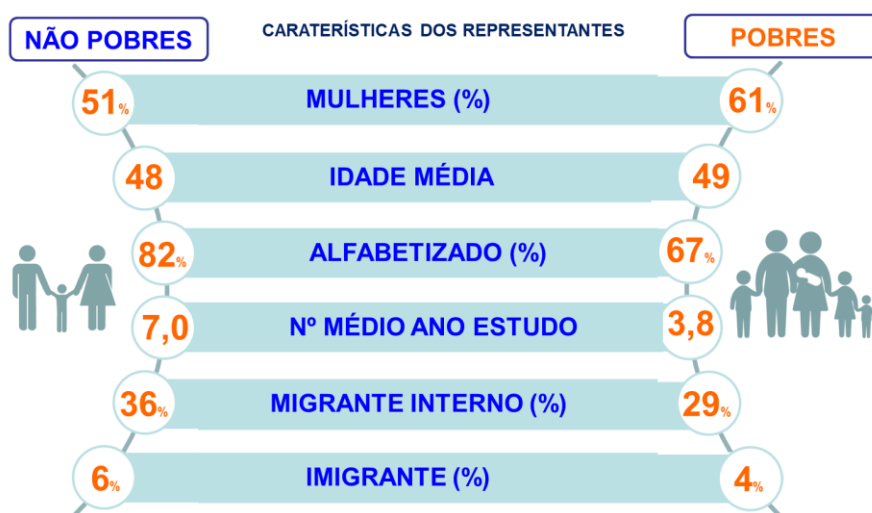


Tabela 25 – Distribuição dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza absoluta e o sexo do representante, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015

	Total de agregados familiares			Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema		
	Sexo do Representante			Sexo do Representante			Sexo do Representante		
	Efetivos	Homem (%)	Mulher (%)	Efetivos Pobres	Homem (%)	Mulher (%)	Efetivos Muito Pobres	Homem (%)	Mulher (%)
Cabo Verde	127.333	46,7	53,3	32.738	39,5	60,5	8.976	37,9	62,1
Meio de Residência									
Urbano	86.450	47,1	52,9	16.808	37,2	62,8	2.838	33,7	66,3
Rural	40.883	45,7	54,3	15.930	41,9	58,1	6.138	39,8	60,2
Concelhos									
Ribeira Grande	4.635	61,3	38,7	1.167	59,4	40,6	214	63,0	37,0
Paúl	1.428	64,4	35,6	565	62,2	37,8	310	58,1	41,9
Porto Novo	4.346	56,2	43,8	1.926	45,5	54,5	699	44,7	55,3
São Vicente	21.936	48,2	51,8	4.270	42,5	57,5	805	44,9	55,1
Ribeira Brava	1.958	48,6	51,4	462	44,9	55,1	158	44,4	55,6
Tarrafal de São Nicolau	1.315	50,6	49,4	563	49,2	50,8	248	38,8	61,2
Sal	9.017	49,0	51,0	1.024	38,8	61,2	122	33,7	66,3
Boavista	3.694	49,5	50,5	187	32,9	67,1	23	0,0	100,0
Maio	1.993	41,2	58,8	431	39,2	60,8	125	47,5	52,5
Tarrafal	4.364	26,5	73,5	1.130	22,8	77,2	296	10,8	89,2
Santa Catarina	10.054	36,4	63,6	3.030	33,1	66,9	901	32,6	67,4
Santa Cruz	5.953	18,5	81,5	2.842	9,5	90,5	1.215	12,5	87,5
Praia	35.146	49,5	50,5	6.993	41,2	58,8	1.030	36,0	64,0
São Domingos	2.895	50,1	49,9	1.268	42,1	57,9	368	59,5	40,5
São Miguel	3.550	43,4	56,6	1.103	37,2	62,8	259	29,9	70,1
São Salvador do Mundo	1.744	40,0	60,0	802	41,0	59,0	318	37,7	62,3
São Lourenço dos Órgãos	1.406	52,4	47,6	608	56,2	43,8	244	46,6	53,4
Ribeira Grande de Santiago	1.700	25,4	74,6	543	24,4	75,6	176	24,1	75,9
Mosteiros	2.189	52,7	47,3	762	46,8	53,2	118	28,6	71,4
São Filipe	5.135	56,9	43,1	2.104	51,0	49,0	1.031	54,5	45,5
Santa Catarina do Fogo	1.194	64,2	35,8	362	58,3	41,7	76	54,2	45,8
Brava	1.681	58,4	41,6	597	45,9	54,1	240	36,7	63,3

Tabela 26 – Taxa de alfabetização (%) e número médio de anos de estudo dos representantes dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza, por meio de residência, concelhos e sexo do representante. Cabo Verde, 2015

	Taxa de alfabetização (%)				Número médio de anos de estudo do representante (nº)			
	Total AF	Não Pobres	Pobres	Muito Pobres	Total AF	Não Pobres	Pobres	Muito Pobres
Cabo Verde	78,0	81,7	67,3	60,3	6,2	7,0	3,8	3,3
Meio de Residência								
Urbano	84,8	87,1	75,4	68,6	7,2	7,9	4,4	3,9
Rural	63,6	66,7	58,7	56,4	3,9	4,4	3,1	3,0
Concelhos								
Ribeira Grande	65,2	68,2	56,5	78,2	4,6	5,2	3,1	4,0
Paúl	57,3	66,5	43,3	52,1	4,1	5,3	2,3	2,5
Porto Novo	58,6	68,7	45,9	46,7	4,5	5,7	3,0	2,9
São Vicente	86,6	87,2	84,0	79,9	6,8	7,4	4,4	4,0
Ribeira Brava	79,4	82,9	68,0	52,4	5,2	5,8	3,2	3,2
Tarrafal de São Nicolau	77,1	84,4	67,2	69,2	4,8	6,3	2,9	2,6
Sal	90,6	91,5	83,9	100,0	7,2	7,4	4,9	5,9
Boavista	93,7	94,0	88,9	43,2	7,3	7,4	5,0	0,9
Maio	82,9	85,3	74,3	64,7	5,6	6,0	3,9	3,9
Tarrafal	71,5	71,8	70,3	64,6	5,0	5,4	3,9	4,3
Santa Catarina	65,1	68,6	57,1	45,9	4,5	5,2	3,0	2,2
Santa Cruz	62,1	71,2	52,2	56,8	4,2	5,2	3,2	3,0
Praia	84,9	86,9	76,9	70,4	7,8	8,7	4,6	4,3
São Domingos	60,8	69,3	49,9	10,2	4,6	5,8	2,9	1,4
São Miguel	71,1	66,5	81,3	82,3	5,4	5,8	4,5	4,6
São Salvador do Mundo	52,3	51,9	52,8	55,2	3,2	3,4	3,0	2,6
São Lourenço dos Órgãos	83,0	80,1	86,7	73,3	5,0	5,6	4,1	3,4
Ribeira Grande de Santiago	55,7	62,1	42,0	16,1	3,2	3,7	2,0	0,8
Mosteiros	67,2	72,5	57,3	42,3	4,7	5,4	3,3	3,5
São Filipe	76,5	81,9	68,8	72,3	5,2	6,3	3,7	3,9
Santa Catarina do Fogo	68,5	74,7	54,2	54,2	4,0	4,5	2,8	3,5
Brava	80,8	84,4	74,2	64,9	5,5	6,2	4,2	3,3
Sexo do Representante								
Homem	86,9	89,5	77,7	74,0	7,1	7,9	4,4	4,3
Mulher	70,2	74,2	60,5	51,9	5,3	6,2	3,3	2,7

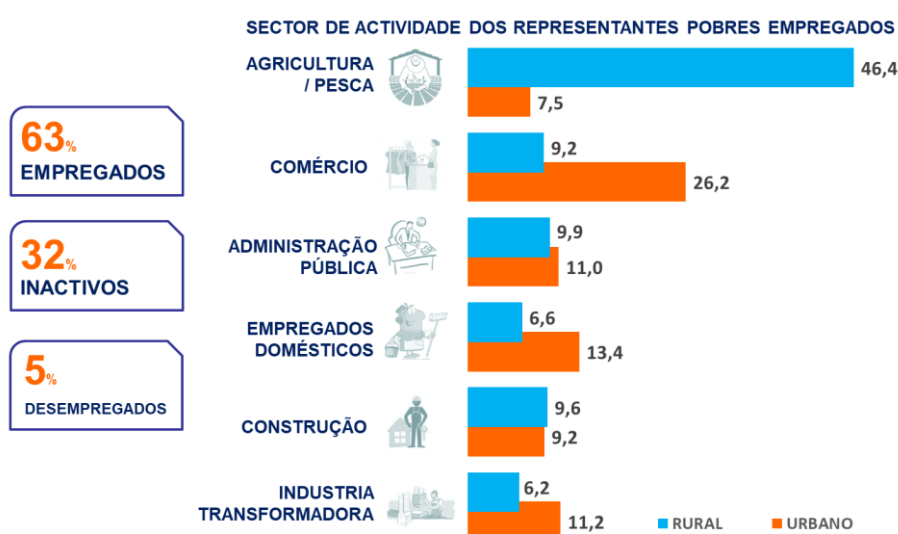
1.5.3 Características económicas dos agregados pobres

Globalmente, conclui-se que a maioria dos agregados pobres são representados por pessoas ativas e ocupadas (62,9%), principalmente exercendo uma atividade económica no setor primário, particularmente na agricultura (16,2%), e possuem, em média, 1,6 pessoas empregadas. Contudo, o rendimento não é suficiente para satisfazer todas as suas necessidades básicas e ultrapassar a barreira da pobreza. Cerca de 32,1% dos representantes são inativos e menos de 5% é desempregado. O desemprego afeta mais os representantes do meio urbano (6,7%), enquanto no meio rural a percentagem de desempregados é de 2,6%.

A nível nacional, os cinco principais ramos de atividade onde laboram os representantes dos agregados pobres são: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; O - Administração pública e defesa, segurança social obrigatória; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; F – Construção e C - Indústrias Transformadoras. Por meio de residência, constata-se que 46,4% dos representantes das famílias pobres do meio rural trabalham essencialmente no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, enquanto no meio urbano, a maioria dos empregados trabalham no ramo do comércio (26,2%).

É de realçar a percentagem de representantes inativos, 31,6%, com maior expressão no meio rural (36,6% contra 26,9%, no meio urbano).

Gráfico 56 – Distribuição dos representantes dos agregados familiares pobres, segundo a situação na atividade, o setor de atividade, e o meio de residência. Cabo Verde, IDRF 2015



A nível de consumo médio anual *per capita*, são visíveis as diferenças entre o meio urbano e o rural, com o urbano a apresentar uma despesa média anual *per capita* superior, em cerca de 14.000 CVE, ao registado no meio rural: 68.414 CVE, no meio urbano, e 54.564 CVE, no meio rural. Essa diferença reflete-se, igualmente, na estrutura do orçamento, assim como num melhor acesso a bens e serviços em áreas urbanas. Os agregados familiares pobres e rurais gastam, em média, 35,3% do orçamento em alimentação e 25,8% em despesas com habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, enquanto os agregados urbanos despendem mais em habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (36,7%), seguido da alimentação com 32,4%. De realçar o peso das despesas em transporte, no meio rural, de 10,7% contra 4,4%, no meio urbano.

Gráfico 57 – Distribuição da despesa média anual, por pessoa (em escudos), segundo os 12 grupos COICOP, por meio de residência. Cabo Verde, IDRF 2015

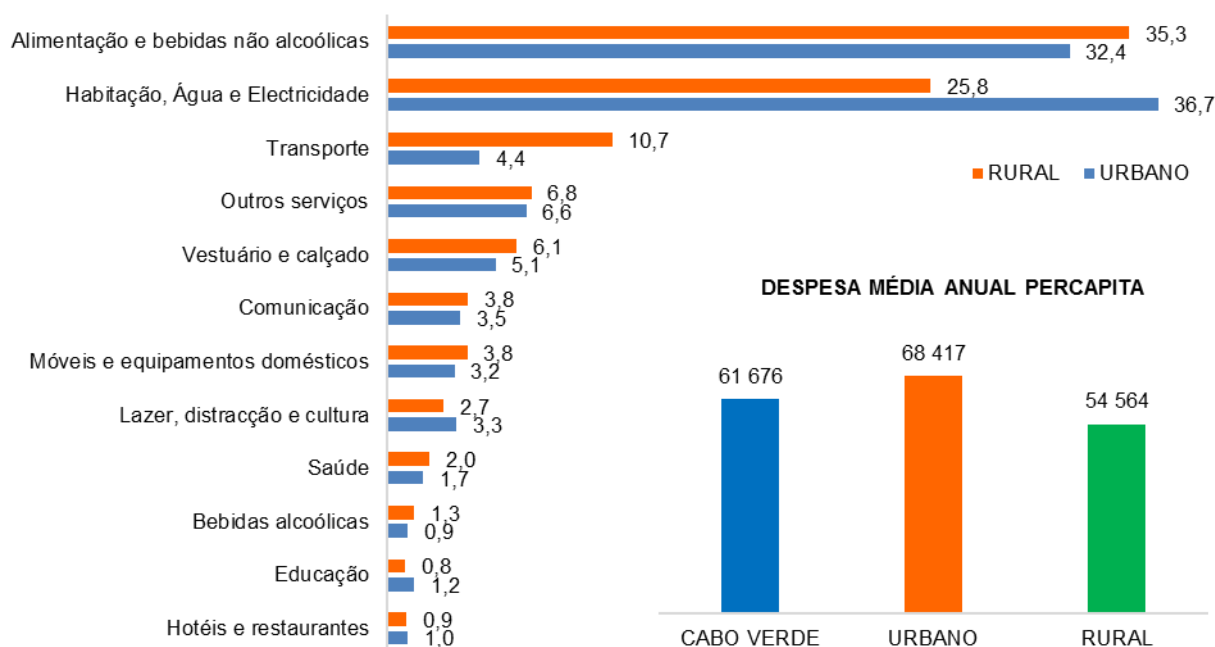


Tabela 27 – Distribuição dos representantes dos agregados familiares, segundo o estatuto na pobreza e o estatuto perante a atividade económica, por meio de residência, concelhos e sexo do representante. Cabo Verde, 2015

	Agregados Não Pobres			Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema		
	Emprega do (%)	Desempre gado (%)	Inactivo (%)	Emprega do (%)	Desempre gado (%)	Inactivo (%)	Emprega do (%)	Desempre gado (%)	Inactivo (%)
Cabo Verde	70,6	2,7	26,7	63,1	4,8	32,1	58,2	3,3	38,5
Meio de Residência									
Urbano	73,3	2,6	24,0	65,9	6,7	27,4	64,7	4,8	30,5
Rural	63,1	2,9	34,0	60,2	2,6	37,1	55,3	2,6	42,1
Concelhos									
Ribeira Grande	58,6	0,9	40,5	56,5	2,9	40,6	68,2	0,0	31,8
Paúl	65,2	0,0	34,8	54,4	8,8	36,8	52,9	16,1	31,1
Porto Novo	70,6	3,3	26,1	47,6	1,7	50,8	41,1	0,0	58,9
São Vicente	69,7	3,2	27,0	63,6	9,9	26,5	54,5	8,0	37,5
Ribeira Brava	56,9	0,5	42,6	49,8	5,8	44,4	36,6	16,9	46,4
Tarrafal de São Nicolau	57,5	5,1	37,4	44,8	3,5	51,6	43,5	8,0	48,5
Sal	82,0	2,3	15,7	80,4	1,8	17,7	66,3	0,0	33,7
Boavista	80,2	4,3	15,6	52,2	20,0	27,9	43,2	0,0	56,8
Maio	65,2	1,9	32,8	52,9	3,9	43,1	52,1	6,8	41,1
Tarrafal	63,7	5,3	30,9	62,4	9,3	28,4	55,0	0,0	45,0
Santa Catarina	70,4	2,1	27,5	69,9	0,7	29,4	67,3	0,0	32,7
Santa Cruz	64,3	5,4	30,2	66,3	2,9	30,8	68,5	1,6	29,8
Praia	75,1	2,4	22,6	69,8	6,9	23,2	76,8	3,0	20,2
São Domingos	69,3	2,2	28,5	55,3	2,7	42,0	30,3	0,0	69,7
São Miguel	50,4	1,5	48,1	69,0	0,0	31,0	61,6	0,0	38,4
São Salvador do Mundo	56,0	1,2	42,7	59,8	1,2	39,1	54,5	0,0	45,5
São Lourenço dos Órgãos	64,2	3,9	31,9	52,3	4,0	43,8	52,3	0,0	47,7
Ribeira Grande de Santiago	57,2	2,4	40,4	43,5	0,0	56,5	41,1	0,0	58,9
Mosteiros	65,3	1,1	33,5	60,1	2,1	37,8	68,4	0,0	31,6
São Filipe	67,7	4,4	27,9	65,6	4,5	30,0	59,5	5,2	35,4
Santa Catarina do Fogo	65,3	1,5	33,3	61,5	0,0	38,5	68,7	0,0	31,3
Brava	73,4	1,1	25,5	49,0	4,8	46,2	35,9	9,5	54,6
Sexo do Representante									
Homem	77,0	2,6	20,3	72,7	5,1	22,2	66,1	4,8	29,1
Mulher	64,4	2,8	32,8	56,9	4,5	38,6	53,4	2,4	44,2

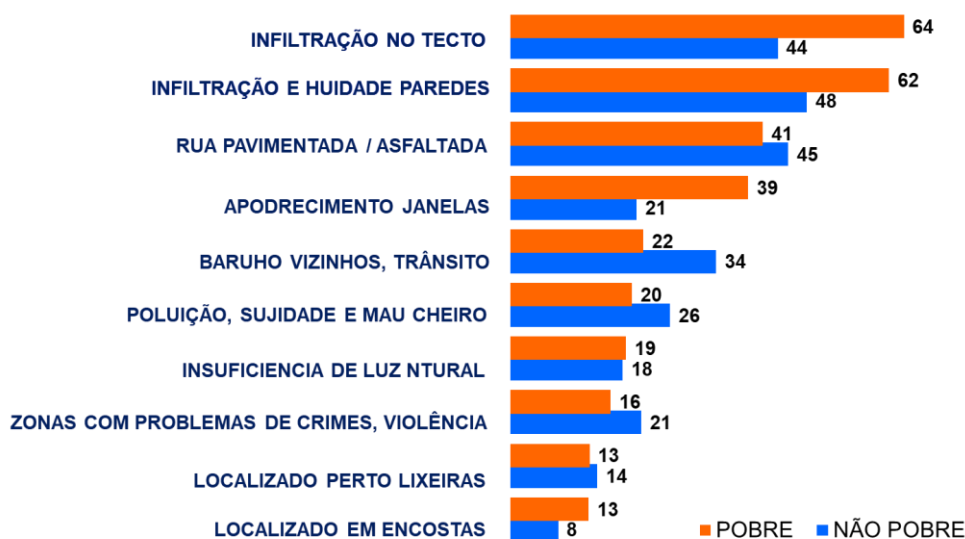
1.6 Condições de vida dos agregados pobres

1.6.1 Condições de habitabilidade

A grande maioria dos agregados pobres (72,3%) reside em alojamentos próprios, mas que apresentam alguns problemas de habitabilidade tais como de infiltração de água no teto (64,1%) e nas paredes (61,7%), apodrecimento nas janelas (38,7%), alojamentos localizados em ruas não pavimentadas (58,8%).

Embora não sejam pobres monetariamente, pode concluir-se que uma percentagem significativa dos agregados não pobres vive ainda, igualmente, em habitações que apresentam alguns constrangimentos de habitabilidade, tais como infiltração no teto e nas paredes. Estes estão mais expostos ao barulho de vizinhos ou da rua (33,5%), à poluição, sujidade e mau cheiro (26%), e a problemas de crime, vandalismo e violência (21,3%, contra 16,3% entre os pobres).

Gráfico 58 – Percentagem da população (%), segundo os problemas de habitabilidade declarados. Cabo Verde, IDRF 2015



1.6.2 Acesso aos serviços básicos

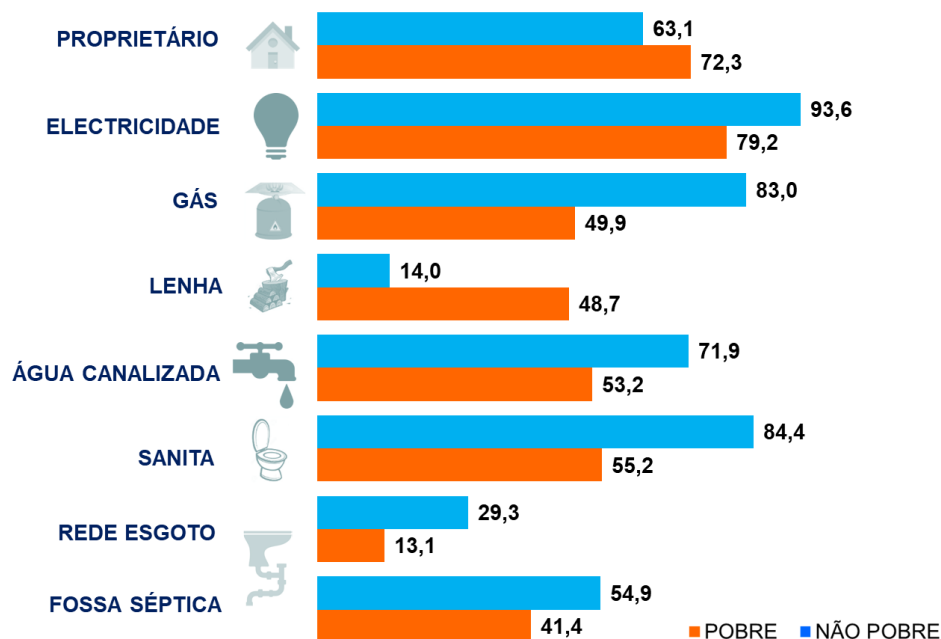
Para além das condições monetárias precárias, a população pobre ainda é afetada por algum *deficit* de acesso a serviços básicos, nomeadamente eletricidade, água canalizada e saneamento. Cerca de 20% dos pobres e 30% dos em pobreza extrema, carecem de acesso à eletricidade, em particular os residentes no meio rural, enquanto entre os não pobres o acesso é de 93,6%. Pouco mais de metade tem acesso à água canalizada (53,2%), em que somente 50,8% declara ser a rede pública a principal fonte de abastecimento de água. Entre os não pobres, o acesso à água canalizada é de 71,9%.

Pouco mais de metade dos alojamentos pobres (55,2%), e cerca de 40,4% dos pobres extremos, têm acesso ao saneamento, ou seja, possuem sanitas ligadas, na sua grande maioria, a fossas sépticas (41,4%). Somente 13,1% dos agregados pobres têm acesso à rede pública de esgotos. Entre os não pobres, o acesso a uma sanita é de 84% e cerca de 54,9% tem acesso à rede pública de esgotos.

A nível nacional, cerca de 79% dos agregados pobres e 70,4% dos muito pobres já utilizam o gás para a preparação dos alimentos, sobretudo no meio urbano (83% dos pobres). Em alternativa, recorre-se à lenha nos agregados muito pobres (69% a nível nacional), e entre os pobres do meio rural (80,7% dos pobres e 85,7% dos muito pobres).

Os resultados estatísticos demonstram ainda que uma percentagem significativa dos agregados pode não viver na pobreza monetária, o que já não acontece em relação aos indicadores não monetários, tendo em conta que ainda não satisfazem algumas necessidades básicas, como as de acesso à eletricidade, água canalizada e saneamento. Observa-se ainda que cerca de 28% não tem acesso à água canalizada, 15,6% não tem uma sanita e, consequentemente, não tem acesso ao saneamento.

Gráfico 59 – Percentagem da população (%), segundo o acesso a serviços básicos. Cabo Verde, IDRF 2015



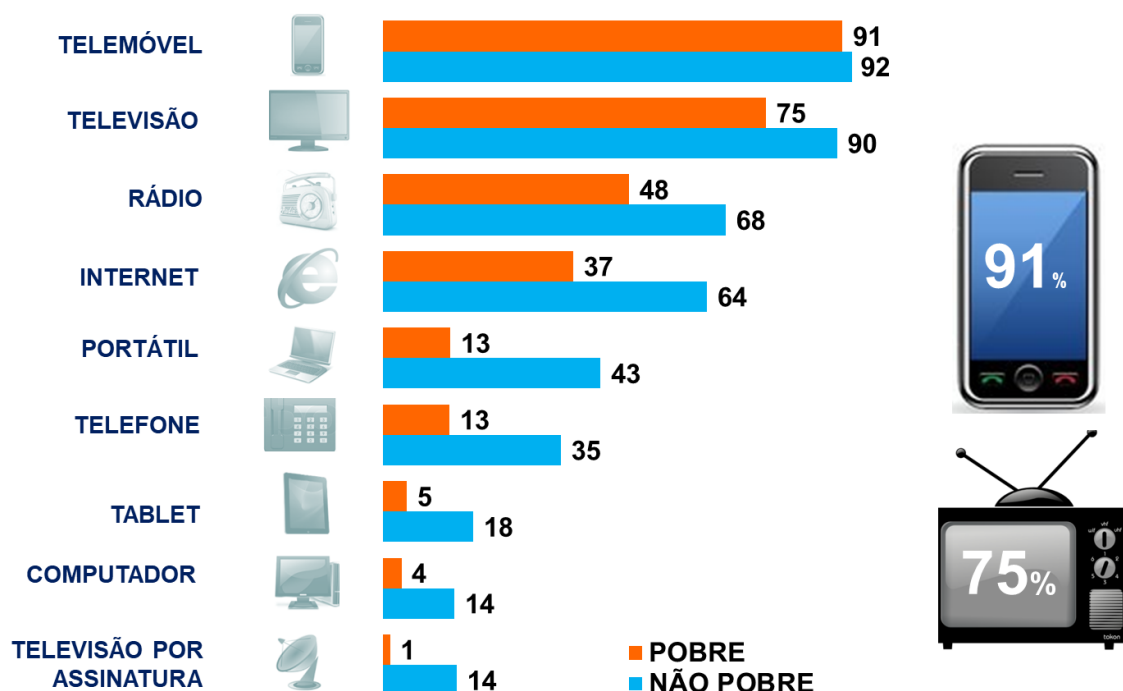
1.6.3 Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Os resultados permitem ainda avaliar o nível de acesso dos agregados pobres às tecnologias de informação e comunicação. Neste domínio, o **telemóvel e a televisão são os principais equipamentos de informação e comunicação existentes nos agregados pobres**. Cerca de dois terços dos agregados pobres possuem, pelo menos, um televisor (75,5%) e, praticamente, não têm acesso à multicanais por assinatura (1,4%). O telefone fixo tem vindo a cair em desuso, com predominância nos agregados pobres, onde somente pouco mais de 10% possui um telefone fixo ativo. Em contrapartida, o uso de telemóveis por parte de algum membro do agregado é generalizado, mesmo entre os pobres e pobres extremos, em que mais de 87% possui, pelo menos, um telemóvel no agregado.

Cerca de 13% dos agregados pobres, a nível nacional, declarou possuir um portátil, 3,6% um computador de mesa e 4,7% um Tablet /iPad. Contudo, observa-se que o acesso a estes equipamentos é mais expressivo nos pobres urbanos.

A percentagem de acesso a dispositivos como computador, portátil e Tablet, em comparação com a de acesso a telemóvel, permite aferir que o acesso à internet pelos agregados pobres (37,5%) deve ser por via de telemóvel.

Gráfico 60 – Percentagem dos agregados (%), segundo o acesso às tecnologias de comunicação e informação (TIC). Cabo Verde, IDRF 2015

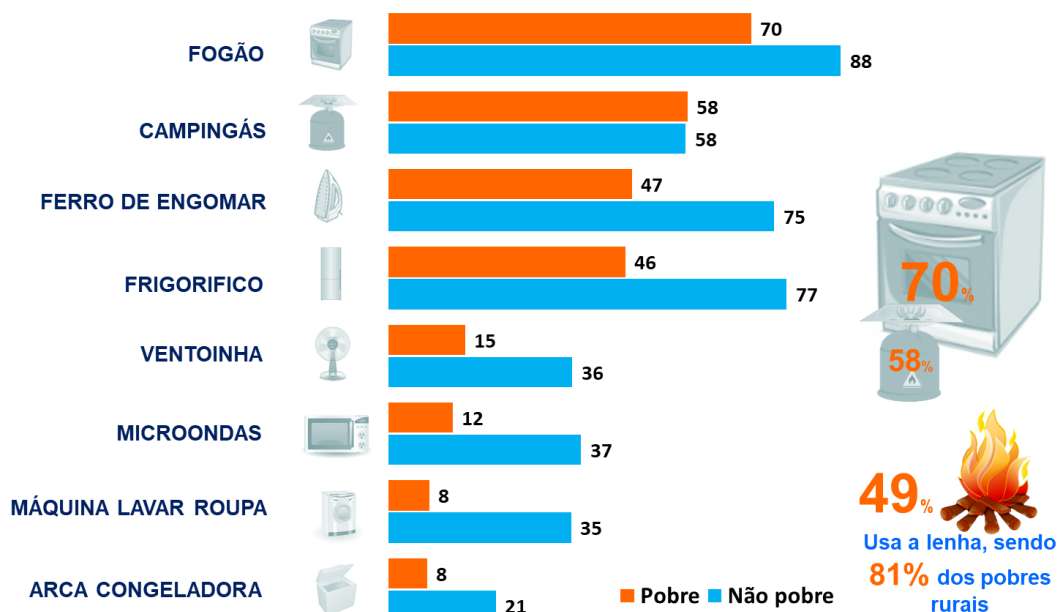


Entre os bens de entretenimento, o Leitor de DVD é o que apresenta maior expressão entre os pobres, em que cerca de 34% dos agregados pobres possui um.

Os outros bens, como máquinas fotográficas, consolas de jogos, câmara de vídeo, não são bens comuns dos agregados cabo-verdianos, mormente entre os pobres.

Relativamente à posse de bens de conforto e de utilidade doméstica, pode concluir-se que o fogão a gás, o campingás, o frigorífico e o ferro de engomar são os bens de equipamento com maior expressão por parte dos agregados pobres: 70% possui fogão a gás, 45,9% frigorífico, 58% campingás e 47% um ferro de engomar.

Gráfico 61 – Percentagem dos agregados (%), segundo o acesso a bens de equipamento doméstico.
Cabo Verde, IDRF 2015

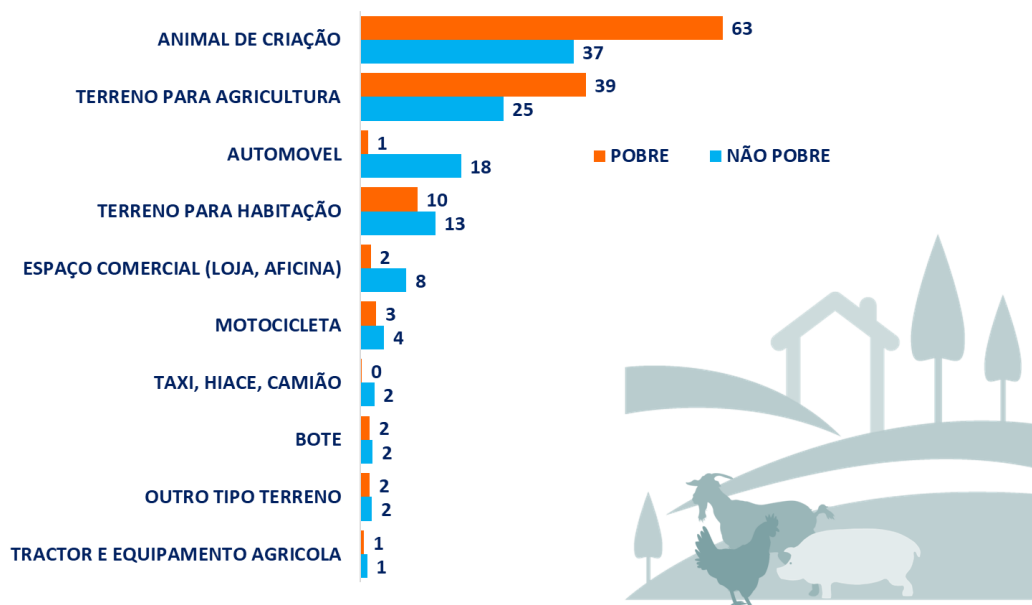


1.6.4 Acesso a bens de equipamento

A posse de terrenos para agricultura e animais de criação reforça a ideia de que o pobre vive essencialmente da subsistência agrícola. Relativamente à posse de bens de investimento, terras para a prática de agricultura e animais domésticos de criação, os resultados permitem concluir que 39% dos agregados pobres possui terreno para agricultura, sendo esta percentagem maior entre os que vivem em extrema pobreza (51,6%), em particular entre os que residem no meio rural (64%). Cerca de 62,9% dos agregados pobres e 70,3% dos em extrema pobreza declararam ter pelo menos um animal de criação, sendo maioritariamente galinhas, cabras e/ou porcos.

Menos que 3% dos agregados pobres possui um meio de transporte próprio. Somente 1,3% possui pelo menos um automóvel e 2,7% possui motocicleta. Mesmo entre os não pobres, pode observar-se que somente 17,5% possui automóvel e 4,1% uma motocicleta.

Gráfico 62 – Percentagem dos agregados (%), segundo os bens de investimento e meio transporte.
Cabo Verde, IDRF 2015



1.6.5 Avaliação dos serviços básicos

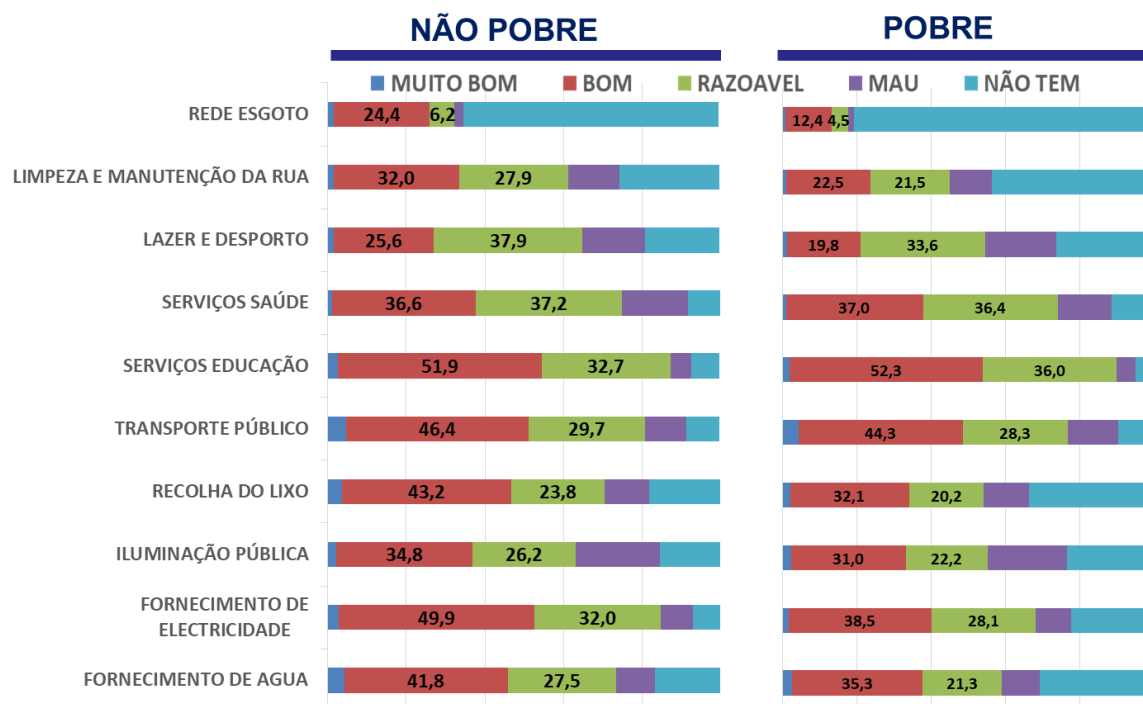
Foi solicitado aos agregados familiares a avaliação da prestação dos serviços básicos, em particular no que se refere aos serviços de fornecimento de água, eletricidade, iluminação pública, recolha de lixo, rede pública de esgotos, transporte público (autocarros, hiaces), limpeza e manutenção da rua e aos serviços de educação, de saúde, lazer e desporto.

Os resultados estatísticos permitem aferir que, de maneira global, a grande maioria dos agregados está satisfeita com os serviços prestados, quando estes existem.

A grande maioria não tem acesso à rede pública de esgotos, sendo 69% não pobres e 80% pobres. Os serviços com maior avaliação negativa são os de iluminação pública, com mais de 20% a classifica-los como de mau e quase 20% (17% dos não pobres e 23% dos pobres) a declarar estes serviços como sendo inexistentes no seu bairro. Quanto aos serviços de saúde, cerca de 16% dos não pobres e 15% dos pobres classificam de mau estes serviços e cerca de 10% dos pobres declara que não tem acesso a eles.

Relativamente aos serviços de educação, mais de metade dos agregados, independentemente do estatuto na pobreza, considera-os bons.

Gráfico 63 – Distribuição dos agregados (%), segundo a sua avaliação dos serviços básicos existentes no seu bairro. Cabo Verde, IDRF 2015



POBREZA E EDUCAÇÃO

V

O capital humano, em particular as crianças em idade escolar e os jovens adultos, o presente de hoje e o futuro do amanhã, constitui um recurso do país, e um dos fatores mais importantes para a redução da pobreza, em particular no processo de transição demográfica em que o país se encontra. O acesso à educação, particularmente o acesso ao ensino básico, é universal, obrigatório e gratuito em Cabo Verde. Esse investimento na educação é uma das formas de garantir o desenvolvimento e a plena participação na sociedade. O acesso à escola garante, para além da preparação da criança e do jovem adulto para a vida e para uma eventual entrada no mundo do trabalho, a educação para uma cidadania em pleno.

Com o objetivo de medir as oportunidades de acesso à educação da população infantil, dos 6 aos 14 anos e da população juvenil, dos 15 aos 24, apresentam-se neste capítulo os indicadores de acesso e frequência escolar, do abandono escolar, acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho.

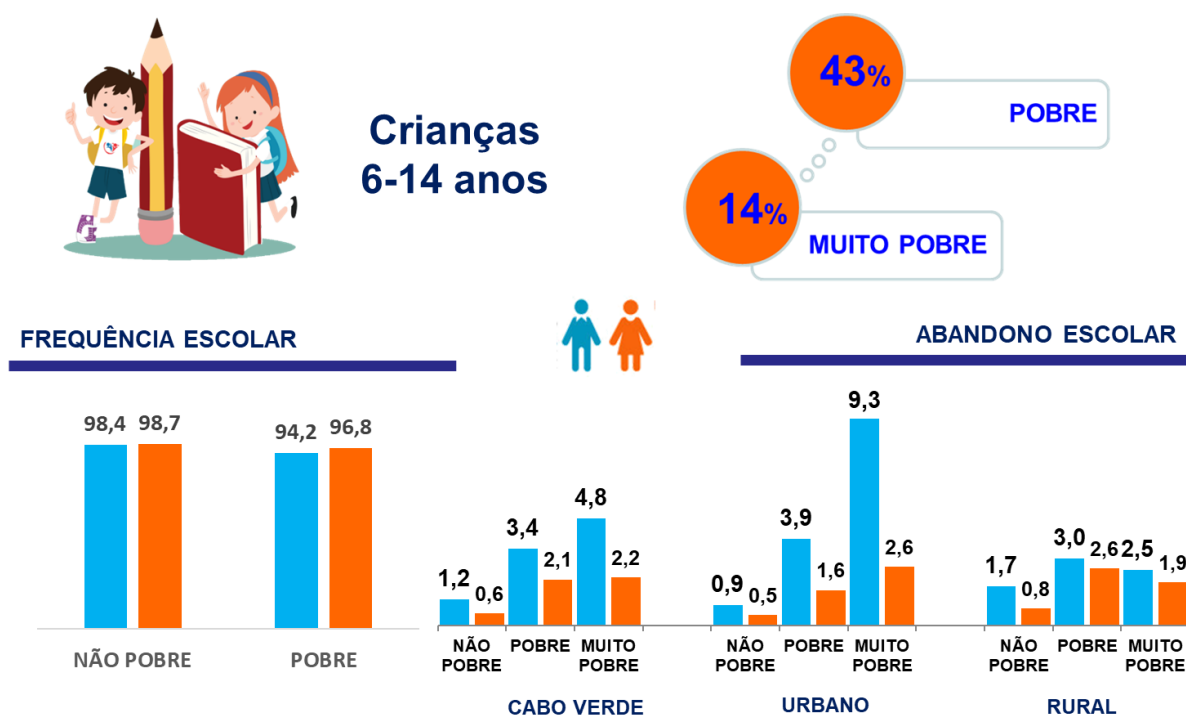
1.1 Educação - Crianças dos 6 aos 14 anos

Os resultados do IDRF 2015 estimam que cerca de 18% da população tem idade de 6-14 anos. Nesta faixa etária, a incidência da pobreza global é de 43,4%, e estima-se que 14,4% das crianças (6-14) anos vivem em extrema pobreza.

Independentemente da situação perante a pobreza, constata-se que mais de 95% das crianças dos 6 aos 14 anos estava a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do inquérito, facto que demonstra que, pelo menos nos primeiros anos de escolaridade, mesmo os pobres conseguem garantir o acesso à escolaridade das crianças que, a nível nacional, é obrigatória e gratuita.

A nível nacional, o abandono escolar nesta faixa etária pode ser considerado não expressivo, mas da análise por sexo, meio de residência e estatuto perante a pobreza, pode constatar-se que o abandono tem maior incidência entre os rapazes, principalmente entre os muito pobres do meio urbano. Cerca de 4% dos rapazes pobres e 9% dos muito pobres do meio urbano declarou ter já frequentado um estabelecimento de ensino, mas que no momento estava fora do sistema educativo.

Gráfico 64 – Percentagem das crianças de 6-14 anos que são pobres e muito pobres, frequência e abandono escolar, segundo o sexo e meio residência. Cabo Verde, IDRF 2015



1.2 Educação - Jovens dos 15 aos 24 anos

Os jovens de 15 a 24 anos de idade representam cerca de 20% da população cabo-verdiana. Cerca de 38,3% vive em agregados pobres e 11,3% em agregados muito pobres.

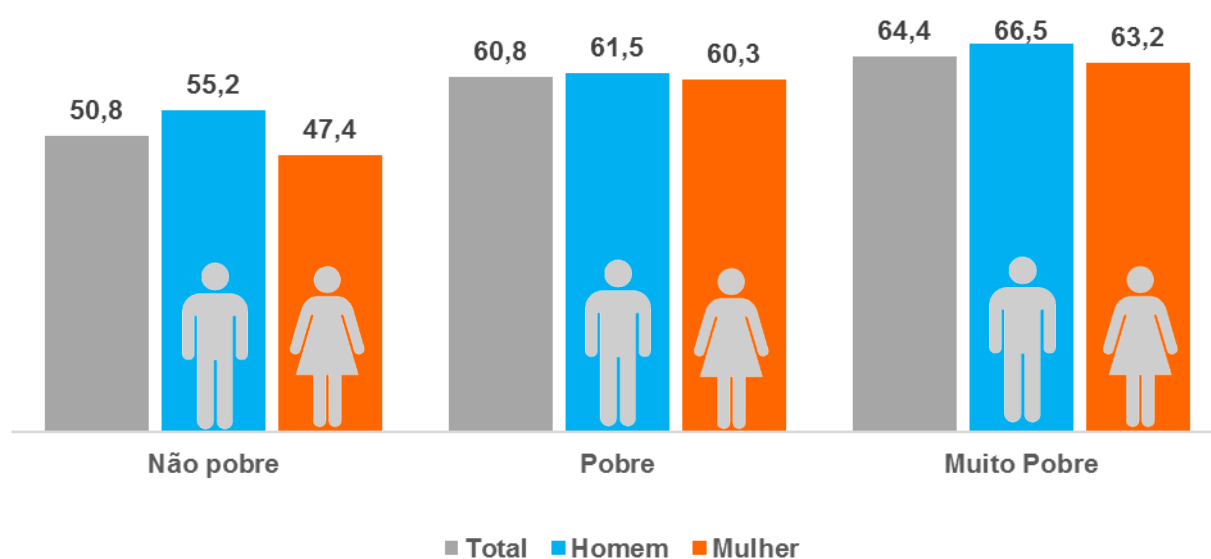
Gráfico 65 – Percentagem das crianças de 15-24 anos que são pobres e muito pobres. Cabo Verde, IDRF 2015



A frequência escolar sofre uma redução drástica nesta faixa etária (15 a 24 anos), independentemente do estatuto perante a pobreza. Entre os não pobres, 48,5% encontrava-se a frequentar um estabelecimento de ensino, enquanto entre os pobres a taxa de frequência era de 37,3%, sendo de 32,9% nos jovens que vivem em extrema pobreza. Observa-se uma maior proporção de meninas a frequentar um estabelecimento de ensino. Entre os não pobres, 52,1% das meninas estavam a frequentar, contra 43,9% entre os rapazes. Entre os pobres regista-se uma percentagem de frequência de 38,4% entre as meninas e de 35,4% entre os rapazes.

Com exceção de cerca de 1,3% dos pobres que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, todo o resto (60,8%) são jovens que já abandonaram o sistema educativo, por algum motivo. O abandono escolar tem maior expressão entre os rapazes. Cerca de 55,2% dos rapazes não pobres (contra 47,4% entre as meninas) e 61,5% dos pobres (contra 60,3% entre as meninas), nesta faixa etária, estavam fora do sistema de ensino.

Gráfico 66 – Percentagem das crianças de 15-24 anos que alguma vez frequentaram um estabelecimento escolar, mas no momento estão fora do sistema educativo, segundo o estatuto na pobreza e sexo. Cabo Verde, IDRF 2015



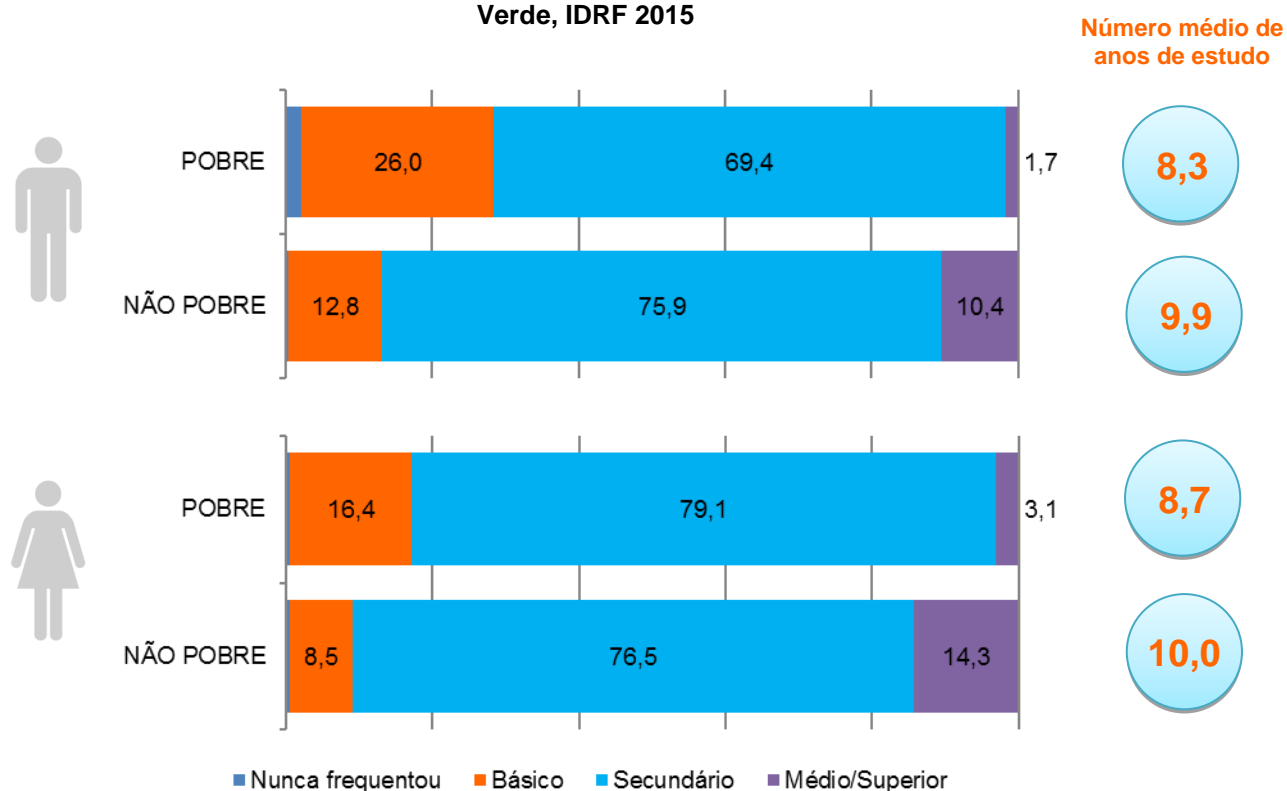
A grande maioria destes jovens pobres frequenta ou frequentou o nível secundário (74,4%), e 2,4% o nível médio/superior. As jovens raparigas apresentam um nível de instrução mais elevado, com 76,5% das não pobres e 79,1% das pobres com nível secundário, contra 75,9% dos rapazes não pobres e 69,4% dos pobres.

Igualmente, observa-se uma maior incidência de frequência no nível superior entre as raparigas: 14,3% das raparigas não pobres contra 10,4% entre os rapazes não pobres, e 3,1% entre as pobres contra 1,7% entre os rapazes pobres.

Em média, os jovens pobres possuem 8 anos de escolaridade, contra 10 anos entre os jovens não pobres, com as raparigas a apresentar um número médio de anos de estudo superior ao dos rapazes: 10 anos entre as não pobres e 8,7 anos entre as pobres, contra 9,9 anos entre os rapazes não pobres e 8,3 entre os pobres.

O número máximo de escolaridade nos agregados pobres (8,9 anos) ou mesmo nos agregados em extrema pobreza (8,5 anos), demonstra o sacrifício que os pobres têm vindo a fazer na educação das crianças e adolescentes.

Gráfico 67 – Distribuição dos jovens 15-24 anos, segundo o nível de instrução a frequentar ou frequentado e o número médio de anos de estudo, segundo o sexo e estatuto na pobreza. Cabo Verde, IDRF 2015



Questionados sobre a frequência em formações profissionais, os resultados estatísticos do IDRF estimam que a grande maioria não teve acesso ou nunca frequentou uma formação profissional. Cerca de 2% estava a frequentar, no momento do inquérito, uma formação profissional e 6,2% já frequentou no passado, tendo a grande maioria concluído a formação.

Com o abandono escolar, os jovens começam a dar os primeiros passos para a inserção no mercado trabalho. Os resultados do IDRF estimam que 29,7% dos jovens pobres declarou estar a trabalhar e 9,7% desempregado, ou seja, disponível para inserir no mercado de trabalho. Entre os

não pobres, a proporção de jovens a trabalhar era de 33,9% e cerca de 7,5% declarou estar desempregado, à procura de trabalho. Verifica-se que entre as raparigas a inatividade tem maior expressão.

Gráfico 68 – Distribuição percentual (%) dos jovens 15-24 anos, segundo a situação perante a atividade económica, por estatuto na pobreza. Cabo Verde, IDRF 2015

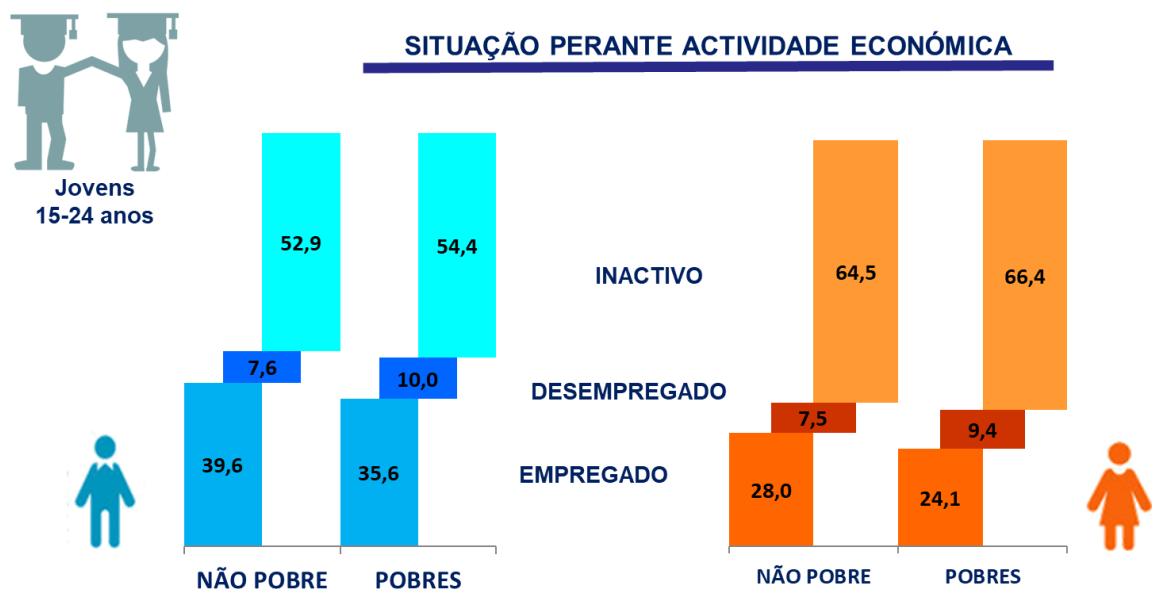


Tabela 28 – Taxa de alfabetização juvenil 15-24 anos, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015

	NÃO POBRES			Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Cabo Verde	98,7	98,2	99,2	97,0	96,8	97,0	93,9	92,7	94,6
Meio de Residência									
Urbano	98,8	98,1	99,4	97,5	98,6	96,8	93,0	95,9	91,7
Rural	98,5	98,3	98,7	96,5	95,1	97,3	94,3	91,6	95,9
Concelhos									
Ribeira Grande	96,5	95,8	97,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Paúl	93,8	95,7	89,0	91,8	93,9	88,0	87,0	90,1	81,6
Porto Novo	100,0	100,0	100,0	94,2	97,9	91,7	95,6	93,8	96,6
São Vicente	99,8	100,0	99,6	96,8	95,8	97,4	89,8	87,5	91,6
Ribeira Brava	98,0	100,0	96,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tarrafal de São Nicolau	100,0	100,0	100,0	95,6	100,0	92,1	88,4	100,0	84,3
Sal	98,7	96,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Boavista	98,9	97,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	---	100,0
Maio	98,5	100,0	97,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tarrafal	99,2	100,0	99,0	97,9	100,0	97,5	100,0	---	100,0
Santa Catarina	98,9	97,6	99,5	96,4	92,4	98,3	96,2	93,4	97,4
Santa Cruz	98,1	100,0	97,6	97,5	100,0	97,4	95,4	100,0	95,1
Praia	98,5	97,3	99,5	97,4	99,1	96,1	90,8	100,0	85,9
São Domingos	97,9	100,0	95,3	91,5	78,6	100,0	77,5	71,1	100,0
São Miguel	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Salvador do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Lourenço dos Órgãos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	96,4	92,1	98,1	96,9	85,6	100,0	90,8	60,0	100,0
Mosteiros	100,0	100,0	100,0	89,0	100,0	79,8	78,1	100,0	71,1
São Filipe	96,7	97,0	96,2	98,3	100,0	96,5	96,9	100,0	93,6
Santa Catarina do Fogo	98,6	97,6	100,0	89,3	88,8	90,0	100,0	100,0	100,0
Brava	97,1	100,0	94,1	95,4	93,3	96,8	95,5	91,8	97,2

Tabela 29 – Percentagem de jovens 15-24 anos que estão a frequentar um estabelecimento de ensino, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos.

Cabo Verde, 2015

	Total de agregados familiares			Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Cabo Verde	48,5	43,9	52,1	37,3	35,4	38,4	32,9	28,0	35,4
Meio de Residência									
Urbano	49,5	45,2	52,8	40,2	40,5	40,0	36,6	31,2	38,9
Rural	46,3	40,7	50,3	34,4	30,5	36,8	31,3	26,9	33,8
Concelhos									
Ribeira Grande	39,0	37,7	41,3	28,5	38,5	13,0	20,2	14,3	26,7
Paúl	40,0	55,7	0,0	34,7	32,2	39,2	38,0	35,7	41,8
Porto Novo	40,8	36,9	47,5	41,6	39,7	42,8	41,2	28,5	47,5
São Vicente	54,8	50,7	57,9	38,1	29,7	43,7	17,4	18,6	16,5
Ribeira Brava	45,4	47,4	43,7	25,8	23,6	27,0	10,7	0,0	17,7
Tarrafal de São Nicolau	29,5	41,3	14,2	20,3	17,4	22,6	24,2	15,3	27,4
Sal	38,1	36,3	39,4	20,9	12,7	28,2	37,9	0,0	64,7
Boavista	26,4	22,2	29,9	35,4	24,7	64,1	0,0	----	0,0
Maio	53,8	46,9	59,6	53,6	57,1	49,6	56,7	50,8	65,8
Tarrafal	50,9	46,3	52,3	40,3	26,9	42,6	50,4	----	50,4
Santa Catarina	52,4	42,8	56,5	33,0	35,2	32,0	31,4	41,0	27,4
Santa Cruz	51,2	50,8	51,3	31,3	10,7	32,5	39,6	31,3	40,0
Praia	48,5	43,7	52,8	45,0	46,1	44,2	40,4	35,6	43,0
São Domingos	54,5	55,5	53,2	40,8	20,7	54,1	5,6	7,2	0,0
São Miguel	59,3	62,2	57,4	25,8	28,1	24,6	22,6	24,5	20,7
São Salvador do Mundo	49,8	35,8	59,7	60,0	64,7	58,1	54,8	84,5	44,3
São Lourenço dos Órgãos	58,7	62,8	54,6	46,1	47,4	44,8	38,3	49,6	34,0
Ribeira Grande de Santiago	51,8	51,0	52,1	36,1	21,7	40,0	36,3	20,0	41,2
Mosteiros	44,5	42,9	46,4	28,1	39,7	18,3	12,1	50,0	0,0
São Filipe	43,8	32,7	66,5	34,0	27,5	40,7	34,9	28,6	41,4
Santa Catarina do Fogo	27,6	27,0	28,5	40,0	44,1	32,7	25,2	0,0	31,3
Brava	37,2	31,2	43,5	30,6	22,0	36,3	18,8	14,0	21,0

Tabela 30 – Percentagem de jovens 15-24 anos que alguma vez frequentou, mas atualmente está fora do sistema educativo, segundo estatuto na pobreza e sexo dos indivíduos, por meio de residência e concelhos. Cabo Verde, 2015

	Total de agregados familiares			Pobreza Absoluta Global			Pobreza Absoluta Extrema		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Cabo Verde	54,6	57,4	52,7	50,8	55,2	47,4	60,8	61,5	60,3
Meio de Residência									
Urbano	52,3	54,7	50,6	49,9	53,9	46,7	57,8	57,0	58,3
Rural	58,3	61,9	55,9	52,8	58,4	48,8	63,7	65,8	62,4
Concelhos									
Ribeira Grande	62,3	57,7	69,9	58,4	58,1	58,7	68,7	57,0	87,0
Paúl	62,0	58,1	70,1	60,0	44,3	100,0	63,3	67,8	55,4
Porto Novo	57,8	60,9	54,6	59,2	63,1	52,5	56,7	58,2	55,6
São Vicente	50,0	55,0	46,5	45,2	49,3	42,1	61,4	69,1	56,3
Ribeira Brava	60,3	59,1	61,1	52,6	52,6	52,7	72,7	72,2	73,0
Tarrafal de São Nicolau	75,3	72,4	78,0	67,7	58,7	79,3	79,7	82,6	77,4
Sal	64,9	68,4	62,1	61,4	62,6	60,6	77,2	87,3	68,2
Boavista	72,6	76,5	69,1	73,1	76,6	70,1	64,6	75,3	35,9
Maio	44,0	43,6	44,4	43,5	47,2	40,4	44,7	39,5	50,4
Tarrafal	51,4	58,4	49,6	48,1	53,7	46,4	57,6	73,1	55,0
Santa Catarina	54,2	57,3	52,8	47,6	57,2	43,5	64,6	57,4	68,0
Santa Cruz	60,7	61,8	60,5	47,7	49,2	47,4	68,7	89,3	67,5
Praia	50,8	53,7	48,3	50,6	54,9	46,6	51,3	50,5	51,9
São Domingos	50,2	55,5	45,4	45,5	44,5	46,8	54,2	68,6	44,6
São Miguel	56,4	52,9	58,3	40,7	37,8	42,6	74,2	71,9	75,4
São Salvador do Mundo	44,5	50,6	41,2	50,2	64,2	40,3	40,0	35,3	41,9
São Lourenço dos Órgãos	45,0	44,9	45,2	35,7	37,2	34,1	53,9	52,6	55,2
Ribeira Grande de Santiago	52,1	48,8	53,2	45,9	41,1	47,9	60,9	64,0	60,0
Mosteiros	63,4	58,6	68,1	55,5	57,1	53,6	70,3	60,3	78,8
São Filipe	61,2	69,4	50,4	55,0	67,3	29,7	65,3	71,2	59,3
Santa Catarina do Fogo	66,8	64,4	70,4	72,4	73,0	71,5	52,8	44,7	67,3
Brava	64,7	72,9	57,9	61,1	68,8	53,0	68,3	78,0	61,9

Tabela 31 – Distribuição da população jovem de 15-24 anos não pobres e pobres, segundo o nível de instrução máximo frequentado, por meio de residência, concelhos e sexo. Cabo Verde, 2015

	NÃO POBRES				POBRES			
	Nunca frequentou	Básico	Secundário	Médio / Superior	Nunca frequentou	Básico	Secundário	Médio / Superior
Cabo Verde	1,3	21,0	74,4	2,4	0,7	14,7	75,5	8,5
Meio de Residência								
Urbano	1,2	15,9	78,5	3,4	0,5	10,8	76,2	11,8
Rural	1,5	26,1	70,4	1,5	1,1	21,0	74,3	3,1
Concelhos								
Ribeira Grande	1,4	17,5	79,7	0,0	1,6	11,9	82,7	2,7
Paúl	0,0	29,6	68,5	0,0	0,0	23,2	75,6	0,0
Porto Novo	1,8	22,4	75,8	0,0	1,0	25,0	72,7	1,3
São Vicente	0,5	26,1	70,1	3,3	0,1	13,8	71,3	14,7
Ribeira Brava	0,0	31,0	66,1	1,2	0,5	23,2	70,8	4,2
Tarrafal de São Nicolau	0,0	34,3	63,7	2,0	0,0	29,4	68,3	1,3
Sal	0,0	28,2	69,9	0,0	0,0	16,4	82,3	0,4
Boavista	0,0	37,5	62,5	0,0	0,0	19,1	77,1	3,3
Maio	0,0	20,2	76,1	1,9	0,0	17,0	78,3	2,4
Tarrafal	2,1	18,4	75,3	4,2	0,7	14,2	80,7	3,8
Santa Catarina	1,8	22,2	72,4	2,9	0,7	15,9	75,3	7,9
Santa Cruz	0,0	20,2	78,2	1,7	0,4	17,7	76,7	4,8
Praia	2,3	9,7	81,1	5,0	0,9	8,2	75,4	14,3
São Domingos	4,3	15,4	73,8	3,9	2,3	10,2	75,8	10,3
São Miguel	0,0	27,6	72,4	0,0	0,0	20,2	75,8	4,0
São Salvador do Mundo	0,0	13,5	84,8	1,7	0,0	10,5	84,0	5,5
São Lourenço dos Órgãos	0,0	18,2	79,4	2,4	2,7	11,9	77,2	8,2
Ribeira Grande de Santiago	3,1	30,4	66,6	0,0	2,6	19,8	73,7	3,8
Mosteiros	1,6	29,5	68,9	0,0	0,9	20,5	77,4	1,3
São Filipe	0,0	35,2	63,6	0,0	0,5	25,3	72,5	0,9
Santa Catarina do Fogo	7,2	30,8	62,0	0,0	2,0	29,7	67,3	0,0
Brava	1,1	37,2	61,7	0,0	1,4	28,9	67,9	1,0
Sexo								
Homem	2,1	26,0	69,4	1,7	1,0	17,7	73,5	7,2
Mulher	0,5	16,4	79,1	3,1	0,5	11,6	77,5	9,8

Tabela 32 – Distribuição dos jovens 15-24 anos, segundo estatuto na pobreza e situação perante a atividade económica, por meio de residência, concelhos e sexo dos indivíduos. Cabo Verde, 2015

	Total jovens 15-24 anos			NÃO POBRES			POBRES		
	Empregado	Desempregado	Inativo	Empregado	Desempregado	Inativo	Empregado	Desempregado	Inativo
Cabo Verde	33,9	7,5	58,5	29,7	9,7	60,6	32,3	8,4	59,3
Meio de Residência									
Urbano	33,3	8,9	57,8	26,6	13,6	59,8	31,2	10,4	58,4
Rural	35,3	4,4	60,3	32,7	5,8	61,5	34,0	5,1	60,9
Concelhos									
Ribeira Grande	35,7	10,0	54,4	31,4	9,0	59,6	34,1	9,6	56,3
Paúl	41,9	0,0	58,1	40,5	4,1	55,3	41,1	2,5	56,4
Porto Novo	32,0	3,4	64,5	29,1	4,1	66,9	30,3	3,8	65,9
São Vicente	28,1	10,5	61,4	28,8	16,2	55,0	28,3	12,2	59,5
Ribeira Brava	36,4	2,4	61,2	30,1	1,6	68,3	34,0	2,1	63,9
Tarrafal de São Nicolau	39,7	17,7	42,5	42,7	18,9	38,4	41,6	18,4	39,9
Sal	50,8	7,4	41,8	52,5	11,1	36,5	51,2	8,2	40,6
Boavista	59,1	10,2	30,7	27,7	9,8	62,5	57,3	10,2	32,5
Maio	18,4	3,9	77,7	21,2	3,3	75,5	19,6	3,6	76,7
Tarrafal	17,8	9,1	73,0	30,9	6,9	62,2	22,3	8,4	69,3
Santa Catarina	40,4	4,9	54,7	35,4	8,4	56,2	38,5	6,3	55,3
Santa Cruz	38,8	12,8	48,3	38,8	9,6	51,6	38,8	10,8	50,4
Praia	33,3	8,5	58,2	23,9	13,7	62,4	30,5	10,1	59,4
São Domingos	37,5	3,2	59,2	22,8	8,3	68,9	29,6	5,9	64,4
São Miguel	29,0	2,4	68,6	32,9	7,8	59,3	30,8	4,9	64,3
São Salvador do Mundo	41,2	3,0	55,8	45,0	3,0	52,0	43,3	3,0	53,7
São Lourenço dos Órgãos	21,0	0,0	79,0	15,1	5,0	79,9	18,0	2,6	79,5
Ribeira Grande de Santiago	25,4	2,4	72,2	22,8	0,0	77,2	24,4	1,4	74,2
Mosteiros	19,6	5,7	74,8	28,8	8,2	63,1	24,5	7,0	68,5
São Filipe	24,3	4,0	71,6	13,0	8,0	79,0	17,5	6,4	76,1
Santa Catarina do Fogo	33,0	2,5	64,5	17,8	0,0	82,2	28,7	1,8	69,5
Brava	35,4	5,1	59,5	34,3	8,5	57,3	34,8	6,8	58,4
Sexo									
Homem	39,6	7,6	52,9	35,6	10,0	54,4	38,1	8,5	53,4
Mulher	28,0	7,5	64,5	24,1	9,4	66,4	26,4	8,3	65,3

VI

POBREZA SUBJETIVA

O IDRF 2015, para além de recolher dados que permitiram a medição e a análise da pobreza monetária, disponibilizou um conjunto de dados que permitem aferir sobre as condições de habitabilidade das famílias cabo-verdianas, bem como a pobreza subjetiva, com base na perceção que as famílias têm da sua própria condição perante a pobreza.

O conceito de pobreza em Cabo Verde está intimamente relacionado com a falta de comida, trabalho e de dinheiro, estando relacionado com a sobrevivência humana.

A perceção da grande maioria das famílias cabo-verdianas é que não são nem pobres, nem ricos, em comparação com as outras famílias do seu bairro. Entre os pobres esta perceção já é um pouco diferente e a grande maioria considera-se como das mais pobres do bairro, para além de considerar que o seu nível de vida piorou nos últimos 4 anos.

CONCEITO DE SER POBRE É NÃO TER:



PERCENTAGEM DE AGREGADOS (%) SEGUNDO A OPINIÃO RELATIVAMENTE A:

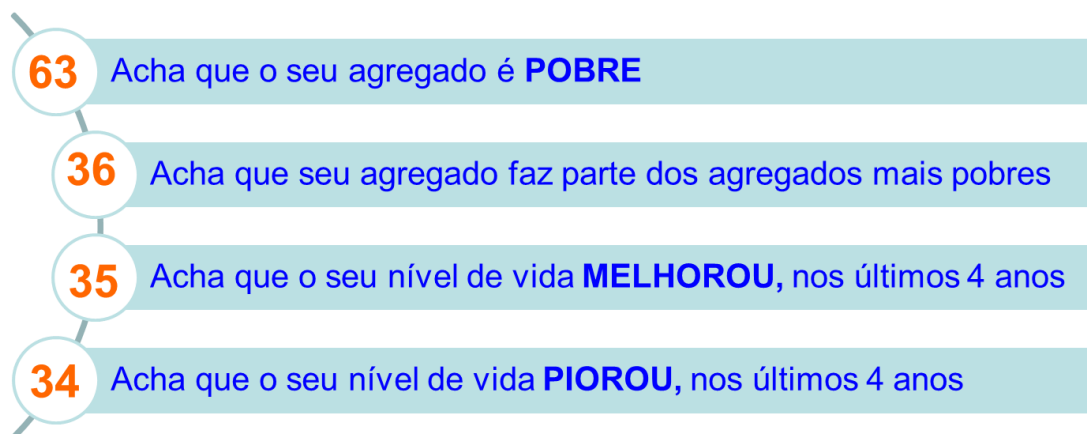


Gráfico 69 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares, segundo a percepção do seu nível de vida comparativamente com o que tinha há quatro anos atrás. Cabo Verde, IDRF 2015

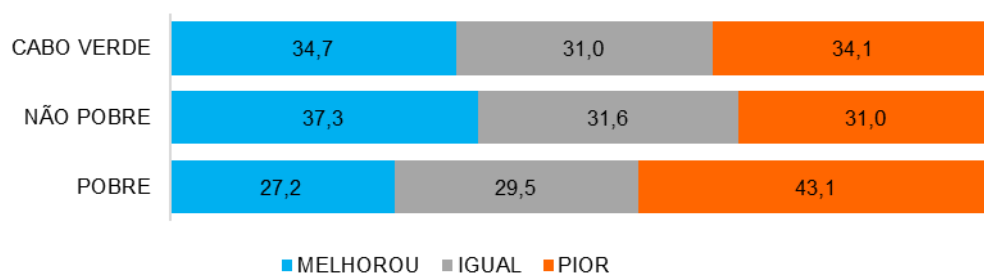
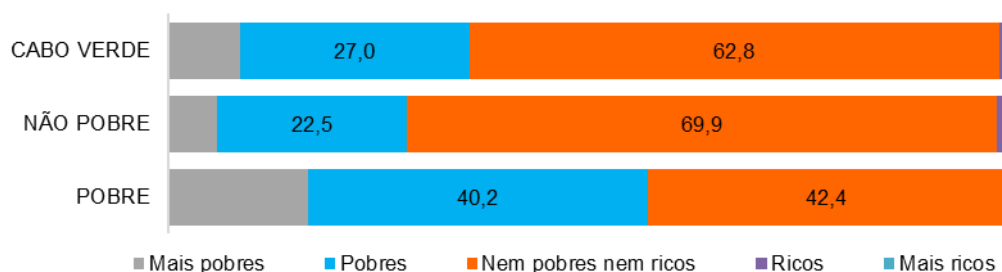


Gráfico 70 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares, segundo a percepção do estatuto na pobreza comparativamente com os agregados do seu bairro. Cabo Verde, IDRF 2015



A grande maioria das famílias gere um orçamento mensal que lhe permite levar a vida até o fim do mês com alguma dificuldade e cerca de 49% com dificuldade ou muita dificuldade. Entre os agregados pobres, a gestão do rendimento mensal para fazer face às despesas mensais é, na sua grande maioria, feita com muita dificuldade, em particular as despesas de alimentação.

Gráfico 71 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares, segundo o grau de dificuldade de gestão do orçamento mensal para fazer face às despesas mensais. Cabo Verde, IDRF 2015

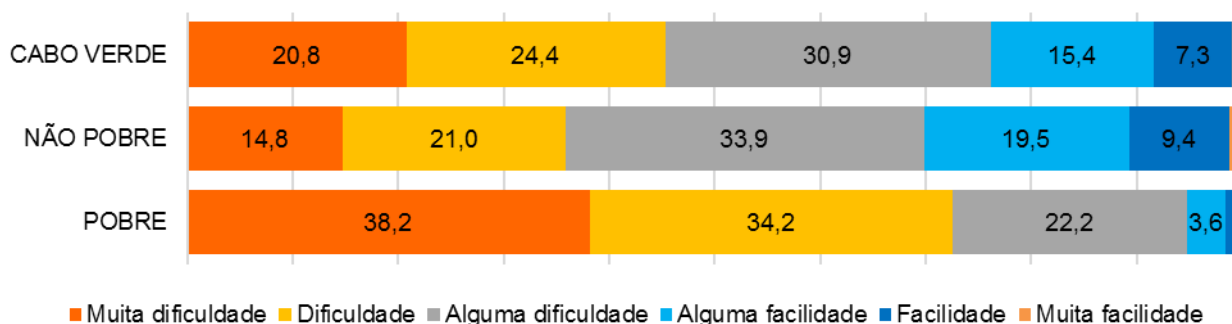
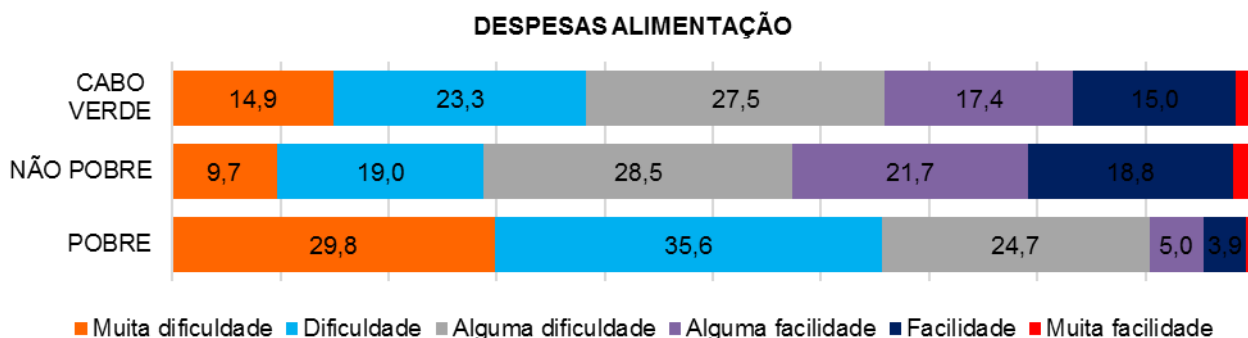


Gráfico 72 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares, segundo o grau de dificuldade de gestão do orçamento mensal para fazer face às despesas mensais com alimentação. Cabo Verde, IDRF 2015



Questionados se durante os últimos 3 meses ficaram privados de alimentos, água potável, remédio ou assistência médica, por falta de dinheiro e/ou dinheiro para cobrir despesas de educação dos filhos ou crianças, nos últimos 12 meses, os resultados estatísticos permitem aferir que a maioria dos agregados familiares declararam nunca ter ficado privados desses bens, por falta de dinheiro, em particular entre os não pobres, tendo mais de 80% respondido que nunca tal aconteceu.

Com referência aos últimos três meses, os pobres declararam que, por falta de dinheiro, ficaram privados de satisfazer as despesas com medicamentos e assistência médica, tendo mais de 48% declarado que ficou privado pelo menos uma vez e 21,6%, três vezes ou mais. Entre os pobres, cerca de 14,6% declarou ter ficado privado de alimentos 1 a 2 vezes durante esse período, e cerca de 16% foi privado 3 ou mais vezes. Cerca de 23% dos pobres ficaram sem água potável pelo menos uma vez e cerca de 16% mais do que 3 vezes.

Para completar a percepção subjetiva perante a pobreza, questionou-se aos agregados com que frequência algum membro frequentava restaurantes, concertos, festas ou discotecas, comprava roupas ou sapatos nos últimos 3 meses e quantas vezes algum membro viajou de férias para fora do Concelho, nos últimos 12 meses.

Globalmente, a grande maioria dos cabo-verdianos não tem por hábito frequentar restaurantes. Somente 26,1% dos não pobres e 9,1% dos pobres declarou ter frequentado, pelo menos uma vez, um restaurante, nos últimos 3 meses. A frequência a festas e discotecas é maior, mesmo entre os pobres, espaços esses frequentados por 20,1%, nos últimos 3 meses. No universo de mais de metade dos agregados familiares, algum membro comprou, pelo menos, uma peça de roupa ou sapato.

Tabela 33 – Distribuição dos agregados familiares, segundo o número de vezes com que ficaram privados de alimentos, água potável, remédios ou assistência médica, ou material escolar, por falta de dinheiro, por estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015

Cabo Verde	Estatuto na pobreza			
	Não pobre	Pobre	Muito Pobre	
Número de vezes que ficou sem alimentos para alimentação, por falta de dinheiro, nos últimos três meses				
Nunca	83,2	88,2	68,9	64,1
1-2 vezes	8,3	6,2	14,6	17,4
3-4 vezes	4,2	2,8	8,2	8,3
5 ou mais vezes	3,9	2,5	7,9	10,0
Número de vezes que o agregado ficou sem água potável para consumo, por falta de dinheiro, nos últimos 3 meses				
Nunca	87,5	91,2	76,6	79,3
1-2 vezes	7,7	5,8	13,3	12,7
3-4 vezes	2,5	1,2	6,4	4,5
5 ou mais vezes	2,1	1,7	3,5	3,4
Número de vezes que o agregado ficou sem remédio ou assistência médica, por falta de dinheiro, nos últimos 3 meses				
Nunca	71,7	78,7	51,6	43,9
1-2 vezes	17,2	13,9	26,5	29,7
3-4 vezes	7,5	4,7	15,6	20,1
5 ou mais vezes	3,4	2,5	6,0	6,0
Número de vezes que o agregado ficou sem dinheiro para cobrir despesas de educação dos filhos (propinas, uniformes, livros), nos últimos 12 meses				
Nunca	72,8	80,2	51,3	43,3
1-2 vezes	14,4	10,4	26,0	28,1
3-4 vezes	6,8	4,5	13,3	14,0
5 ou mais vezes	5,4	4,2	8,7	14,2

Tabela 34 – Distribuição dos agregados familiares, segundo o número de vezes que algum membro do agregado comeu num restaurante, foi a uma festa ou discoteca, comprou roupas ou sapatos ou viajou de férias, por estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015

Cabo Verde	Estatuto na pobreza			
	Não pobre	Pobre	Muito Pobre	
Número de vezes que algum membro comeu num restaurante, nos últimos 30 dias				
Nunca	77,7	73,3	90,4	94,4
1-2 vezes	11,8	14,0	5,4	3,4
3-4 vezes	4,6	5,5	2,0	0,5
5 ou mais vezes	5,4	6,7	1,8	1,4
Número de vezes que algum membro foi ao cinema, a um concerto, a uma festa ou discoteca, nos últimos 30 dias				
Nunca	70,8	67,8	79,2	81,3
1-2 vezes	21,9	23,6	17,0	14,6
3-4 vezes	5,1	5,9	2,8	2,3
5 ou mais vezes	1,8	2,2	0,4	1,1
Número de vezes que algum membro comprou roupa ou sapatos novos, nos últimos 3 meses				
Nunca	34,8	32,9	40,3	46,5
1-2 vezes	47,8	47,2	49,4	45,1
3-4 vezes	13,2	14,8	8,7	7,7
5 ou mais vezes	3,8	4,7	1,1	0,0
Número de vezes que algum membro viajou de férias para fora do concelho, nos últimos 12 meses				
Nunca	59,1	56,0	68,0	73,4
1-2 vezes	25,6	28,2	18,1	12,4
3-4 vezes	6,2	6,3	5,9	6,0
5 ou mais vezes	8,7	9,1	7,6	8,1

Concluindo, os cabo-verdianos podem considerar-se pobres, mas se consideram-se felizes!

SÃO POBRES MAS SÃO FELIZES!



ANEXO I - PRINCIPAIS RESULTADOS

Tabela 35 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual segundo meio de residência, ilhas e domínio de estudo de 2001/02. Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Total	511.217	179.909	35,2	11,4	5,0	54.395	10,6	100,0	100,0	100,0
Meio Residência										
Urbano	328.815	91.384	27,8	8,4	3,5	17.360	5,3	64,3	50,8	31,9
Rural	182.402	88.524	48,5	16,8	7,7	37.036	20,3	35,7	49,2	68,1
Ilha										
Santo Antão	40.987	18.720	45,7	16,3	7,8	7.018	17,1	8,0	10,4	12,9
São Vicente	75.162	20.129	26,8	8,2	3,4	4.647	6,2	14,7	11,2	8,5
São Nicolau	12.358	5.564	45,0	17,1	7,7	2.099	17,0	2,4	3,1	3,9
Sal	34.378	6.562	19,1	5,0	1,7	739	2,2	6,7	3,6	1,4
Boavista	11.666	870	7,5	1,6	0,6	151	1,3	2,3	0,5	0,3
Maio	6.731	2.111	31,4	10,3	4,5	747	11,1	1,3	1,2	1,4
Santiago	289.792	106.449	36,7	11,5	5,0	30.986	10,7	56,7	59,2	57,0
Fogo	33.827	16.704	49,4	18,3	8,8	6.822	20,2	6,6	9,3	12,5
Brava	6.316	2.799	44,3	16,4	7,8	1.187	18,8	1,2	1,6	2,2
Domínio de estudo do IDRF 2001/02										
Praia	140.512	39.531	28,1	8,1	3,4	6.472	4,6	27,5	22,0	11,9
Resto de Santiago	149.280	66.917	44,8	14,7	6,6	24.513	16,4	29,2	37,2	45,1
Santo Antão	40.987	18.720	45,7	16,3	7,8	7.018	17,1	8,0	10,4	12,9
São Vicente	75.162	20.129	26,8	8,2	3,4	4.647	6,2	14,7	11,2	8,5
Fogo	33.827	16.704	49,4	18,3	8,8	6.822	20,2	6,6	9,3	12,5
Outras Ilhas	71.449	17.906	25,1	8,0	3,4	4.923	6,9	14,0	10,0	9,0

Fonte: INE, IDRF 2015

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

Tabela 36 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo os concelhos. Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Concelho										
Ribeira Grande	17.508	6.532	37,3	10,7	4,4	1.399	8,0	3,4	3,6	2,6
Paúl	5.608	2.855	50,9	21,4	11,5	1.800	32,1	1,1	1,6	3,3
Porto Novo	17.871	9.333	52,2	20,1	10,1	3.819	21,4	3,5	5,2	7,0
São Vicente	75.162	20.129	26,8	8,2	3,4	4.647	6,2	14,7	11,2	8,5
Ribeira Brava	7.125	2.514	35,3	12,0	5,2	875	12,3	1,4	1,4	1,6
Tarrafal de São Nicolau	5.233	3.050	58,3	24,0	11,2	1.223	23,4	1,0	1,7	2,2
Sal	34.378	6.562	19,1	5,0	1,7	739	2,2	6,7	3,6	1,4
Boavista	11.666	870	7,5	1,6	0,6	151	1,3	2,3	0,5	0,3
Maio	6.731	2.111	31,4	10,3	4,5	747	11,1	1,3	1,2	1,4
Tarrafal	18.199	5.942	32,6	9,7	3,8	1.403	7,7	3,6	3,3	2,6
Santa Catarina	46.615	17.832	38,3	11,5	4,7	5.922	12,7	9,1	9,9	10,9
Santa Cruz	29.556	17.421	58,9	22,0	10,6	7.943	26,9	5,8	9,7	14,6
Praia	140.512	39.531	28,1	8,1	3,4	6.472	4,6	27,5	22,0	11,9
São Domingos	15.081	7.687	51,0	16,2	7,1	2.804	18,6	3,0	4,3	5,2
São Miguel	15.455	6.081	39,3	11,8	5,1	1.675	10,8	3,0	3,4	3,1
São Salvador do Mundo	8.913	5.010	56,2	19,3	8,9	2.115	23,7	1,7	2,8	3,9
São Lourenço dos Órgãos	7.004	3.478	49,7	18,0	8,9	1.430	20,4	1,4	1,9	2,6
Ribeira Grande de Santiago	8.457	3.466	41,0	13,3	5,8	1.222	14,4	1,7	1,9	2,2
Mosteiros	8.896	4.017	45,2	13,5	5,2	692	7,8	1,7	2,2	1,3
São Filipe	19.940	10.880	54,6	22,7	11,7	5.810	29,1	3,9	6,0	10,7
Santa Catarina do Fogo	4.991	1.807	36,2	9,1	3,4	320	6,4	1,0	1,0	0,6
Brava	6.316	2.799	44,3	16,4	7,8	1.187	18,8	1,2	1,6	2,2

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 37 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo características demográficas do representante do agregado (sexo, grupo etário e estado civil). Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Sexo do Representante										
Masculino	230.351	70.376	30,6	9,7	4,2	20.273	8,8	45,1	39,1	37,3
Feminino	280.866	109.533	39,0	12,7	5,7	34.123	12,1	54,9	60,9	62,7
Grupo Etário do Representante										
15-24 anos	14.760	4.861	32,9	10,7	4,5	1.601	10,8	2,9	2,7	2,9
25-34 anos	83.985	24.552	29,2	8,9	3,8	6.667	7,9	16,4	13,6	12,3
35-64 anos	336.861	122.894	36,5	11,9	5,3	36.305	10,8	65,9	68,3	66,7
65 anos ou mais	73.049	26.278	36,0	11,8	5,2	9.221	12,6	14,3	14,6	17,0
Estado Civil do Representante										
Solteiro(a)	145.868	52.191	35,8	12,0	5,5	17.004	11,7	28,5	29,0	31,3
Casado(a) legalmente	126.535	39.522	31,2	9,2	3,7	10.171	8,0	24,8	22,0	18,7
União de facto	178.317	65.920	37,0	12,0	5,4	19.325	10,8	34,9	36,6	35,5
Divorciado(a)	6.078	691	11,4	3,8	2,0	275	4,5	1,2	0,4	0,5
Separado(a)	11.908	5.595	47,0	15,6	7,2	1.549	13,0	2,3	3,1	2,8
Viúvo(a)	40.380	14.760	36,6	12,4	5,6	5.541	13,7	7,9	8,2	10,2

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 38 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual segundo, características sociais do representante do agregado (alfabetização, nível de instrução e situação perante actividade económica). Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Alfabetização do Representante										
Sim	384.390	117.877	30,7	9,5	4,1	31.244	8,1	75,2	65,5	57,4
Não	124.152	60.708	48,9	17,0	7,8	22.551	18,2	24,3	33,7	41,5
Nível de Instrução do Representante										
Nunca frequentou	89.888	43.206	48,1	17,1	8,0	17.681	19,7	17,6	24,0	32,5
Básico	261.517	109.767	42,0	13,4	5,9	31.054	11,9	51,2	61,0	57,1
Secundário	103.740	23.232	22,4	6,4	2,5	4.619	4,5	20,3	12,9	8,5
Médio/Superior	48.728	883	1,8	0,6	0,2	167	0,3	9,5	0,5	0,3
Situação perante atividade económica do Representante										
Empregado	353.971	114.842	32,4	10,1	4,3	32.006	9,0	69,2	63,8	58,8
Desempregado	14.324	6.563	45,8	13,9	5,6	1.395	9,7	2,8	3,6	2,6
Inativo	142.922	58.503	40,9	14,3	6,7	20.995	14,7	28,0	32,5	38,6

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 39 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo características económicas do representante do agregado (grupo socioeconómico) e quintil das despesas de consumo do agregado). Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Grupo Socioeconómico do Representante										
Administração Pública	73.687	17.126	23,2	7,7	3,6	5.358	7,3	14,4	9,5	9,8
Setor Empresarial	118.799	33.698	28,4	8,4	3,5	7.843	6,6	23,2	18,7	14,4
Patrão agrícola	3.801	1.215	32,0	12,2	5,9	621	16,3	0,7	0,7	1,1
Patrão não agrícola	12.468	2.340	18,8	5,2	1,9	434	3,5	2,4	1,3	0,8
TCP ¹ agrícola	40.544	20.796	51,3	16,3	7,1	7.046	17,4	7,9	11,6	13,0
TCP ¹ não agrícola	80.508	27.732	34,4	10,5	4,3	6.858	8,5	15,7	15,4	12,6
Trabalhador familiar não remunerado	2.508	1.385	55,2	19,2	9,1	645	25,7	0,5	0,8	1,2
Casa de família	18.915	9.991	52,8	16,7	7,5	3.015	15,9	3,7	5,6	5,5
Desempregado	14.324	663	45,8	13,9	5,6	1.395	9,7	2,8	3,6	2,6
Inativo	140.360	57.179	40,7	14,2	6,7	20.394	14,5	27,5	31,8	37,5
Quintil das despesas de consumo										
1º Quintil	102.362	102.362	100,0	45,8	23,0	54.395	53,1	20,0	56,9	100,0
2º Quintil	102.167	77.547	75,9	11,0	2,1	0	0,0	20,0	43,1	0,0
3º Quintil	102.395	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	20,0	0,0	0,0
4º Quintil	102.175	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	20,0	0,0	0,0
5º Quintil	102.119	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	20,0	0,0	0,0

Fonte: INE, IDRF 2015

¹ TPC – Trabalhador por conta própria

Tabela 40 – Indicadores da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema e a distribuição percentual, segundo características do agregado familiar (dimensão e tipologia). Cabo Verde, 2015

	População	Pobreza Global				Pobreza Extrema		Distribuição percentual (%)		
		Efetivos de Pobres	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos Muito Pobres	Incidência (%)	População (%)	Pobres (%)	Muito Pobres (%)
Dimensão do Agregado Familiar										
1 - 2 pessoas	53.500	4.943	9,2	2,0	0,6	432	0,8	10,5	2,7	0,8
3 - 4 pessoas	171.833	35.702	20,8	5,9	2,4	8.421	4,9	33,6	19,8	15,5
5 - 6 pessoas	148.033	58.423	39,5	12,5	5,4	16.982	11,5	29,0	32,5	31,2
7 + pessoas	137.851	80.840	58,6	20,6	9,6	28.560	20,7	27,0	44,9	52,5
Tipologia do Agregado Familiar										
Unipessoal	15.028	467	3,1	0,7	0,2	32	0,2	2,9	0,3	0,1
Casais Isolados	12.468	1.333	10,7	2,5	0,8	168	1,3	2,4	0,7	0,3
Casais Isolados com Filhos	137.238	39.427	28,7	8,8	3,8	10.435	7,6	26,8	21,9	19,2
Conjugais Compósitos	136.191	58.709	43,1	14,1	6,1	17.621	12,9	26,6	32,6	32,4
Monoparental Nuclear	62.147	18.877	30,4	9,6	4,3	5.137	8,3	12,2	10,5	9,4
Monoparental Compósito	145.818	60.938	41,8	14,0	6,3	20.913	14,3	28,5	33,9	38,4
Agregados Sem Relação de Parentesco	2.327	159	6,8	3,1	1,8	89	3,8	0,5	0,1	0,2
Tipologia dos agregados, segundo existência de crianças menores de 15 anos										
Unipessoal	15.028	467	3,1	0,7	0,2	32	0,2	2,9	0,3	0,1
Conjugais com crianças	241.348	91.694	38,0	12,3	5,3	26.745	11,1	47,2	51,0	49,2
Monoparentais com crianças	163.401	72.306	44,3	15,0	6,9	24.862	15,2	32,0	40,2	45,7
Agregados sem crianças	91.440	15.441	16,9	4,4	1,7	2.756	3,0	17,9	8,6	5,1

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 41 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo a forma de ocupação da habitação, e características físicas do alojamento, por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
AGREGADOS FAMILIARES	127.333	94.595	32.738	8.976	86.450	69.642	16.808	2.838	40.883	24.953	15.930	6.138
FORMA DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO												
Proprietário / coproprietário	65,5	63,1	72,3	73,8	59,3	58,0	64,5	63,8	78,5	77,3	80,5	78,5
Arrendatário ou subarrendatário	21,1	23,7	13,7	9,5	28,6	29,9	23,5	22,3	5,2	6,3	3,4	3,5
Cedido pelo empregador	2,9	2,8	3,1	4,3	2,1	2,1	2,3	1,9	4,4	4,6	4,0	5,3
Cedido de outra forma	9,6	9,4	10,1	11,7	8,8	8,8	8,6	11,0	11,3	11,0	11,7	12,0
Outra condição	1,0	1,1	0,8	0,7	1,2	1,2	1,1	1,0	0,7	0,8	0,4	0,6
MATERIAL UTILIZADO NO PAVIMENTO												
Cimento	54,1	44,0	83,3	92,1	44,0	35,9	77,5	86,5	75,4	66,4	89,4	94,7
Mosaico	42,2	52,1	13,7	3,7	51,9	59,9	19,0	6,7	21,6	30,3	8,1	2,3
Outro	2,4	2,5	1,9	2,2	2,5	2,6	1,9	3,5	2,1	2,2	1,8	1,6
NÚMERO DE DIVISÕES UTILIZADAS												
1 divisão	9,6	8,8	11,9	10,5	12,2	10,8	18,2	23,6	4,1	3,4	5,3	4,4
2-3 divisões	42,9	41,5	46,9	47,1	45,1	43,6	51,7	53,0	38,2	35,8	41,9	44,4
4-5 divisões	35,9	37,2	32,4	35,8	33,6	35,9	24,0	20,6	41,0	40,8	41,2	42,8
6 ou mais divisões	11,5	12,4	8,8	6,6	9,0	9,7	6,2	2,8	16,7	20,0	11,7	8,4
NUMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DIVISÃO												
	1,3	1,1	2,0	2,3	1,4	1,2	2,3	3,0	1,3	1,0	1,7	1,9
NÚMERO MÉDIO DE DIVISÕES UTILIZADAS PARA DORMIR												
	2,1	2,1	2,2	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9	2,2	2,2	2,3	2,3

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 42 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo o acesso à eletricidade, a existência de cozinha, principal combustível utilizado para cozinhar e bens de equipamento doméstico, por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
ACESSO À ELETRICIDADE	89,9	93,6	79,2	70,4	93,6	96,1	83,1	74,4	82,2	86,6	75,2	68,5
EXISTÊNCIA DE COZINHA												
Sim, no interior do alojamento	68,1	75,0	47,9	34,8	77,2	81,1	60,8	47,1	48,8	58,1	34,3	29,2
Sim, no exterior do alojamento	12,7	9,1	23,2	30,0	5,0	3,6	10,9	16,4	29,1	24,5	36,2	36,3
Tem kitchenette	3,2	3,8	1,2	0,7	4,3	4,9	2,2	2,0	0,7	1,0	0,2	0,1
Não tem cozinha nem kitchenette	15,8	11,8	27,7	34,5	13,3	10,2	26,2	34,5	21,2	16,2	29,2	34,4
COMBUSTÍVEL UTILIZADO PARA COZINHAR												
Gás	74,5	83,0	49,9	30,5	90,9	93,6	79,3	65,6	39,8	53,3	18,8	14,3
Lenha	22,9	14,0	48,7	69,2	6,0	3,0	18,5	33,4	58,7	44,6	80,7	85,7
Carvão	0,3	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,2	0,0	0,3	0,2	0,5	0,0
Eletricidade	0,7	0,7	0,7	0,3	1,0	0,9	1,4	1,0	0,1	0,2	0,0	0,0
Outro	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não prepara	1,3	1,6	0,2	0,0	1,4	1,6	0,4	0,0	1,0	1,7	0,0	0,0
ACESSO A EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS												
Fogão a gás ou elétrico	83,2	87,7	70,3	58,1	86,5	89,5	73,9	59,0	76,3	82,6	66,4	57,7
Frigorífico	69,2	77,2	45,9	28,4	77,8	82,8	57,1	34,4	50,9	61,6	34,0	25,7
Arca congeladora	17,4	20,8	7,5	3,8	19,2	21,6	9,6	3,2	13,4	18,5	5,4	4,0
Micro-ondas	30,9	37,3	12,4	6,1	37,2	42,5	15,3	5,8	17,6	23,0	9,2	6,2
Campingás	57,7	57,6	58,0	56,9	60,2	58,1	69,1	79,2	52,3	56,2	46,2	46,6
Máquina de lavar roupa	28,3	35,4	7,9	1,2	38,0	44,0	13,3	1,3	7,8	11,4	2,3	1,2
Aspirador	3,6	4,8	0,2	0,1	5,0	6,1	0,3	0,0	0,8	1,3	0,1	0,1
Máquina de costura	6,2	7,5	2,5	2,3	7,6	8,7	3,0	0,9	3,3	4,1	2,0	2,9
Ferro de engomar	67,7	74,8	47,2	29,9	75,3	79,7	57,3	38,7	51,7	61,3	36,6	25,8

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 43 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo o acesso à água canalizada e principal fonte de água para uso doméstico e para beber, por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
ACESSO Á ÁGUA CANALIZADA DA REDE PÚBLICA												
Água canalizada	67,1	71,9	53,2	47,8	71,7	75,7	55,1	46,8	57,2	61,1	51,1	48,3
No interior do alojamento	50,3	58,4	26,8	18,1	60,7	66,7	36,0	29,1	28,2	35,4	17,1	13,1
No exterior do alojamento	16,8	13,5	26,4	29,7	11,0	9,1	19,1	17,7	29,0	25,8	34,1	35,2
Não tem água canalizada	32,8	28,0	46,7	52,0	28,2	24,2	44,9	53,2	42,6	38,7	48,6	51,5
PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA USO DOMÉSTICO												
Água Canalizada	64,9	69,8	50,9	46,3	70,1	74,0	53,6	45,2	54,1	58,0	48,0	46,9
Chafariz	14,2	11,3	22,4	21,6	12,5	9,8	23,6	29,8	17,7	15,5	21,2	17,8
Vizinhos	8,0	7,3	10,0	8,8	9,6	8,4	14,8	15,6	4,6	4,4	5,0	5,6
Autotanque	6,1	6,8	3,8	3,7	6,8	7,1	5,7	7,0	4,5	6,2	1,9	2,2
Nascente	3,7	2,4	7,6	13,1	0,3	0,1	0,9	1,6	11,0	8,6	14,7	18,4
Cisterna água das chuvas	1,5	1,3	2,1	2,6	0,1	0,0	0,3	0,8	4,6	4,9	4,1	3,5
Poço	0,9	0,6	2,0	3,0	0,1	0,1	0,3	0,0	2,6	1,9	3,7	4,4
Outras fontes	0,4	0,3	0,8	0,7	0,3	0,3	0,6	0,0	0,7	0,5	1,0	1,0
PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA BEBER												
Água Canalizada	51,8	52,7	49,3	44,8	52,4	52,5	52,1	44,6	50,4	53,1	46,3	45,0
Chafariz	14,6	11,9	22,5	22,0	12,9	10,3	23,6	29,0	18,3	16,3	21,4	18,8
Água engarrafada	13,4	17,9	0,5	0,0	18,9	23,2	0,8	0,0	1,8	2,8	0,1	0,0
Vizinhos	8,0	7,2	10,2	9,1	9,4	8,0	15,2	16,7	4,9	5,0	4,8	5,6
Autotanque	4,6	4,6	4,3	4,7	4,4	4,2	5,5	7,0	4,8	5,8	3,2	3,7
Nascente	3,5	2,2	7,4	12,6	0,3	0,1	0,9	1,6	10,5	8,1	14,2	17,6
Outras fontes	4,0	3,4	5,6	6,6	1,5	1,5	1,7	1,1	9,1	8,7	9,7	9,2

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 44 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo o acesso a instalações sanitárias e sistemas de evacuação de águas residuais e forma de evacuação de resíduos sólidos (lixo), por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
ACESSO A INSTALAÇÕES SANITÁRIAS												
Sanita	76,9	84,4	55,2	40,4	85,5	89,8	67,8	56,9	58,8	69,5	41,9	32,7
Sanita com autoclismo	46,1	55,1	20,2	12,2	53,7	60,8	24,1	15,2	30,2	39,2	16,1	10,8
Sanita sem autoclismo	30,8	29,4	35,0	28,2	31,9	29,0	43,7	41,7	28,6	30,3	25,8	21,9
Latrina	0,3	0,2	0,6	1,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,8	0,7	1,0	1,9
Nem sanita, nem latrina	22,8	15,3	44,2	58,3	14,4	10,2	32,1	43,1	40,4	29,7	57,1	65,3
ACESSO A SISTEMAS DE EVACUAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS												
Rede pública de esgoto	25,1	29,3	13,1	6,3	36,0	38,9	23,6	17,5	2,2	2,3	2,0	1,2
Fossa séptica	51,4	54,9	41,4	33,1	49,2	50,7	43,3	38,0	56,0	66,7	39,3	30,9
Outra	0,7	0,5	1,3	2,2	0,4	0,2	1,1	1,4	1,4	1,2	1,6	2,6
ACESSO A INSTALAÇÕES DE BANHO (banheira ou poliban no alojamento)	50,7	59,9	24,0	14,4	58,7	66,0	28,2	16,5	33,7	42,7	19,6	13,4
MODO DE EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS SUJAS												
Redor da casa	49,7	43,6	67,5	74,9	39,8	35,1	59,3	66,4	70,7	67,2	76,2	78,8
Rede pública de esgoto /fossa séptica	35,8	42,4	16,7	7,0	49,2	54,0	29,4	18,1	7,3	10,0	3,2	1,9
Natureza (encosta, mar, etc)	7,4	6,3	10,6	14,3	3,9	3,5	5,5	8,2	14,8	14,0	15,9	17,1
Fossa públicas / municipais	4,2	5,0	2,0	1,1	4,9	5,5	2,5	2,2	2,7	3,5	1,5	0,6
Outro	2,6	2,6	2,7	2,2	1,9	1,7	2,7	5,0	4,1	5,0	2,7	1,0
MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO)												
Colocado em contentores	50,9	53,8	42,6	35,1	59,5	59,4	59,5	62,2	32,8	38,0	24,7	22,5
Recolhido pelo carro de lixo	25,2	28,2	16,7	11,5	33,5	35,2	26,4	18,3	7,6	8,4	6,5	8,4
Enterrados / queimados	9,5	6,7	17,5	23,1	3,4	2,2	8,1	6,1	22,4	19,2	27,4	31,0
Jogado ao redor da casa	3,9	2,4	8,5	11,5	0,9	0,6	2,1	6,2	10,4	7,3	15,2	14,0
Jogado na natureza	9,6	8,1	14,0	18,0	2,1	1,8	3,7	7,1	25,4	25,8	24,9	23,1
Outro	0,7	0,7	0,6	0,7	0,4	0,5	0,1	0,0	1,3	1,3	1,3	1,0

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 45 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo o acesso a equipamentos de tecnologia de informação e comunicação (TIC), equipamentos de entretenimento e outros equipamentos, por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
ACESSO A EQUIPAMENTOS TIC												
Rádio	62,6	67,5	48,5	38,8	68,6	72,0	54,4	41,8	50,1	55,1	42,3	37,5
Televisão	85,9	89,5	75,5	66,6	90,8	92,8	82,7	73,9	75,5	80,5	67,8	63,2
Acesso a televisão por assinatura	11,1	14,5	1,4	0,6	14,9	18,0	2,0	1,1	3,2	4,8	0,7	0,3
Antena parabólica	6,3	8,2	0,8	0,4	8,1	9,9	0,7	0,0	2,4	3,4	0,9	0,6
Telefone fixo	29,4	35,0	13,1	10,3	30,1	35,2	8,8	4,3	27,9	34,5	17,7	13,1
Telemóvel	92,0	92,5	90,6	89,1	93,9	94,3	92,6	87,7	87,9	87,5	88,4	89,7
Portátil	35,3	42,9	13,3	5,2	42,4	48,4	17,7	6,7	20,3	27,7	8,6	4,5
Tablet / Ipad	14,4	17,8	4,7	1,5	17,7	20,7	5,2	0,7	7,5	9,6	4,2	2,0
Computador	11,4	14,1	3,6	1,7	14,8	17,1	5,2	3,8	4,3	5,7	1,9	0,8
Acesso a Internet	57,1	63,9	37,5	26,7	65,0	69,6	46,0	37,9	40,3	47,8	28,5	21,5
ACESSO A EQUIPAMENTOS DE ENTRETENIMENTO												
Leitor DVD Vídeo Cassete	45,4	50,0	32,2	24,5	50,0	53,0	37,4	26,9	35,8	41,5	26,8	23,4
Aparelhagem de som	32,3	37,3	17,9	11,0	37,8	41,5	22,4	13,4	20,7	25,5	13,2	9,9
Leitor CD	29,4	34,4	15,1	8,3	35,8	39,4	20,7	9,5	16,0	20,3	9,2	7,7
Equipamento Fotográfico	15,9	20,2	3,6	2,8	20,4	24,2	4,6	1,3	6,3	8,8	2,5	3,6
Leitor MP3 MP4	12,8	15,5	5,0	2,7	15,6	17,9	5,9	2,6	6,9	8,6	4,1	2,8
Consola de Jogos	7,2	9,0	2,0	1,1	9,6	11,2	2,9	1,2	2,2	2,9	1,0	1,1
Camara de vídeo	5,3	6,8	1,1	0,8	6,9	8,3	1,2	0,0	1,9	2,6	0,9	1,2
OUTROS EQUIPAMENTOS												
Esquentador ou termoacumulador	9,6	12,6	0,7	0,4	12,8	15,7	1,0	1,3	2,7	4,0	0,5	0,0
Aparelho de ar condicionado	2,9	3,8	0,2	0,6	4,0	5,0	0,1	0,0	0,5	0,6	0,3	0,8
Ventoinha	30,2	35,6	14,8	5,7	39,7	43,0	26,1	11,6	10,3	14,9	3,0	2,9

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 46 – INDICADORES DE POBREZA NÃO MONETÁRIA – Agregados familiares (%), segundo o acesso a meio de transporte e bens de investimento, por estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

	Meio de residência											
	CABO VERDE				URBANO				RURAL			
	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Total	Não pobre	Pobre	Muito pobre
ACESSO A MEIOS DE TRANSPORTE												
Automóvel	13,4	17,5	1,3	0,4	17,1	20,8	1,8	0,5	5,4	8,4	0,7	0,4
Mota ou Motocicleta	3,7	4,1	2,7	0,4	4,0	4,1	3,6	0,0	3,3	4,2	1,8	0,6
ACESSO A BENS DE INVESTIMENTO												
Animais	56,3	63,0	37,1	29,7	74,9	78,3	60,9	64,3	17,1	20,3	12,0	13,7
Terreno para agricultura	28,5	24,8	39,2	51,6	12,8	12,3	15,2	22,7	61,6	59,9	64,4	64,9
Terreno para habitação	12,2	13,0	9,9	6,4	11,9	12,5	9,4	6,0	12,9	14,5	10,4	6,5
Espaço para comércio (loja) ou oficina	6,3	7,9	1,8	0,7	6,6	7,7	2,1	1,2	5,7	8,4	1,5	0,5
Bote	2,0	2,1	1,6	1,3	1,7	1,9	1,0	2,3	2,5	2,6	2,2	0,8
Táxi, hiace ou camião	1,8	2,4	0,2	0,0	2,0	2,4	0,0	0,0	1,5	2,2	0,5	0,0
Trator e equipamento agrícola	1,0	1,1	0,6	1,1	0,8	0,9	0,3	0,0	1,4	1,7	1,0	1,6
Outro tipo de terreno	1,9	2,0	1,6	1,6	1,2	1,4	0,4	0,0	3,2	3,5	2,9	2,4

Fonte: INE, IDRF 2015

ANEXO II - METODOLOGIA DO IDRF 2015

Objetivos do IDRF 2015

Realizado entre 16 de dezembro de 2014 e 14 de dezembro de 2015, o IDRF 2015 teve como objetivos principais recolher informação que permite estimar o nível e a estrutura das despesas e do rendimento das famílias, produzir indicadores de pobreza, atualizar os ponderadores do Índice de Preço no Consumidor (IPC), e estimar o consumo das famílias para a consolidação das Contas Nacionais. Para além das informações diretamente associadas à estrutura orçamental, despesa e rendimento, várias informações sobre características da habitação, condições de vida e características sociodemográficas da população foram recolhidas, ampliando o campo de utilização dos resultados. Fortemente relacionado ao tema qualidade das condições de vida, o IDRF recolheu informação sobre a avaliação subjetiva da pobreza e a qualidade de vida das famílias, acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação, bem como informações sobre medidas antropométricas que servirão de base para análise nutricional da população.

Amostragem

Unidades amostrais

Toma-se como unidade primária de amostragem (UPA) o Distrito de Recenseamento (DR) e como unidade secundária de amostragem (USA) o alojamento familiar de residência principal, pertencente à unidade primária de amostragem selecionada.

Unidade de Observação / Unidade de análise

Tendo em conta que o objetivo do inquérito é estudar as despesas de consumo dos agregados familiares, as unidades básicas de análise serão os agregados familiares e todos os membros que o compõem.

Processo amostral

A amostra do IDRF 2015 foi teoricamente dimensionada usando a estrutura da Amostra Aleatória Simples (AAS), de modo independente, para cada um dos 22 domínios de estudo em que o país está dividido, segundo algumas exigências:

- Nível de confiança de 90% para o nível nacional e para cada um dos 22 domínios de estudo;
- Um limite máximo para o erro relativo de amostragem *à priori* de 10 % para a despesa total, tanto ao nível nacional como a nível de cada um dos domínios de estudo;
- Um limite máximo para o erro relativo de amostragem *à priori* de 12 % para as divisões de despesa de COICOP¹¹, a nível nacional, excepto COICOP 9 (lazer) e COICOP 10 (ensino);
- Erros relativos de amostragem superiores a nível de concelhos, não ultrapassando, genericamente, os 20%.

Em suma, estimou-se uma amostra de 6.912 alojamentos, estratificada e multi-etápica, representativa dos alojamentos ordinários ocupados no território nacional. A amostra apresenta um nível de confiança de 90% para uma precisão relativa de 10%, para a estimativa do total das despesas a nível nacional e a nível dos concelhos.

Para o dimensionamento da amostra foi utilizada a informação do IDRF realizado em 2001 -2002, tomando em consideração, de um modo independente, as variáveis despesa total e as despesas correspondentes aos 12 grupos de despesas COICOP (1º nível).

De modo a minimizar os efeitos sazonais nos resultados do inquérito, foi assegurada uma dispersão temporal e geográfica das unidades de alojamento da amostra. Assim, tendo em conta que o período de observação de cada agregado é de 14 dias, e por forma a cumprir com os critérios de dimensionamento, ao longo do período de recolha que foi de um ano, a amostra foi distribuída de forma uniforme, dentro de cada concelho, ao longo dos 24 ciclos de 14 dias cada que representam um ano de recolha.

Âmbito do inquérito

Âmbito geográfico

O IDRF 2015 é um inquérito de âmbito nacional, com recolha em todos os concelhos do país. Todos os resultados são apresentados a nível nacional, por meio de residência urbana, rural, e por concelho.

¹¹ COICOP – Classificação do Consumo Individual por Objetivo

Âmbito temporal

À semelhança dos inquéritos anteriores realizados em 1989 e em 2001/02, a recolha teve a duração de 12 meses, tendo decorrido durante o período de 16 de dezembro de 2014 a 14 de dezembro de 2015, durante 24 ciclos de recolha. Os ciclos de 14 dias iniciavam-se sempre a cada dia 1 ou 16 e terminavam todos os dias 14 e 29, de cada mês.

Âmbito populacional

Foram observados todos os agregados familiares residentes nos alojamentos selecionados e os indivíduos que os compõem.

Períodos de observação e períodos de referência

Cada alojamento e os respetivos agregados residentes foram observados durante um período de 14 dias.

Todas as informações relativas à caracterização do agregado familiar, dos indivíduos que o compõem, à caracterização do alojamento e às questões relativas à perceção subjetiva da pobreza foram referenciadas, no momento da entrevista.

Para as informações monetárias relativas às despesas de consumo foram utilizados quatro períodos de referência, a saber: quinzenal, mensal, trimestral e anual, consoante a frequência de consumo dos produtos e serviços. O rendimento e as transferências foram reportados de forma retrospectiva referente aos últimos 12 meses.

A informação relativa aos bens e serviços enquadrados nos tipos anual, trimestral e mensal é obtida por recolha retrospectiva, enquanto, no caso do tipo quinzenal, se utiliza o registo diário ao longo da quinzena (14 dias) de observação.

VARIÁVEIS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
Caracterização do alojamento	Momento da entrevista	
Caracterização do agregado	Momento da entrevista	
Caracterização do indivíduo	Momento da entrevista	
Conforto e bens de equipamento	Momento da entrevista	
Receitas monetárias	Últimos 12 meses	
Despesas de consumo	Quinzena em curso no momento da entrevista (14 dias)	Recolha diária com base nos registos diários nas cadernetas
	Os últimos 30 dias - 30 dias anteriores ao 1º dia da quinzena da entrevista	Recolha retrospectiva, com período de referência em função da periodicidade de aquisição do bem ou serviço em questão, definida <i>a priori</i>
	Os últimos 3 meses - 90 dias anteriores ao 1º dia da quinzena da entrevista	
	Os últimos 12 meses - 12 meses anteriores ao 1º dia da quinzena da entrevista	

Recolha

Recolha por entrevista

A recolha foi feita por entrevista direta, por meio de tablete, ao representante do agregado para a recolha de dados sobre o alojamento, pobreza subjetiva e todas as despesas retrospectivas do agregado familiar e aos membros de 15 anos ou mais, para a recolha de dados sociodemográficos, assim como sobre as despesas retrospectivas pessoais e os rendimentos.

Toda a informação recolhida por entrevista direta foi automaticamente registada nos tablets que integravam um programa informático de recolha com base nos seis questionários (versão papel) utilizados, garantindo mais ganhos de qualidade, e de tempo no tratamento dos dados.

Recolha por autopreenchimento

A todos os agregados foram entregues um questionário (Questionário IV – Caderneta das despesas diárias do agregado familiar) para anotação das despesas comuns com bens e serviços efetuados diariamente para o agregado familiar, do autoconsumo de bens alimentares, do autoabastecimento e recebimentos gratuitos a título de oferta ou a título de salário em bens e serviços. Igualmente, foi entregue a todos os membros com idade de 15 anos ou mais uma

caderneta (Questionário V – Caderneta das despesas diárias individuais) para anotação de todas as despesas em bens e serviços realizados fora de casa, durante os 14 dias de observação.

Taxa de resposta

A taxa de realização do inquérito é de 90%, a nível nacional, com um total de 6 219 agregados familiares retidos na análise final. A taxa de realização varia de 69,4%, em São Lourenço dos Órgãos, a 97,7%, em Santa Catarina de Santiago.

Tabela 47 – Distribuição da amostra dos alojamentos, dos agregados familiares retidos na análise final e a taxa de realização do inquérito

ILHA / CONCELHO	TOTAL ALOJ Amostra	AF FINAL	TAXA REALIZAÇÃO
Cabo Verde	6 912	6 219	90,0
Santo Antão	720	657	91,3
Ribeira Grande	288	272	94,4
Paúl	144	136	94,4
Porto Novo	288	249	86,5
S. Vicente	1 008	977	96,9
S. Nicolau	432	398	92,1
Ribeira Brava	288	268	93,1
Tarrafal de São Nicolau	144	130	90,3
Sal	432	377	87,3
Boavista	432	412	95,4
Maio	288	260	90,3
Praia	1 152	1 011	87,8
Resto de Santiago	1 584	1 324	83,6
Tarrafal	144	137	95,1
Santa Catarina	432	422	97,7
Santa Cruz	288	215	74,7
São Domingos	144	110	76,4
São Miguel	144	94	65,3
São Salvador do Mundo	144	127	88,2
São Lourenço dos Órgãos	144	100	69,4
Ribeira Grande de Santiago	144	119	82,6
Fogo	576	526	91,3
Mosteiros	144	128	88,9
São Filipe	288	266	92,4
Santa Catarina do Fogo	144	132	91,7
Brava	288	277	96,2

Instrumentos de trabalho

Como instrumentos de trabalho, foram postos à disposição dos agentes de terreno os seguintes materiais:

Questionários

Para facilitar a recolha, as informações foram organizadas em temas e distribuídos por 6 questionários:

- **Q 0 – Identificação e situação dos alojamentos**

O objetivo deste primeiro questionário é identificar a situação do alojamento, contabilizar a quantidade de agregados familiares ali residentes e a sua disponibilidade para responder ao inquérito e recolher informações sobre as características físicas exteriores do alojamento, ou seja, a tipologia do alojamento, o revestimento exterior, o tipo e o material da cobertura.

- **Q I – Composição do agregado familiar, características demográficas e socioeconómicas dos indivíduos.**

Aplicado a cada agregado familiar selecionado, este questionário tem por objetivo recolher informações relativas à composição do agregado familiar (conjunto das pessoas que habitam no alojamento e que dividem habitualmente as despesas de alojamento e alimentação), as características demográficas e socioeconómicas (sexo, idade, educação, estado civil, emprego/desemprego, entre outras) e as medidas antropométricas (peso e altura) de cada um dos membros do agregado familiar.

- **Q II – Despesas retrospectivas e rendimentos dos indivíduos**

Este questionário tem por objetivo recolher, de forma retrospectiva, as informações relativas às despesas efetuadas pelos indivíduos com 15 anos ou mais, assim como os rendimentos e as transferências recebidas e efetuadas nos últimos 12 meses. As informações recolhidas com este questionário foram respondidas diretamente pelo próprio indivíduo.

- **Q III – Características do alojamento, despesas retrospectivas do alojamento e perceção subjetiva da pobreza**

Este questionário dirigido ao agregado familiar, tem três grandes objetivos: recolher informações relativas às características do alojamento, o acesso a serviços básicos, tais como a água,

eletricidade, saneamento, a posse de bens de equipamento e tecnologias de informação e comunicação; recolher informações sobre as despesas retrospectivas do agregado familiar, ou seja, as despesas fixas com habitação, água, eletricidade, gás, telefone, internet e despesas com a manutenção e reparação da habitação, assim como recolher informações sobre a perceção subjetiva da pobreza.

As informações relativas às características do alojamento, às despesas retrospectivas e a perceção subjetiva da pobreza devem ser fornecidas, sempre que possível, pelo representante do agregado familiar ou seu cônjuge, exceto em caso de ausência temporária, incapacidade para atender, em que responde o membro do agregado, com 15 anos ou mais, que melhor habilitado estiver para responder, com todo o detalhe necessário, às questões solicitadas.

- **Q IV – Despesas diárias do agregado familiar**

Este questionário tem por objetivo recolher as informações relativas às compras, autoconsumo, autoabastecimento e recebimentos gratuitos de produtos alimentares, bebidas, produtos de limpeza e de higiene pessoal, alimentação e artigos de animais e pequenas compras realizadas durante o período de observação (14 dias).

- **Q V – Despesas diárias do indivíduo**

Este questionário tem por objetivo recolher, de forma individualizada, informações sobre as despesas diárias de cada indivíduo, membro do agregado, com 15 anos e mais, ao longo dos 14 dias de observação, tais como, despesas com transporte público, cigarros, jornais, alimentação fora de casa, etc.

Manual do inquiridor

O manual do inquiridor contém as informações básicas sobre o inquérito (objetivos, período de realização, etc.), os conceitos e as definições fundamentais utilizados, as instruções e procedimentos que deverão ser seguidos para a realização do trabalho no terreno, bem como as instruções sobre quando e como preencher cada um dos questionários utilizados no inquérito.

Tablet

A maior parte das informações foram recolhidas de forma eletrónica, ou seja, através de um computador portátil, o Tablet. Neste equipamento, está incorporado um aplicativo de entrada de dados correspondentes a todos os questionários, onde foram registadas todas as informações obtidas na recolha.

Quando, por algum motivo, não foi possível utilizar este equipamento para a recolha, as informações foram recolhidas nos questionários impressos e posteriormente digitados no Tablet.

Instrumentos de medição

Para a recolha dos dados antropométricos da população, peso e altura, foram utilizadas balanças e antropómetros.

Nomenclaturas

Foram utilizadas as seguintes nomenclaturas na codificação de algumas variáveis:

- ⇒ Classificação do Consumo Individual por Objetivo de Cabo Verde (CCIO-CV);
- ⇒ Classificação Nacional das Profissões (CNP);
- ⇒ Classificação de Atividade Económica de Cabo Verde (CAE-CV);
- ⇒ Tabela de Tipo de Estabelecimentos e de Serviços Prestados por Profissionais.